

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
Programa de Pós-Graduação em História

FABIANE NAGABE

**TRADIÇÃO E MODERNIDADE NO TURISMO DO
ESPAÇO RURAL: O CASO DO HOTEL “FAZENDA
ÁGUA AZUL” (FÊNIX – PARANÁ/1996-2008)**

Maringá

2009

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
Programa de Pós-Graduação em História

FABIANE NAGABE

**TRADIÇÃO E MODERNIDADE NO TURISMO DO
ESPAÇO RURAL: O CASO DO HOTEL “FAZENDA
ÁGUA AZUL” (FÊNIX – PARANÁ/1996-2008)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá, para a obtenção do título de Mestre em História. Área de concentração: Política, Movimentos Populacionais e Sociais. Linha de pesquisa: Fronteiras, Populações e Bens Culturais.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Sandra de Cássia Araújo Pelegrini

Maringá

2009

FABIANE NAGABE

**TRADIÇÃO E MODERNIDADE NO TURISMO DO
ESPAÇO RURAL: O CASO DO HOTEL “FAZENDA
ÁGUA AZUL” (FÊNIX – PARANÁ/1996-2008)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá, para a obtenção do título de Mestre em História. Área de concentração: Política, Movimentos Populacionais e Sociais. Linha de pesquisa: Fronteiras, Populações e Bens Culturais.

BANCA

Prof^ª. Dr^ª. Sandra de Cássia Araújo Pelegrini
Orientadora e Presidente

Prof^ª. Dr^ª. Áurea Paz Pinheiro
1^º Examinador

Prof^ª. Dr^ª. Solange Ramos de Andrade
2^º Examinador

Maringá

2009

Dedico este trabalho a minha família:
a meu pai, Minor Nagabe;
a minha mãe, Juçara Yuriko Maeda Nagabe
e a meu irmão, Cleber Augusto Nagabe,
que, dia após dia, me fortalecem
com amor incondicional.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer:

À professora Sandra de Cássia Araújo Pelegrini, minha orientadora, que, sábia, abriu-me um novo mundo de conhecimentos, acreditou em meu trabalho e me fez superar os obstáculos que emergiram durante a realização desta pesquisa.

À professora Hilda Pivaro Stadniky, que me estendeu seus conhecimentos acadêmicos, incentivou-me e encorajou-me a prosseguir.

Aos professores Áurea da Paz Pinheiro, Solange Ramos de Andrade e Rafael José dos Santos, pela rica arguição, com questionamentos fundamentais para delinear a escrita final desta investida acadêmica.

À Sueli Alves de Souza, professora e amiga que me apresentou as riquezas do patrimônio cultural brasileiro e me fez apaixonar por ele.

À Mônica Meyer e a sua família, por me apresentarem às belezas das memórias rurais e da vida no campo.

A minha família, pela ajuda e pelo incentivo, em especial as minhas tias Amélia Aeko Nagabe e Margarete Yochiko Nunes Pereira.

Às amigas: Nair Sutil e Priscilla Santos de Souza, grandes incentivadoras, que me deram força nos momentos mais difíceis desses anos de dedicação à pesquisa.

Ao Leandro Antônio da Rosa, que me ajudou na coleta e na sistematização dos dados. Suas palavras de apoio foram muito importantes na labuta acadêmica.

À família Berg von Linde, por me acolher e permitirem que eu utilizasse suas memórias para realizar este trabalho.

Aos amigos de mestrado que, incansáveis, compartilharam importantes reflexões sobre o mundo acadêmico e a vida: Cianna Claro Oliveira dos Santos, Valéria Petrochi Ribeiro, Carla Francielle Kurz, Paulo Renato de Castro Alves, João Carlos Pipino e Lisandro César Vieira.

A todas essas pessoas, gostaria de dizer que todos os sons que expressaram força e incentivo, até os pequenos suspiros, estão cravados em minha memória. Todos os instantes com vocês foram fotografados pelas lentes da emoção e guardados em uma arca chamada coração!

Muito obrigada a todos!

TRADIÇÃO E MODERNIDADE NO TURISMO DO ESPAÇO RURAL: O CASO DO HOTEL “FAZENDA ÁGUA AZUL” (FÊNIX – PARANÁ/1996-2008)

Resumo: A presente pesquisa propôs-se a apreender a transformação da Fazenda Água Azul em empreendimento turístico, entre os anos 1996 e 2008. Trata-se de um período no qual os proprietários da fazenda procuram adequar as instalações às demandas do turismo, por meio da atribuição de novos valores de uso aos bens patrimoniais existentes e da criação de uma infraestrutura básica com essa finalidade. O início das atividades ocorreu em consonância com o incremento de políticas públicas adotadas no Estado do Paraná, que priorizaram projetos regionais de turismo e estimularam o desenvolvimento de propostas economicamente planejadas e rentáveis nesse setor. As profundas alterações administrativas que se processaram em 2008 constituem um marco no histórico da propriedade, pois, a partir de então, os novos gestores adotaram medidas mais agressivas no sentido de torná-la mais rentável. A investigação acerca das concepções que nortearam a transformação da fazenda e suas instalações em um hotel capaz de oferecer atrativos turísticos no espaço rural constitui, portanto, o objeto central desta pesquisa. Nesses termos, nosso principal objetivo voltou-se para a compreensão do turismo no espaço rural no município de Fênix, na mesorregião Centro Ocidental paranaense, local onde se situa a referida fazenda. A extensão de formas de lazer, costumes alimentares e celebrações locais aos visitantes ou aos turistas que passaram a se hospedar nas antigas moradias, remanescentes da época em que a propriedade sobrevivia de atividades agrícolas, de certa forma, permitiram a continuidade de práticas culturais que se circunscrevem a uma determinada percepção do turismo e que envolvem novas ruralidades. A organização dos espaços e das memórias representadas nos artefatos que remetem à história daqueles que habitam o local, somada à experiência compartilhada entre os moradores e os hóspedes, nos possibilitaram o vislumbre de representações coletivas acerca da almejada qualidade de vida, perseguida pelos residentes das metrópoles que optam por essa modalidade de lazer. Tal processo implicou também a percepção das alterações nas dinâmicas culturais e nas práticas instituídas no campo, de modo a garantir a hospitalidade aos turistas. As inquietações que acompanharam o desenvolvimento dessa pesquisa tornaram imperiosa a interpretação das inter-relações entre a prática do turismo e as novas ruralidades e, também, das articulações entre a preservação de memórias, identidades e o patrimônio cultural. Nesse percurso, foram essenciais os aportes teóricos sugeridos pela História Cultural e pelos estudos sobre o turismo que não se restringem à ênfase econômica. As assertivas de Roger Chartier sobre as representações individuais e coletivas, bem como as de Zygmunt Bauman e de Homi Bhabha sobre os lugares da cultura e as de Stuart Hall sobre a construção das identidades embasaram a pesquisa desde o início até a sua conclusão. Para entendermos as acepções de turismo e novas ruralidades, recorreremos principalmente a Adyr Balastrieri Rodrigues, a Haroldo Leitão Camargo, a Walquíria Kruger Corrêa e a Luciano Zanetti Pessoa Candiotto. A abordagem multidisciplinar exigida pela temática estudada implicou a ampliação do *corpus* documental investigado. Assim, tornou-se necessário redobrar os esforços no sentido de tratar, de maneira adequada, diferentes tipos de documentos, como a legislação e os dados oficiais da Embratur e da Secretaria de Estado do Turismo; matérias publicadas no jornal *Turismo é aqui!*; registros de hospedagem e de veículos de divulgação dos atrativos do Hotel Fazenda Água Azul (*folders* e propagandas em *sites*); depoimentos, entrevistas e registros fotográficos.

Palavras-chave: Turismo rural. Patrimônio cultural. Representações coletivas e individuais.

TRADITION AND MODERNITY IN RURAL TOURISM: THE CASE OF THE HOTEL "FAZENDA AGUA AZUL" (FÊNIX – PARANÁ/1996-2008)

Abstract: This research is proposed to understand the transformation of *Fazenda Água Azul* in a tourism venture, between the years 1996 and 2008. This is a period in which the owners of the farm looking for their facilities match the demands of tourism, through the allocation of new values, to use existing assets and the creation of a basic infrastructure for this purpose. The beginning of activities was in line with the development of public policies adopted in the State of Paraná to prioritize regional projects in tourism and encouraged the development of planned and proposed economically profitable in this sector. The profound administrative changes that took place in 2008 is a milestone in the history of the property, because since then the new managers have adopted more aggressive measures to make it more profitable. Therefore, research on the conceptions that guided the transformation of the farm and its premises in a hotel, able to offer tourist attractions in rural areas is the central object of this search. Accordingly, our main objective is to re-understanding of tourism in rural areas in the city of Fênix, *mesorregião paranaense*, State of Paraná Center West, where lies the farm. The extent of forms of entertainment, food habits and local celebrations for visitors or tourists who began to stay in the old houses, the time remaining on the property survived the agricultural activities in some way allowed the continuity of cultural practices that are restricted a particular perception of tourism and involve new rurality. The organization of spaces and memories represented in artifacts that relate to history of those who inhabit the place, plus the experience shared among the residents and the guests are allowed in the glimpse of collective representations about the wished quality of life, chased by residents of cities that choose this form of entertainment. This process also led to the perception of changes in dynamics and cultural practices imposed on the field to ensure the hospitality to tourists. The anxieties that accompanied the development of this research became imperative to interpret the inter-relationship between tourism and the practice of the new countryside, and also, the joints between the preservation of memories, identities and cultural heritage. In this way the contributions were key theorists suggested the Cultural History and the study on tourism that are not restricted to economic emphasis. The assertions by Roger Chartier on the individual and collective representations of Zygmunt Bauman and Homi Bhabha on the seats of culture and Stuart Hall on the construction of identities based on your search to start until its completion. To understand the meanings of tourism and new rurality, we mainly use Adyr Balastrieri Rodrigues, Haroldo Leitão Camargo, Walquíria Kruger and Luciano Corrêa Zanetti Person Candioto. The multidisciplinary approach required by the theme addressed involved the expansion of the documentary *corpus* investigated. Thus, it became necessary that had held ours efforts to adequately treat different types of documents such as legislation and official data of EMBRATUR and the Secretary of State for Tourism, materials published in the newspaper "Turismo é aqui!" Records accommodation and vehicles for dissemination of the attractions of the Hotel Fazenda Água Azul (*brochures* and advertisements on sites), depositions, interviews and photographic records.

Keywords: Rural tourism. Cultural heritage. Individual and collective representations.

LISTA DE FIGURAS

Imagem 1: Marca da Fazenda Água Azul	13
Imagem 2: Mapa de localização do Estado do Paraná, seus municípios e a Fazenda Água Azul de Ecoturismo, com destaque para o logotipo da propriedade	31
Imagem 3: Mapa de localização a Fazenda Água Azul de Ecoturismo	32

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1: Casa dos antigos funcionários da Fazenda Água Azul, adaptada para hospedagem turística	39
Fotografia 2: Cozinha de uma das casas dos antigos funcionários da Fazenda Água Azul, adaptada para hospedagem turística	40
Fotografia 3: Vista aérea de parte da Fazenda Água Azul	42
Fotografia 4: Frente do “museu”	43
Fotografia 5: Interior do “museu”	44
Fotografia 6: Área de entrada da Fazenda Água Azul de Ecoturismo	67
Fotografia 7: Área de entrada da Fazenda Água Azul de Ecoturismo, década de 1980	69
Fotografia 8: Complexo de lazer da Fazenda Água Azul de Ecoturismo	70
Fotografia 9: Antigo rádio de comunicação da Fazenda Água Azul	73
Fotografia 10: Interior do “museu”	75
Fotografia 11: “Moda de viola”, ao redor da fogueira	78
Fotografia 12: Interior do refeitório da Fazenda Água Azul de Ecoturismo	85
Fotografia 13: Fachada do refeitório da Fazenda Água Azul de Ecoturismo	85
Fotografia 14: Escritório da Fazenda Água Azul de Ecoturismo	89
Fotografia 15: Johan Gabriel Berg von Linde, com 42 anos	98
Fotografia 16: Trilha da Fazenda Água Azul de Ecoturismo	102
Fotografia 17: Trilha da Fazenda Água Azul de Ecoturismo	104
Fotografia 18: Vista externa da casa “Jaborandi”	107
Fotografia 19: Vista interna da casa “Jaborandi”	108
Fotografia 20: Vista externa da casa “Palma”	111
Fotografia 21: Casas de hospedagem turística	112
Fotografia 22: Banheiro da casa “Roseira”	118
Fotografia 23: Banheiro da casa “Gerivá”	119
Fotografia 24: Imagem noturna do caminho do refeitório	122

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRATURR	Associação Brasileira de Turismo Rural
AIEST	Associação Internacional de Peritos Científicos em Turismo
APP	Área de Proteção Permanente
CONAMA	Conselho Nacional de Meio Ambiente
CONATUR	Conselho Nacional de Turismo
EBTs	Escritórios Brasileiros de Turismo
EMATER	Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRATUR	Instituto Brasileiro de Turismo
IAP	Instituto Ambiental do Paraná
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICOMOS	Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MTUR	Ministério do Turismo
OMT	Organização Mundial do Turismo
PARANATUR	Empresa Paranaense de Turismo
PNT	Plano Nacional de Turismo
PNMT	Programa Nacional de Municipalização do Turismo
SETU	Secretaria de Estado do Turismo
SNPDT	Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo
SNPT	Secretaria Nacional de Políticas do Turismo
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 TURISMO E NOVAS RURALIDADES	28
1.1 Fazenda Água Azul de Ecoturismo e suas singularidades	31
1.2 Turismo no espaço rural	48
2 PRODUÇÃO DE ESPAÇOS ALTERNATIVOS	66
2.1 Sentido da preservação de objetos e práticas	71
2.2 Usos e saberes: das grandes edificações às delicadas geleias artesanais	84
3 REPRESENTAÇÕES COLETIVAS DA VIDA NO CAMPO	96
3.1 Apropriação das paisagens	99
3.2 O “não-lugar” e a criação de simulacros	106
CONSIDERAÇÕES FINAIS	124
REFERÊNCIAS	130
CORPO DOCUMENTAL	137
RELAÇÃO DE DEPOENTES	140
ANEXOS	141

Introdução

A presente pesquisa busca investigar a dialética entre o turismo e o patrimônio, privilegiando o estudo sobre o empreendimento “Hotel Fazenda Água Azul”. Esse empreendimento, sediado na Fazenda Água Azul, compreende uma propriedade que atualmente possui 774,4 hectares e pertence à família Berg von Linde desde 1967. Na década de 1950, essas terras foram doadas ao Interventor Manoel Ribas pelos serviços prestados ao Estado. Dois anos depois foi vendida a Luis Dias Ferreira, que deu início ao plantio de café e de outros produtos consumidos pelos trabalhadores agrícolas que lá se instalaram.

A propriedade abriga tradições rurais e diversos bens familiares suecos datados de 1700. Além disso, guarda objetos que rememoram a expansão cafeeira paranaense referente às décadas de 1950 a 1970 e conserva um conjunto de bens naturais de importância reconhecida. Nos dias atuais, o referido hotel está sendo organizado com vistas a preservar seu patrimônio e a valorizar os atrativos turísticos que foram introduzidos em 1996.

O olhar curioso de alguém que vive em centros urbanos torna o contato com a Fazenda uma experiência singular. A estrada rural “Caminho do Peabiru” constitui a passagem que leva à entrada do Hotel Fazenda Água Azul. Um dos pontos de acesso é pela rodovia BR-369, a 7 quilômetros do município de Quinta do Sol e a 19 de Fênix, na mesorregião¹ Centro Ocidental² do Estado do Paraná. O trajeto percorrido apresenta um ambiente que se distingue dos lugares urbanizados pelos seus traços particulares: a paisagem exuberante, o som do vento e dos pássaros, o cheiro da grama e a brisa fresca da região.

O ponto de acesso mencionado é facilmente identificável: na BR-369 observa-se, de um lado, uma pequena igreja e, de outro, um ponto de transporte coletivo. A alguns metros desses referenciais, nota-se o início de uma passagem, onde duas

¹ As mesorregiões são divisões regionais dentro do território brasileiro, definidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que busca identificar “áreas individualizadas em cada uma das Unidades Federadas”, considerando como determinante o processo social, o quadro natural e a rede de comunicação e de lugares. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Divisão regional: metodologia**. Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2008.

² Conforme as delimitações das mesorregiões do Estado, propostas pela Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Paraná, no ano de 2004.

placas iguais (uma de cada lado da estradinha de “chão batido”) sinalizam o caminho para se chegar à propriedade. Saltam aos olhos os seguintes dizeres: “Hotel Fazenda Água Azul/ Ecoturismo/ Um verdadeiro encontro com a natureza”. Ao fundo da imagem, surge a figura estilizada de dois cavalos em movimento que representam signos da ruralidade, comuns nessa modalidade de turismo. Trata-se de uma forma de locomoção peculiar àquele ambiente rural, ademais os animais são utilizados como meio de condução ou de tração dos equipamentos de plantio e de colheita. Esse conjunto de informações preliminares remete os visitantes à expectativa de estabelecerem um contato íntimo com a natureza e com as vivências rurais, mediadas pelo ecoturismo³.

A imagem dos cavalos e a palavra “ecoturismo” são recursos recorrentes no *marketing*, sinalizações que tendem a estimular o contato com o patrimônio rural e com os bens naturais por meio da associação de imagens⁴. Essas estratégias também são frequentes noutros materiais de divulgação, como cartões, *folders*, anúncios e *site* do referido empreendimento. A linguagem midiática escolhida é proposital e foi concebida dessa maneira para incentivar a construção mental a respeito do lugar idílico que proporcionaria prazeres ausentes no dia a dia movimentado dos centros urbanos.

A população citadina vem apresentando expressivo interesse por opções de lazer que lhe possibilitem a fuga da agitação inerente às metrópoles. Isso implica também uma rejeição aos tradicionais destinos turísticos de sol e de praia, um tanto desgastados por causa do intenso fluxo de pessoas, das estradas congestionadas, entre outros problemas.

Estudos recentes salientam o quão a temática da qualidade de vida está presente no imaginário dos indivíduos na contemporaneidade. Esse atributo, não raro, aparece relacionado aos discursos que enaltecem o contato com ambientes campestres, incluindo alimentos e cozidos com ingredientes naturais, em especial aqueles cultivados organicamente, sem agrotóxicos. Tal prerrogativa tem incrementado os investimentos nesse tipo de turismo e fomentado tanto o apreço

³ Segundo a EMBRATUR, *ecoturismo* é o “segmento da atividade turística que utiliza de forma sustentável o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações”. EMBRATUR. **Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo**. Ministério da Indústria, Comércio e Turismo: 1994. p. 19.

⁴ BURKE, Peter. *Visto y no visto: el uso de la imagen como documento histórico*. Barcelona: Crítica, 2005. p. 118.

pelas individualidades culturais rurais, quanto pelas paisagens supostamente naturais.

A partir desse prisma, podemos afirmar que a procura de atividades consideradas saudáveis tem aumentado o fluxo de visitantes no Hotel Fazenda Água Azul. Para se chegar à propriedade, deve-se tomar como referência a bifurcação da BR-369 com a estrada “Caminho de Peabiru”, como mencionamos anteriormente. Desse ponto, percorre-se a distância de quatro quilômetros e meio até a Fazenda. Passados os primeiros mil metros, o visitante depara-se com uma peça de metal acoplada na cerca de madeira que separa a estrada da área de pastagem, nela detecta-se uma seta indicativa que anuncia: “Fazenda Água Azul a 3,5 km”. Mais adiante, encontra-se outra placa, muito mais simples que a anterior, confeccionada em madeira e pintada à mão, fincada a 500 metros do destino final. Tais elementos tendem a criar uma expectativa em torno dos primeiros contatos do turista com a Fazenda.

Outras propriedades agrícolas, plantações de soja e de milho compõem a paisagem dessa área, cujo relevo apresenta pequenos aclives e declives que evidenciam a geografia acidentada da região. A estrada, revestida por uma pequena camada de cascalho, insuficiente nos dias de chuva, impede o tráfego seguro de transportes coletivos e viabiliza apenas o acesso de veículos menores ao empreendimento.

Na entrada da propriedade, avista-se um antigo portão de madeira, pintado com as cores azul e branco, já um pouco desbotadas pelo tempo. Ao lado direito, uma placa também indica a direção da sede e o nome da propriedade. Para reforçar a informação, uma grande pedra confirma a chegada ao estabelecimento com um logotipo que remete a uma espécie de marca, que também se encontra impressa em todos os outros materiais de divulgação da Fazenda.



Imagem 1: Marca da Fazenda Água Azul

Como podemos observar, o logotipo foi concebido a partir da junção das letras iniciais dos sobrenomes: “B” (Berg) “V” (von) e “L” (Linde).

Nas laterais da entrada nota-se a existência de uma área de mata preservada, mas, antes de chegar à sede, o turista passa pelo plantio de eucaliptos e de cana-de-açúcar. Na sequência observa-se a existência de outro reduto de mata nativa. O cultivo da cana é de responsabilidade da empresa Sabaráalcohol, usina da região que arrendou parte das terras no ano de 2008, por oito anos. O arrendamento garante aos proprietários recursos que complementam os custos da manutenção do local, pois, nos tempos atuais, a produção da fazenda limita-se ao cultivo de eucalipto e de algumas árvores frutíferas e à apicultura.

Abacates, amoras, bananas, bergamotas, carambolas, figos, goiabas, limões, laranjas, mangas, entre outros frutos, são comercializados em forma de compotas, de geleias e de licores, e também são servidos *in natura* como acompanhamento das refeições oferecidas aos hóspedes ou a eventuais frequentadores que apenas passam o dia na área de lazer da Fazenda.

Após os primeiros contatos com a paisagem, os visitantes passam pelo portão de entrada e, na sequência, percorrem o caminho cascalhado de onde podem contemplar, à esquerda, parte dos 280 hectares de mata preservada desde 1967 e, à direita, um pequeno lago com uma ilha no centro. Sobre o lago encontra-se um cabo de aço que, outrora, fora utilizado para uma prática hoje desaconselhada e considerada arriscada, ou seja, a descida de pessoas suspensas por roldanas, descida que atingia alta velocidade e proporcionava um mergulho violento nas águas. Essa perigosa estrutura é denominada “tirolesa”. Seguindo a pequena estrada, adentra-se no estacionamento da sede da Fazenda Água Azul e de seu hotel.

A recepção dos visitantes ocorre à sombra de uma frondosa figueira, enquanto um balanço convida crianças e adultos a compartilharem os prazeres das mais singelas brincadeiras. A antiga árvore, segundo a proprietária, Elissena Frollini Berg von Linde⁵, já se impunha soberana quando a família se mudou para o local, em janeiro de 1968.

A figueira constitui um diferencial na paisagem. Um pouco à frente dela, numa área que apresenta leve declive, localizam-se o restaurante, o escritório, a

⁵ Em depoimento coletado no mês de junho de 2009. (Duração:1h.14min.30s.)

marcenaria, parte do pomar, dois grandes lagos, as casas de hospedagem, a “casinha de brincar” e a moradia dos proprietários. À direita, mantém-se o antigo terreiro de café, a tulha desativada, o pluviômetro⁶ e a baia, onde são selados e disponibilizados os animais para a cavalgada dos turistas.

Os apartamentos para pouso são cercados por arbustos floridos e por algumas árvores frutíferas. Um pouco mais à frente, um complexo de lazer mostra-se atrativo aos visitantes. A piscina, o “redário”, o bar, o parquinho e um espaço de memória denominado “museu”, circundados pela mata, compõem a imagem que tende a propiciar certa nostalgia de um passado, ainda recente para alguns, ou a suscitar o encantamento inusitado para aqueles que sempre viveram na cidade.

Passear de charrete, cavalgar, percorrer trilhas ecológicas, participar da ordenha e degustar pratos típicos, conforme os dados concedidos pelos representantes da Associação Brasileira de Turismo Rural ao jornal *Turismo é aqui!*⁷, essas atividades consistem exatamente no que, no Brasil, aproximadamente dez milhões de pessoas buscam em estabelecimentos como o Hotel Fazenda Água Azul⁸. Não podemos perder de vista, contudo, que os periódicos devem ser compreendidos como veículos informativos que não narram e nem interpretam imparcialmente os acontecimentos. Não se trata, portanto, de uma fonte que veicula “verdades” absolutas ou totalizantes. O jornal possui uma forma de olhar e de registrar os fatos compatível aos interesses daqueles que os gerenciam, com uma orientação que se fundamenta em valores que tendem a moldar a sua forma de produzir a notícia e transmitir a informação.

Nesse caso, embora o referido jornal possa ter exagerado na contabilização do montante de pessoas que optam por essa modalidade de turismo, pesquisas metodologicamente mais rigorosas, produzidas nos cursos de pós-graduação em Turismo ou encomendadas por investidores que se interessam pelo segmento, apontam para o aumento do interesse por roteiros com as peculiaridades apresentadas pelo Hotel Fazenda Água Azul.

⁶ Instrumento para medição da quantidade de chuva que cai sobre determinado lugar ou época.

⁷ O periódico *Turismo é Aqui!* é distribuído gratuitamente desde o primeiro número publicado em maio de 2001. É de responsabilidade do Instituto de Cultura & Desenvolvimento, com a supervisão geral de Manoel Jacó Garcia Gimenes. A periodicidade do jornal é mensal e conta com a tiragem de dez mil exemplares por edição. A sua impressão é realizado pelo O Diário do Norte do Paraná, na cidade de Maringá, Paraná.

⁸ Jornal *Turismo é aqui!*, ed.1, maio/2001. p. 5.

Do nosso ponto de vista, é possível detectar, nessas atividades, não apenas operações financeiras rentáveis, mas, fundamentalmente, o processo de transformação da fazenda em um hotel que oferece atrativos que permitem a interação com o meio e favorece as experiências culturais compartilhadas. Todavia, os primeiros resultados dessa pesquisa evidenciaram a necessidade de novas práticas sustentáveis, e certa readequação no trato dos bens culturais e naturais da propriedade. A demanda espacialmente concentrada, aliada à homogeneização da oferta turística, incentivou a criação de novas configurações de turismo, *a priori*, consideradas mais harmoniosas em relação à natureza e menos agressivas em relação às comunidades receptoras do que o turismo de massa⁹.

No Paraná, a Secretaria de Estado de Turismo, no documento denominado “Turismo Rural: evolução do marco conceitual”, datado de 2004, aponta o registro da primeira fazenda na modalidade turismo rural. Trata-se da Pousada das Alamandas, localizada no município de Arapongas, mesorregião Norte Central paranaense. A Fazenda Água Azul, no entanto, continua sendo reconhecida como pioneira na implantação do turismo, em 1996. Tal propriedade, em decorrência do falecimento de seu proprietário, senhor Johan Berg von Linde (1926-2004), deixou de receber os investimentos necessários para o desenvolvimento das atividades comerciais de lazer.

A decisão de iniciar um novo plano de aplicações no empreendimento foi tomada em 2008, após o nascimento de Johanna Berg von Linde Oliveira, primeira bisneta de Elissena Frollini e Johan Berg von Linde, fato que coincidiu também com a decisão de a neta do casal von Linde (Gabriela) permanecer, com o marido e filha, na propriedade. Salientamos também que, segundo José Graziano da Silva, são as inserções de atividades não agrícolas no campo que impedem os produtores rurais, sobretudo, seus filhos mais jovens, de abandonar tais espaços¹⁰.

De certa forma, o ciclo que envolve o início e a retomada das atividades turísticas na Fazenda Água Azul explica o recorte temporal desta pesquisa, definido entre os anos de 1996 e 2008. A baliza inicial é demarcada pelos primeiros

⁹ CAVACO, C. Turismo rural e desenvolvimento local. In: RODRIGUES, A. B. (Org.). **Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 104.

¹⁰ GRAZIANO DA SILVA, José. Turismo em áreas rurais: suas possibilidades e limitações no Brasil. In: ALMEIDA, J. A. (Org.). **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. Santa Maria: Centro Gráfico, 1998.

investimentos realizados na Fazenda com vistas a atender à demanda do turismo rural. O marco final circunscreve-se às profundas alterações administrativas que se processaram no empreendimento a partir de 2008 – o que inclui a mudança dos seus gestores e de sua denominação para Hotel Fazenda Água Azul, em 10 de dezembro de 2008. Convém esclarecermos, além disso, que, justamente a partir de 1996, as políticas públicas estaduais paranaenses, nessa área, passaram a priorizar projetos regionais de turismo e a estimular o seu desenvolvimento como uma atividade economicamente planejada e rentável. Tais ações foram regidas pelo Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), coordenado nacionalmente pela Embratur¹¹.

Embora as atividades voltadas ao turismo tenham se iniciado na fazenda em meados da década de 90 do século XX, as autoridades municipais de Fênix concederam-lhe a licença de funcionamento somente em 26 de março de 2005¹². Antes disso, a propriedade atuava com o registro somente no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)¹³. Assim, consta dos documentos oficiais do município o registro da empresa Hotel Fazenda Água Azul Ecoturismo Ltda., inscrita com o número 07.295.117/0001-99 no CNPJ e denominada comercialmente como Fazenda Água Azul de Ecoturismo.

Os dados fornecidos pela Secretaria de Estado de Turismo em 2005, sem precisar o número oficial de propriedades rurais que desenvolviam comercialmente formas de lazer, demonstram que elas despontavam em cerca de 80 municípios paranaenses¹⁴. Ainda são poucos, todavia, os estudos sistemáticos que se dedicam à temática do turismo rural no Estado do Paraná e, quando o fazem, tendem a enfatizar seu viés econômico. Tal aspecto diferencia a presente pesquisa das demais e comprova a pertinência da abordagem do Hotel Fazenda Água Azul pela ótica da História Cultural.

¹¹ O PNMT foi lançado no Paraná em 1996, com a coordenação da Paraná Turismo após dois anos de sua criação em março de 1994, pela, então, Secretaria Nacional de Serviços, mediante a Portaria nº 130, de 30 de dezembro de 1994, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (de 1995 a 1998 e de 1998 a 2002).

¹² Conforme o Alvará de Licença 003/2005 da Prefeitura Municipal de Fênix, do dia 26 de março de 2005, assinada pelo senhor Manoel Custódio Ramos.

¹³ Conforme cadastro no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA nº 719.072.004.243-5

¹⁴ GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. **Turismo rural**. Curitiba: Governo do Estado do Paraná, 2005.

No Estado de São Paulo, o estudo realizado por Maria Cecília Winter também não prima pelo enfoque da estrutura econômica de antigas fazendas de café, mas pela perspectiva de detectar a invenção do patrimônio histórico nas propriedades organizadas no século XIX, adaptadas para uso turístico¹⁵.

Nesse sentido, Haroldo Leitão Camargo destaca que a interpretação das perspectivas multidisciplinares do turismo¹⁶ comprova a necessidade de superação de análises centradas em abordagens economicistas e implica o enfrentamento de intrincados desafios teóricos. Para tentarmos atingir nossos objetivos, tratamos os conceitos de turismo e novas ruralidades, de representações coletivas e individuais, e de identidades e patrimônio cultural como referenciais basilares para a compreensão das transformações detectadas no decurso histórico da Fazenda Água Azul.

Recorremos, para tanto, aos aportes teóricos sugeridos pela História Cultural e pelos estudos sobre o turismo que não se restringem à ênfase aos aspectos econômicos desse tipo de empreendimento. Assim, as assertivas de Roger Chartier¹⁷ sobre as representações individuais e coletivas; as de Zygmunt Bauman e de Homi Bhabha sobre os lugares da cultura; e as de Stuart Hall sobre a construção das identidades embasaram a problematização de nosso objeto.

Explicitamos que o turismo é uma prática capaz de produzir novas configurações sociais, prática determinada por fatores culturais, históricos e econômicos¹⁸, contudo a abordagem conceitual do turismo nos impele a reconhecer as múltiplas variáveis teóricas que o cerca e também a salientar que o mesmo se

¹⁵ Uma síntese dessa pesquisa foi publicada no formato de artigo, intitulado "Os usos do patrimônio: três fazendas cafeeiras paulistas do século XIX". **Klepsidra**: Revista virtual de história, nº. 21, 2004.

¹⁶ CAMARGO, Haroldo Leitão. **Uma pré-história do turismo no Brasil**: recreações aristocráticas e lazeres burgueses. São Paulo: Aleph, 2007. p. 10.

¹⁷ CHARTIER, Roger. **À beira da falésia**: a história entre incertezas e inquietudes. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002a.

_____. O mundo como representação. **Estudos Avançados**. 1991, vol. 5, nº 11.

_____. **A história cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: DIFEL, 2002b.

¹⁸ Barreto, Burgos e Frenkel discorrem sobre as influências dos aspectos políticos, econômicos e legais, nos âmbito nacional e internacional no turismo, utilizando como objeto de estudo a Ilha de Florianópolis. BARRETO, Margarita; BURGOS, Raúl; FRENKEL, David. **Turismo, políticas públicas e relações internacionais**. Campinas: Papyrus, 2003. p. 12.

define como um “sistema” ordenado por múltiplas relações estabelecidas durante sua realização¹⁹.

Ao considerarmos que a atividade turística demanda a combinação de produtos e de serviços que constroem relações sociais e hospitalidades peculiares a distintas culturas, entendemos que também o conceito de cultura é heterogêneo e, ao longo de sua delimitação, foi modificado de acordo com formas variadas de interpretação. Certo é, porém, que a cultura, independente das abordagens que a interpelam, não pode “viver ou transmitir-se independentemente da sociedade que a alimenta”²⁰.

O amadurecimento teórico do conceito de cultura pelas Ciências Humanas, segundo Bauman, é utilizado para “responder a problemas diversos, enraizados em interesses convergentes”²¹, uma vez que os atos humanos tendem a ser investigados cientificamente por meio da utilização de uma série de conceitos explicativos. Na obra “La Cultura como Práxis”, Bauman critica o percurso da construção e uso da ideia de cultura, apresentando as concepções do termo do ponto de vista das escolas ocidentais. Ao fazê-lo, destaca que tal conceito não deve ser dissociado da “práxis”, da “rede de comunicação” e do “conjunto de regras de transformação de um grupo de elementos inter-relacionados e de suas próprias relações”²².

Sem desprezar as contribuições que balizam a cultura, Bauman defende sua ambivalência e assevera: é por meio dela que o ser humano vive em um constante “estado de agitação”, uma dinâmica que se opõe ao estado paralisador das forças do privado em detrimento do coletivo²³.

Na ótica de Homi Bhabha, a cultura pode ser apreendida no âmbito das fronteiras – lugares de trânsitos onde não se detecta o término do passado, nem se inicia o atual, mas onde ambos os tempos convivem e produzem algo que começa a se fazer reconhecido. Trata-se de um território abstrato, entre-lugares, onde o “[...] espaço e tempo se cruzam para produzir figuras complexas de diferença e identidade, passado e presente, interior e exterior, inclusão e exclusão”. É também

¹⁹ CAMARGO, Haroldo Leitão. **Uma pré-história do turismo no Brasil**: recreações aristocráticas e lazeres burgueses. São Paulo: Aleph, 2007. p. 59-60.

²⁰ WARNIER, Jean-Pierre. **A mundialização da cultura**. Bauru: EDUSC, 2003. p. 13.

²¹ BAUMAN, Zygmunt. **La cultura como praxis**. Buenos Aires, Paidós, 2002. p. 95.

²² Ibid., p. 185.

²³ BAUMAN, op. cit., p. 343.

nessas fronteiras que as sociedades vivenciam “[...] experiências intersubjetivas e coletivas de *nação*”, negociam ou contestam os valores culturais que se alteram à medida que surgem novos signos de identidade²⁴.

Stuart Hall²⁵ assinala que a identidade é um conceito que não comporta definição única, pois trata de uma construção simbólica referente à apreensão e à interpretação da realidade que acontece por meio de esquemas classificatórios e permite separar o “nós” dos “outros”. Reconhecer a identidade cultural é uma tentativa de compreensão da própria posição do homem no mundo.

Mediante essas considerações, talvez seja mais prudente entender o turismo como uma atividade que impõe aos homens, que dele usufruem, o contato com diferentes visões de mundo e modos de organizar a vida. Por outro lado, as relações entre o desenvolvimento do turismo e a proteção do patrimônio podem constituir uma associação significativa para a preservação de bens materiais e imateriais, diretamente imbricados às culturas que são determinadas por padrões identitários, compartilhados por indivíduos ou grupos²⁶.

Os discursos apologéticos que inflamam as opções por roteiros turísticos no âmbito rural estão relacionados ao conceito de novas ruralidades, definidas como movimentações que têm provocado constantes modificações no campo por conta da inserção de novas técnicas e de novos valores nesses ambientes. Essas novas relações entre cidade e campo, por sua vez, têm suscitado uma “reestruturação das culturas regionais”²⁷.

²⁴ BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1998. p. 19 et seq.

²⁵ Referimo-nos às reflexões contidas no livro “A Identidade Cultural na Pós-Modernidade” (Rio de Janeiro: DP&A, 2005) e destacamos que a produção de Hall, teórico cultural jamaicano que desenvolve suas pesquisas no Reino Unido, faz-se presente nas discussões propostas tanto por Zygmunt Bauman quanto nas de Homi Bhabha. Seus estudos figuram entre os mais importantes na atualidade, no que tange ao conceito de identidade.

²⁶ HERNÁNDEZ, Josep Ballart. Patrimonio cultural y turismo sostenible en el espacio iberoamericano: retos y oportunidades del presente. v. 1, n. 1. **Diálogos**. Maringá: DHI e Programa de Pós-graduação em História – Universidade Estadual de Maringá, 2005. p. 14.

²⁷ Dois autores tratam especificamente do conceito de ruralidades, WANDERLEY, Maria de Nazareth, em *A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo*. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 15, out. 2000 e CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa e CORRÊA, Walquíria Kruger. *Ruralidades, urbanidades e a tecnicização do rural no contexto do debate cidade-campo*. **Campo-Território**: Revista de Geografia Agrária, v. 3, n. 5, fev. 2008. p. 214-241.

A ruralidade impregnada no turismo contemporâneo brasileiro não é novidade entre os europeus, onde se desenvolve desde a década de 1950. Na maior parte das regiões, no entanto, o turismo é utilizado como estratégia para o desenvolvimento local, particularmente, em países do norte e centro da Europa. Algo semelhante ocorre no Brasil, onde esse tipo de atividade também se apresenta “em um contexto de reestruturação das economias e das sociedades rurais [...] como um dos instrumentos potencialmente mais fecundos de desenvolvimento regional e local”²⁸. Em síntese, entendemos que o turismo, no espaço rural, está associado à expansão das atividades não agrícolas e, como tal, tem contribuído para a redefinição dos espaços, dos valores e das formas de apropriação das paisagens e das culturas.

A abordagem multidisciplinar exigida pela temática pesquisada implicou a ampliação do *corpus* documental investigado, inicialmente restrito às leis que regulamentaram as atividades turísticas no Brasil e no Estado do Paraná e à observação empírica dos atrativos oferecidos pelo Hotel Fazenda Água Azul. Os desafios que se impuseram ao longo do trabalho de campo fizeram com que redobrásssemos nossos esforços no sentido de adotar procedimentos metodológicos adequados aos diferentes tipos de documentos levantados, tais como a legislação brasileira sobre turismo, dados oficiais da Embratur e da Secretaria de Estado da Turismo do Paraná; matérias publicadas no jornal *Turismo é aqui*; registros de hospedagem e veículos de divulgação dos atrativos do referido hotel (*folders* e propagandas em *sites*); depoimentos, entrevistas e registros fotográficos.

Com o propósito de tornar viável e coerente a análise desse conjunto diversificado de fontes, partimos do pressuposto de que um dos procedimentos metodológicos cruciais deveria se centrar na análise dos discursos textuais e imagéticos, respeitando-se as peculiaridades de cada um dos documentos. As matérias jornalísticas, assim como as leis e as portarias que normalizaram a criação de empreendimentos voltados ao segmento do turismo rural foram apreciadas mediante os indicativos da análise semântica do significado e do significante dos vocábulos, frases e parágrafos, de modo a detectarmos os sentidos atribuídos aos

²⁸ RIBEIRO, Manuela. O turismo rural em Portugal: dos seus protagonistas principais e da sua configuração. In: ALMEIDA, J. A.; RIEDLY, M.; FROEHLICH, J.M. (Org.). **Turismo rural e desenvolvimento**. Santa Maria, RS: UFSM, 1998. p. 211.

discursos textuais²⁹. As leis, os decretos e as portarias implicaram a percepção da construção técnica dos textos e o contexto político e histórico no qual foram produzidos. As matérias jornalísticas motivaram a observação do seu formato, o olhar atento a suas “características de ordem material” (periodicidade, emprego de imagens, publicidade, tipo de impressão e papel), fontes de receita, patrocinadores, colaboradores e público-alvo³⁰.

As memórias expressas nas entrevistas e nos depoimentos orais coletados, bem como o material fotográfico levantado, permitiram uma compreensão mais precisa das transformações estruturais e culturais que envolveram a implantação do empreendimento. A apreciação das narrativas captadas nas falas dos proprietários da Fazenda e das fotografias do acervo familiar, somadas àquelas por nós registradas, contribuíram para elucidar a problemática dessa pesquisa: a atribuição de novos valores de uso aos bens naturais e culturais existentes na Fazenda Água Azul com a finalidade de adaptá-la às necessidades da recepção de visitantes esporádicos e turistas. A observação *in loco* possibilitou levantar pistas valiosas para a compreensão do nosso objeto e “captar uma realidade mais profunda, de outra forma intangível” e perceber uma “realidade complexa não experimentável diretamente”, como sugere o método do paradigma indiciário de Carlo Ginzburg³¹.

Durante a realização das entrevistas e da coleta de depoimentos, preocupamo-nos em evitar a indução das respostas e a polaridade do confronto entre as memórias oficiais e as demais. Elaborarmos, além disso, roteiros prévios para as entrevistas, com perguntas abertas, e utilizamos recursos como a fotografia e recortes do jornal *Turismo é aqui!* para estimular os depoimentos, os quais foram por nós transcritos tal como foram proferidos. Buscamos identificar as informações diretas e as subentendidas nos silêncios³².

²⁹ CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. História e análise de textos. In: _____. (Orgs.). **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

³⁰ LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla B. **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2006. p. 111-153.

³¹ GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. São Paulo: Cia. Das Letras, 1989. p.150.

³² O tratamento das fontes orais pautou-se pela metodologia sugerida por autores como ALBERTI, Verena. Histórias dentro da história. In: PINSKY, Carla B. **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2006. p. 155-202; FERREIRA, M. M.; AMADO, Janaina (Org.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006; PORTELLI, Alessandro. O momento de minha vida: funções do tempo na história oral. In: FENELÓN,

Se os signos expressos nas narrativas orais e nos textuais possuem significados e sentidos que devem ser decodificados no âmbito de sua materialidade e de seu contexto de produção, as fotografias do acervo da família Berg von Linde e os registros imagéticos que efetuamos receberam tratamento similar. As antigas imagens da propriedade, se comparadas à paisagem atual e às memórias gravadas nas lembranças que se podem perceber por meio das falas de seus moradores, apresentam indícios das modificações realizadas após a inserção da fazenda no circuito turístico. Para entendermos a antonímia entre imagem e discurso, apoiamos-nos nas proposições de Martine Joly³³, de Jacques Aumont³⁴ e de Peter Burke³⁵. Se, no passado, a fotografia era tida como um “lápiz da natureza”³⁶ em razão da sua suposta objetividade, no presente os pesquisadores admitem as subjetividades e as mensagens não explícitas nas fotografias. Quando a utilizamos com os devidos cuidados metodológicos, tal documento pode constituir importante fonte para a investigação histórica.

A fotografia como expressão de uma intrincada malha de significações contém códigos socialmente convencionados, propensos a revelar as maneiras de ser e de agir dos indivíduos pertencentes ao contexto focado. A compreensão de tais informações está condicionada aos esquemas perceptíveis do sujeito que a produziu e daqueles que a observam. O registro fotográfico, conforme Joly, “depende da produção de um sujeito: imaginária ou concreta, a imagem passa por alguém que a produz ou reconhece”³⁷.

Aumont, outro autor que se debruça sobre as especificidades desse tipo de documento, afirma que a imagem tem “duas dimensões mas [...] permitem que nelas se vejam objetos em três dimensões”, podendo evidenciar a existência de elementos “ausentes dos quais elas são uma espécie de símbolo”³⁸. Entretanto, essa analogia não é puramente mecânica entre o leitor que observa imagem e a elaboração do seu

Déa (Org.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Editora Olho d'Água, 2004. p. 296-313.

³³ JOLY, Martine. **Introdução à análise da imagem**. Campinas: Papyrus, 1996.

³⁴ AUMONT, Jaques. **A imagem**. Campinas: Papyrus, 1995.

³⁵ BURKE, Peter. Como confiar em fotografias. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 4 fev., 2001. _____, op. cit., 2005.

³⁶ BURKE, op. cit., 2001, p. 1.

³⁷ JOLY, op. cit., p. 13 e 55.

³⁸ AUMONT, op. cit., p. 66.

sentido. Para se entender o que não foi explícito ao olhar, há que atentarmos para as relações entre o signo e a imagem.

Por si só, a imagem não é capaz de evocar a realidade tal como ela é, e nem se subordina ao real. Para representar determinado fato, é necessário reunir uma série de informações que não se limitam às imagens materializadas. Embora pareça autônoma, há uma diversidade de informações contidas na fotografia que nem sempre são apontadas pelo visível. Nessa linha de raciocínio, Ana Maria Mauad de S. Andrade alega que

[...] a materialização da experiência vivida, doce lembrança do passado, memórias de uma trajetória de vida, flagrantes sensacionais, ou ainda, mensagem codificada em signos. Tudo isso ou nada disso a fotografia pode ser.³⁹

Burke acrescenta que se faz necessário ater-se às mensagens presentes nas fotografias, inclusive investigando quem é o responsável pela captura das imagens, o que ele tenta mostrar e por que motivo, e a quem se destinam⁴⁰. Por sua vez, Aumont assinala que a unificação das percepções sobre a fotografia dependerá do repertório cultural do leitor⁴¹. Esse conjunto de informações é apreendido pelos indivíduos que vivem em uma dada sociedade e exigirá do pesquisador perspicácia quanto a sua leitura. Caberá a ele refletir sobre a mensagem esboçada em cada flagrante, ângulo ou foco escolhido pelo fotógrafo⁴².

A documentação consultada ofereceu o suporte para a sistematização de informações e pistas que auxiliaram a compreender as representações idílicas a respeito da vida no campo⁴³. A construção do discurso valorativo do turismo rural assenta-se nas mesmas bases daquele que alimenta a esperança de que o contato

³⁹ ANDRADE, Ana Maria Mauad de Sousa. **Sob o signo da imagem**: a produção da fotografia e o controle dos códigos de representação social da classe dominante, no Rio de Janeiro, na primeira metade do século XX. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 1990. p.11.

⁴⁰ BURKE, op. cit., 2001, p.1.

⁴¹ AUMONT, op. cit., p. 43.

⁴² No artigo *Os conceitos de imagem e realismo fotográfico na pesquisa histórica*, publicado na Revista História e-história, Sandra de Cássia A. Pelegrini e Joubert Paulo Teixeira (Disponível em <<http://www.historiahistoria.com.br/materia.cfm?tb=professores&id=38>>, acesso em 25 fev. 2009), tecem apontamentos objetivos sobre o uso da fotografia na pesquisa histórica e explicações a respeito das abordagens de especialistas no assunto como Aumont, Joly, entre outros.

⁴³ CHARTIER, op. cit., -p. 173-191.

temporário com a cultura rural pode contribuir para a melhoria da qualidade de vida das pessoas que vivem no espaço urbano⁴⁴.

As palavras de Roger Chartier são reveladoras ao explicitar que: “[...] as representações coletivas que incorporam nos indivíduos as divisões do mundo social e organizam os esquemas de percepção a partir dos quais eles classificam, julgam e agem”. Ademais, para o referido autor, as mesmas constituem:

[...] formas de exibição e de estilização da identidade que pretendem ser reconhecidas; enfim, a delegação a representantes (indivíduos, particulares, instituições, instâncias abstratas) da coerência e da estabilidade da identidade assim afirmada.⁴⁵

O contexto de produção dos referidos discursos implica apropriação e atribuição de novos sentidos aos bens culturais, tomados habilmente pelos empreendedores do turismo como produtos a serem comercializados e consumidos mediante a expectativa criada em torno de determinadas formas de compreensão do mundo.

No momento em que as ameaças à continuidade do planeta e da existência humana ganham destaque na mídia, o turismo rural e as práticas de ecoturismo adquirem maior repercussão social. Empreendimentos dessa modalidade tendem a explorar um segmento que incentiva a aproximação entre o homem moderno e os bens culturais que reproduzem a busca da essência humana ou promovem a impressão de que os contatos mais íntimos com a natureza, as tradições e os referenciais culturais rurais implicam a retomada da harmonia entre o homem e o meio⁴⁶.

Nessa direção, Chartier alerta que se torna imperativo reconhecer as representações coletivas como “matrizes de práticas que constroem o próprio mundo social” e que “mesmo as representações coletivas mais elevadas não têm existência [...] senão na medida em que comandam atos”⁴⁷.

⁴⁴ PELEGRINI, Sandra C. A. **Cultura e natureza**: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 26, n. 51, p. 115-140, 2006; BALLART HERNANDEZ, op. cit., 2005.

⁴⁵ CHARTIER, op. cit., 2002a, p. 11.

⁴⁶ PELEGRINI, Sandra C. A. **Patrimônio cultural**: consciência e preservação. São Paulo: Brasiliense, 2009.

⁴⁷ CHARTIER, op. cit., 2002a, p. 11.

Do mesmo modo, a atribuição de valor aos bens tangíveis e intangíveis só adquire ressonância social quando imprime o sentido de pertença àqueles que deles usufruem⁴⁸. Tal atitude pressupõe, conforme Chartier e Stuart Hall, a aceitação de concepções culturais construídas historicamente e socialmente.

Por esse viés teórico, procuramos tratar as fontes dessa pesquisa a partir de sua contextualização histórica e social. Atentamos para o vocabulário, para os enunciados e para os tempos verbais empregados, pois “[...] um documento é sempre portador de um *discurso* que, assim considerado, *não pode ser visto como algo transparente*”⁴⁹. No decurso da pesquisa, evitamos tratar os textos⁵⁰ e imagens “[...] como espelhos, reflexos não problemáticos de seu tempo”⁵¹. Pelo contrário, buscamos efetuar uma leitura crítica das fontes, observando os propósitos nelas impressos.

Para alcançar os objetivos almejados nessa investida acadêmica, os resultados de nossas investigações estão apresentados em três unidades.

Na primeira delas, ocupamo-nos em apresentar a edificação das décadas iniciais de funcionamento da Fazenda Água Azul e as primeiras culturas agrícolas plantadas ali, até o início das investidas no turismo, relacionando-as com os aspectos políticos de incentivo à atividade promovida pelos governos estaduais e federais. Ainda, evidenciamos as dinâmicas das áreas rurais, sua complexidade e o desenvolvimento das novas ruralidades que estimulam o crescimento do turismo no espaço rural.

Na segunda unidade, descrevemos as singularidades culturais do empreendimento turístico investigado e suas atratividades. A apresentação dos artefatos armazenados no “museu” da fazenda também são evidenciados e sua gestão problematizada. Para tanto, valemo-nos da análise de Cartas Patrimoniais e de convenções internacionais que debatem o uso do patrimônio cultural para fins turísticos, atentando para o uso e a representação dos saberes populares.

Por fim, retomamos a questão do patrimônio na unidade III para apresentarmos a utilização dos recursos naturais e seu manejo na Fazenda Água

⁴⁸ CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Edunesp: Estação Liberdade, 2001; GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ: MinC-Iphan, 2002.

⁴⁹ CARDOSO e VAINFAS, op. cit., p. 377. (*sic*).

⁵⁰ Referimos-nos aqui também às fontes orais que foram transcritas e se materializaram como narrativas textuais.

⁵¹ BURKE, Peter. **O que é história cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. p. 33.

Azul de Ecoturismo. Evidenciamos principalmente os debates sobre as paisagens, as estruturas de hospedagem e a construção de um “não-lugar”, e abre imagens que remetem a simulacros criados para encantar os visitantes.

UNIDADE I

TURISMO E AS NOVAS RURALIDADES

Em matéria de cultura, poucas regiões rurais são desfavorecidas; carregadas de história, de tradições, forjadas pelo trabalho de gerações de homens e de mulheres, elas possuem o mais freqüentemente um rico patrimônio e mesmo uma identidade cultural forte. A cultura local, fonte de atividades, de orgulho e de bem-estar pode ser um trunfo maior para o desenvolvimento.
(Maria de Nazaré Baudel Wanderley, 2000).

Grande parte dos estudos sobre o turismo justifica sua importância por meio de dados numéricos que consideram principalmente o fluxo de turistas e de visitantes ou as divisas geradas pelo volume de viajantes que passam por aeroportos, hotéis e eventos. Nossos estudos buscam, no entanto, elucidar questões da cultura presentes nas relações que o turismo produz.

Assinalamos que o espaço rural brasileiro é heterogêneo quanto às práticas agrícolas e aos modos de viver, por isso verificamos, nas discussões referentes ao grau de urbanização do Brasil, um número expressivo de grupos de pessoas formados por pequenos proprietários de terra, agricultores familiares¹, camponeses², assentados, posseiros, arrendatários, meeiros, parceiros, latifundiários e empresários da cidade que investem no campo. Cada um deles caracterizado pelas práticas agrícolas e pelos modos de vida adotados, uma realidade histórica “surpreendentemente variada”, como afirma Raymond Williams³.

Williams ainda preconiza que o modo de vida campestre “engloba as mais diversas práticas – de caçadores, pastores, fazendeiros e empresários agroindustriais”, e suas organizações variam de “pequeno camponês e pequeno arrendatário à comuna rural, dos latifúndios e *plantations* às grandes empresas agroindustriais capitalistas e fazendas estatais”⁴.

Apesar de reconhecermos as peculiaridades de cada grupo anteriormente citados, em nossa investigação, não nos ocuparemos delas, ou seja, todos serão considerados produtores rurais. Entendemos tais indivíduos como aqueles que realizam atividades relacionadas ao campo e ocupam áreas

¹ Para Ricardo Abramovay, o agricultor familiar surge da tecnificação e capitalização do camponês. Para ele, a agricultura familiar é “altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais”. ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, 1992. p. 22.

² Camponês e agricultor familiar configuram-se em grupos identitários distintos. De um lado, o agricultor familiar é detentor de maior tecnologia e produção em escala industrial; e, de outro, o camponês planta para sua subsistência e trabalha pela reprodução e manutenção de suas relações sociais. Assim, Maria José Carneiro assevera que “o *verdadeiro agricultor* é aquele que vive exclusivamente da agricultura, se distinguindo do camponês - muito mais um estilo de vida do que uma profissão - e do *pluriativ*”. (grifos nossos) Este conceito é apresentado ao longo da obra de CARNEIRO, Maria José. Pluriatividade no campo: o caso francês. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.11, n. 32, p. 89-105, out. 1996.

³ WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade**: na história e na literatura. Paulo Henrique Britto (Trad.). São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p.11.

⁴ Ibid., p. 11.

não urbanas, apresentando determinadas características culturais relacionadas ao seu modo de viver, pensar e de se sociabilizar.

Partindo do exposto, propomo-nos a discorrer sobre dois eixos principais: primeiro, almejamos observar como se processou o desenvolvimento do turismo rural no Brasil, estendendo nossas reflexões à região Centro Ocidental do Paraná, a fim de apresentarmos seus desdobramentos na Fazenda Água Azul; e, segundo, a compreensão dos debates teóricos sobre ruralidade e a conformação do novo rural brasileiro.

O estudo sobre a aproximação do turismo com o contexto rural brasileiro permite-nos compreender as alterações culturais e as formas de sociabilidades⁵ do agricultor, esclarecendo como eles se relacionam com o patrimônio cultural rural após a implantação do turismo. Investigamos um empreendimento turístico rural que utiliza aspectos culturais locais como atrativo, dessa forma reafirmamos que o objetivo desta pesquisa é investigar as alterações que se processaram na cultura material e imaterial da “Fazenda Água Azul de Ecoturismo”, percebendo as especificidades que envolvem os modos de viver dos produtores que se dedicam à atividade turística.

⁵ O conceito de sociabilidades implica a construção de redes de relações sociais que incluem “[...] práticas de associação lúdica que, mesmo buscando a confraternização, não deixar de ser perpassadas por dinâmicas de diferenciação social e por relações de poder. REZENDE, Cláudia B. Os limites da sociabilidade: “cariocas” e “nordestinos” na Feira de São Cristóvão. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 28, 2008. p. 179.

1.1 Fazenda Água Azul de Ecoturismo e suas singularidades

A Fazenda Água Azul de Ecoturismo, como assinalamos na introdução, está localizada no município de Fênix. Possui uma área de 774,4 hectares, enquadrando-se em um grupo minoritário de empreendimentos dessa natureza no país. A Associação Brasileira de Turismo Rural (ABRATURR) propala que

[...] 43% das iniciativas turísticas no campo se situam em áreas de até 50 hectares, o que denota o atributo de atividade tipicamente familiar; 31% estão localizadas em áreas de 51 a 250 hectares; 19% de 251 a 1500 hectares; 7% acima de 1500 hectares.⁶

Na sequência (Imagem 2), podemos localizar a região que circunvizinha a Fazenda Água Azul de Ecoturismo. Do lado esquerdo, situamos o Paraná no território brasileiro e, do lado direito, apresentamos um mapa detalhado do referido Estado e dos municípios próximos ao estabelecimento estudado. Na parte inferior da imagem, ainda destacamos as coordenadas de longitude Oeste e latitude Sul em que se encontra o empreendimento.



Imagem 2: Mapa de localização do Estado do Paraná, seus municípios e a Fazenda Água Azul de Ecoturismo, com destaque para o logotipo da propriedade

Fonte: <<http://www.aguaazul.com.br/#empresa/sobre.php>>. Acesso: 25 nov. 2006

⁶ ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE TURISMO RURAL. Dados preliminares das propriedades rurais brasileiras com atividade turística. Disponível em: <<http://www.turismorural.org.br/abraturr/>>. Acesso: 23 jan. 2009.

A observação desses mapas auxilia-nos a estabelecer as distâncias dos municípios adjacentes ao empreendimento investigado. Sua visualização permite-nos perceber a localização da estrada de acesso à Fazenda Água Azul de Ecoturismo.



Imagem 3: Mapa de localização a Fazenda Água Azul de Ecoturismo

Fonte:

<<http://www.aguaazul.com.br/#empresa/sobre.php>>.

Acesso: 25 nov. 2006

A fazenda foi constituída em 1952 e adquirida pelos atuais donos, a família Berg von Linde, no ano de 1967. Somente em 1996 foi implementado o turismo, sendo registrada como empresa dessa natureza apenas em 2005 como “Fazenda Água Azul Ecoturismo Ltda.” Passaram por ali mais de 15 mil pessoas entre 1996 e 2008, com visitas concentradas nos meses de outubro a fevereiro, conforme consta no livro de registro de visitantes da propriedade.

Johan Gabriel Berg von Linde, patriarca da referida família, era sueco (natural de Lund), e com 30 anos de idade aportou no Brasil em 1956. Casou-se com Elissena Frollini, filha de italianos, cujos ancestrais chegaram ao Brasil para o cultivo do café em 1887. O casal teve apenas um filho, Gorm Eugênio

Berg von Linde⁷, que, por sua vez, casou-se com Sara Peter, com quem teve duas filhas, Gabriela e Marina. Após a morte de Johan, em 10 de outubro de 2004, a senhora Elissena Frollini assumiu a administração da fazenda com Gorm Eugênio. Na atualidade, ela, o filho, a nora, as netas e a bisneta habitam a fazenda⁸.

A investigação sobre a história da referida propriedade e de suas atividades fundamentou-se em documentação imagética e oral. As fontes iconográficas constituem-se em um conjunto de representações portadoras de informações materializadas em fotografias, formado por parte do acervo da família Berg von Linde e pelos registros por nós efetuados.

As fontes orais perfazem aproximadamente nove horas de entrevistas com membros da família, registradas no ano de 2008 e 2009, que reiteram as primeiras informações coletadas desde os primeiros contatos com os Berg von Linde, datados de meados de 2002. Entretanto, desde 2006 tais laços se estreitaram porque nossas visitas à Fazenda se tornaram mais assíduas, tendo em vista a realização desta pesquisa. A decisão por encerrar a coleta de tais documentos só pôde ser tomada à medida que a pesquisa se concluía, como comumente ocorre no trato dos documentos orais, conforme salienta Alberti⁹. Tais relatos contribuíram para elucidar reflexões acerca do processo de turistificação da propriedade e sobre os aspectos culturais do mundo rural.

Cabe lembrarmos que o emprego da História Oral como procedimento para a escrita de acontecimentos e para a identificação de Histórias de vida acontece na década de 1960, segundo Verena Alberti, “paralelamente ao aperfeiçoamento do gravador portátil”. O uso desse documento torna-se mais frequente nas investigações das narrativas de “membros de grupos sociais que, em geral, não deixavam registros escritos de suas experiências e formas de ver o mundo”¹⁰.

⁷ O nome Berg von Linde é repleto de significado. “Gorm” foi um dos reis da Dinamarca e ancestral *viking* do Senhor Johan Gabriel. “Eugênio” era o nome de seu avô paterno. “Berv von Linde” trata-se do sobrenome paterno herdado.

⁸ Constatado em visita *in loco*, realizada em setembro de 2008.

⁹ ALBERTI, op. cit., p. 174.

¹⁰ *Ibid.*, p. 157.

Como fontes secundárias, valemo-nos das informações contidas na dissertação de Mestrado de Ester Cristina Back Schulz¹¹, que investigou o turismo no espaço rural, na área de influência de Maringá. Em seu trabalho, a pesquisadora relatou o turismo desenvolvido em áreas rurais no Paraná, enfocando três propriedades de turismo, dentre elas, a Fazenda Água Azul de Ecoturismo¹². A opção de utilização dessa fonte ocorreu principalmente em razão de localizarmos, entre os anexos, uma entrevista com o Senhor Johan Gabriel Berg von Linde, já falecido. Posteriormente, tal entrevista nos foi enviada e sua utilização autorizada pela autora do trabalho.

Consideramos que tanto as entrevistas coletas por nós como a registrada por Schulz não revelam a realidade de como sucederam os fatos, mas servem para desvendar indícios que permitem entendê-los. Os testemunhos orais são versões do ocorrido e não podem ser tratados como reveladores de uma verdade única, visto que cada indivíduo constrói a sua verdade do fato. Alberti alerta os estudiosos no sentido de que “o equívoco está em considerar que a entrevista publicada já é “História”, e não apenas fonte que, como todas as fontes, necessita de interpretação e análise”¹³.

Para melhor entendimento das relações de sociabilidade entre os moradores locais, os visitantes da Fazenda Água Azul e de sua história, utilizamos a observação *in loco*, considerando a possibilidade de coletar sinais, indícios e pistas que nos levassem a desvendar as relações desses indivíduos com o patrimônio cultural local. Carlo Guinzburg sugere a utilização do método indiciário, para a observação dos detalhes e a busca de signos que possam nos auxiliar a compreender as redes de relações sociais e a identificação de traços individuais e particulares¹⁴ dos personagens de nossa investigação, ou seja, a família Berg von Linde. Ginzburg propõe “[...] um método interpretativo

¹¹ SCHULZ, Ester Cristina Back. **Turismo no espaço rural na área de influência de Maringá – Paraná**. Dissertação de Mestrado. Itajaí: UNIVALI, 2006.

¹² As demais propriedades investigadas pela autora são: a Fazenda Fonte Luminosa, localizada no município de Paranavaí, e a Fazenda Salto Bandeirantes, na cidade de Santa Fé, ambas no Estado do Paraná, as quais se dedicaram inicialmente às atividades agrícolas e atualmente desenvolvem também o turismo como nova fonte de renda. SCHULZ, op. cit.

¹³ ALBERTI, op. cit., p. 158.

¹⁴ GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: _____. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 140–150.

centrado sobre os resíduos, sobre os dados marginais, considerados relevantes. Desse modo, pormenores normalmente considerados sem importância, ou até triviais”, podem fornecer a chave para a pesquisa histórica¹⁵. Procuramos, assim, com a visita *in loco*, observar signos que nos permitissem entender fatos passados.

A área onde hoje se localiza a cidade de Fênix era considerada “terra devoluta” até por volta de 1930. Tratava-se de uma região ainda pouco habitada e que se transformou, ao longo dos anos, por ações da iniciativa privada. Foram terras não exploradas oficialmente por particulares antes de 1950, diferenciando-se das demais regiões do Estado que, por volta da década de 1940, foram loteadas pelas denominadas “companhias de colonização”.

Após a ocupação dessa região, seguiu-se o plantio do café sobre as matas nativas e a abertura de estradas, trazendo consigo núcleos de povoados que se urbanizaram com o decorrer do tempo. A partir da análise de nossas fontes orais¹⁶, foi possível observarmos que as terras onde se localiza a Fazenda Água Azul de Ecoturismo pertenciam ao Interventor Manoel Ribas, que as ganhou em troca de serviços prestados ao Estado.

Esse mesmo interventor vendeu-as para Aroldo Teixeira Valadão, professor de Direito Internacional, que, por sua vez, revendeu ao engenheiro eletricitista responsável pelo projeto de instalação elétrica de Brasília, Luis Dias Ferreira, em 1952. Naquela época, ele adquiriu 200 alqueires de terras próprias para cultivo, denominada gleba Arurau, conforme consta na entrevista de Johan Gabriel¹⁷.

Segundo o atual administrador das terras, senhor Gorm Eugênio¹⁸, durante a compra das terras foi ordenado o seu “desbravamento”, e quem ficou incumbido de demarcar aquele lote e abrir as primeiras picadas em meio à mata fechada foi o senhor Antonio Lázaro da Costa. Na época, os lotes delimitados ainda não possuíam nomenclatura específica.

¹⁵ Ibid., p. 149 et seq.

¹⁶ Conforme relato de Gorm Eugênio Berg von Linde, coletado no segundo semestre de 2008 (10 de dez. 2008. Duração: 54min.13s.; e 11 de dez. 2008. Duração: 21min.25s.) e análise da entrevista de Johan Gabriel Berg von Linde, registrada por Ester Back Schulz, em 2006.

¹⁷ Registrada por Ester Back Schulz, em 2006.

¹⁸ Conforme relato de Gorm Eugênio Berg von Linde, coletado no segundo semestre de 2008 (10 de dez. 2008. Duração: 54min.13s.; e 11 de dez. 2008. Duração: 21min.25s.).

O nome do lote só foi conferido dias após o começo de sua demarcação. Paulo Martins, outro mateiro que acompanhava Antonio Lázaro da Costa, avistou uma pequena queda d'água de coloração azul nas terras que estavam demarcando. O efeito da luz do sol, ao incidir na água de cor azulada, chamou tanto a atenção dos mateiros desbravadores que eles se dispuseram a nomear o lote como "Água Azul".

Após a demarcação do território da fazenda, foi iniciada a derrubada da mata para a reocupação¹⁹ do lugar. No local onde hoje se encontra a sede da fazenda, ali foi construído o primeiro barraco, que servia para abrigar os mateiros que trabalhavam no local. O casebre era uma estrutura simples, construída com madeira (palmito), como rememora Eugênio²⁰.

As primeiras culturas agrícolas desenvolvidas ali foram o café e a hortelã, concomitantemente. A hortelã, nas áreas de relevo suave, e o café, nas de relevo mais ondulado. Segundo as informações obtidas nos materiais de divulgação turística da propriedade²¹, essas culturas se estenderam até 1967, quando, em agosto daquele mesmo ano, a propriedade é comprada por Johan Gabriel Berg von Linde. Na época, havia na fazenda 295.000 pés de café plantados e alguns meiros de hortelã.

Gilson Backes, ao investigar o ciclo da hortelã no Paraná, afirma que a cultura foi uma atividade econômica que se iniciou no Estado em

[...] pequenas propriedades e que proporcionava, segundo muito se diz, lucratividade aos proprietários rurais. Pois as terras que estavam sendo desmatadas ou recém-desmatadas apareceram como as ideais para esse tipo de cultivo agrícola, tendo em vista que a hortelã se caracterizou como uma atividade de "desbravamento" por ser desenvolvida em terras recém-desmatadas e ainda virgens, portanto, férteis [...]. O período hortelaneiro pode ser caracterizado como um período de grande contingente populacional. Muitas pessoas estiveram presentes mantendo suas relações sociais por intermédio

¹⁹ Conforme Nelson Dacio Tomazi, houve um processo de ocupação anterior pelas populações indígenas no local. TOMAZI, Nelson Dacio. Construções e silêncios sobre a (re)ocupação da região Norte do Estado do Paraná. In: DIAS, Reginaldo B.; GONÇALVES, José H. R. (Orgs.). **Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional**. Maringá: Eduem, 1999. p. 51-85.

²⁰ Esses dados foram revelados na entrevista realizada com o senhor Gorm Eugênio Berg von Linde, no segundo semestre de 2008 e reiterados em dezembro do mesmo ano (10 de dez. 2008. Duração: 54min.13s.; e 11 de dez. 2008. Duração: 21min.25s.). Eles coincidem com a interpretação dos estudiosos no assunto.

²¹ FAZENDA ÁGUA AZUL DE ECOTURISMO. Histórico. Disponível em: <<http://www.aguaazul.com.br/#empresa/sobre.php>>. Acesso: 15 jan. 2008

das lavouras de hortelã, sejam relações de trabalho ou de vizinhança.²²

Cabe-nos salientar que o apreço pelo desenvolvimento de atividades turísticas na Fazenda Água Azul de Ecoturismo a partir de 1996 ocorreu em função das reviravoltas econômicas relativas às atividades agrícolas, contudo somente em 2005 o empreendimento constituiu empresa jurídica, mantendo em paralelo as culturas de milho, de soja e de trigo²³, conhecidas também como “lavoura branca”. Naquela época, ainda se produziam leite e frutas na propriedade. Segundo Schulz²⁴, a maior parte das atividades concentrava-se na lavoura branca, mas, em um momento posterior à sua implantação, iniciou-se a pecuária leiteira com um plantel de vacas da raça girolanda e pardo-suíça. A produção de leite em alta escala findou-se em janeiro de 1999. Nos anos seguintes, paulatinamente, à criação de animais na fazenda foi abandonada, com exceção dos cavalos, que, atualmente, são utilizados para passeio dos visitantes.

Reconhecemos, entretanto, que a implantação do turismo na propriedade se sobrepôs à outra realidade anterior, a decadência das lavouras do café e da hortelã. O declínio da cultura do café no Paraná ocorreu a partir de 1975, com grande perda da produção decorrente da geada, que comprometeu a colheita daquele ano. Depois vieram as políticas que estendiam as leis trabalhistas das cidades ao campo e as questões judiciais que decorriam delas, regulando os pagamentos indiretos²⁵, além das facilidades das culturas mecanizadas do milho, da soja e do trigo²⁶. Tais fatores estavam relacionados às ações políticas realizadas no país na década de 1950. E, em meados da década de 1970, aumentaram consideravelmente o

²² BACKES, Gilson. O ciclo produtivo de hortelã no oeste do Paraná: outras memórias. **Revista História em Reflexão**. v. 2, n. 4, Dourados: UFGD, jul. dez., 2008. p. 3 et seq.

²³ SCHULZ, op. cit., p. 72.

²⁴ Ibid.

²⁵ ALVES, Eliseu. **Migração rural-urbana, agricultura familiar e novas tecnologias**: Coletânea de artigos revistos. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2006. p. 20.

²⁶ FAZENDA ÁGUA AZUL DE ECOTURISMO. **Histórico**. Disponível em: <<http://www.aguaazul.com.br/#empresa/sobre.php>>. Acesso: 15 dez. 2008

estímulo à “incorporação de tratores, colheitadeiras, implementos mecânicos, fertilizantes e biocidas ao processo produtivo”²⁷.

O aumento dos encargos sociais relativos aos funcionários restantes contribuiu para que, em 1979, se encerrasse, na propriedade, o plantio do café, prosseguindo-se com a implantação da “lavoura branca”. Em 1985, o cultivo do café foi definitivamente encerrado, “restando 207 hectares de área mecanizada e 200 hectares de pastagens com 23 funcionários”²⁸. Em 1995, a Fazenda Água Azul vivenciou o colapso da atividade agrícola. Os funcionários foram dispensados, o maquinário e os implementos remanescentes foram vendidos. A partir daquele momento, a família Berg von Linde passou a lidar com gado leiteiro.

Segundo Otavio Ianni, na maioria das vezes, as crises que atingem grandes e pequenos grupos sociais podem parecer internas, porém são também originadas dentro de um processo mais amplo e complexo que envolve as economias mundiais. Ianni assevera:

Podem ser crises advindas da adoção, em forma mais sistemática, ou pela primeira vez, dos mecanismos demarcados das técnicas de administração e gerência racionais, das expectativas e dos hábitos consumistas, das abstrações do imaginário inerente à economia política do capitalismo, da sociabilidade burguesa. Combinam-se valores heterogêneos, locais e globais, comunitários e societários, africanos e asiáticos, europeus e norte-americanos, orientais e ocidentais. As próprias sociedades dominantes, com economias organizadas em moldes capitalistas avançadas, também elas são desafiadas, modificadas ou mesmo revolucionadas pelo novo surto de acumulação atravessando nações e continentes, ilhas e arquipélagos, mares e oceanos.²⁹

Assim, entendemos que o processo de implementação, de produção e de decadência das atividades agrícolas da Fazenda Água Azul deixa como legado, além das memórias dos proprietários e dos antigos funcionários, as estruturas físicas que remetem às lembranças, principalmente às do auge da

²⁷ HESPANHOL, Antonio Nivaldo. O desenvolvimento do campo no Brasil. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MAQUES, Marta Inez Medeiros; SUZUKI, Julio César (Orgs.). **Geografia agrária: teoria e poder**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 273.

²⁸ FAZENDA ÁGUA AZUL DE ECOTURISMO, op. cit., 2008.

²⁹ IANNI, O. **A era do globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996. p. 36.

produção de café. Hoje, o que ela tem de peculiar é a mata preservada e a estrutura física remanescente do ciclo cafeeiro no Estado.

Na Fotografia 1, observamos duas das casas que outrora foram utilizadas como morada dos funcionários da fazenda e de seus familiares. No final do século XX e início do XIX, esses ambientes foram adequados a novos usos, como a hospedagem de turistas.



Fotografia 1³⁰: Casa dos antigos funcionários da Fazenda Água Azul, adaptada para hospedagem turística

Autoria: Fabiane Nagabe

Data: Setembro de 2008

Na Fazenda, ao todo são 17 casas, com metragens e divisões internas distintas, sendo que três delas constituem moradas dos proprietários e de um funcionário. Todas elas são resultado das mesmas tecnologias e dos mesmos materiais de construção, concebendo uma amostragem da arquitetura vernacular. São casas edificadas com ripas de madeiras, unidas por “mata-

³⁰ As imagens apresentadas nessa unidade servem apenas como aporte para que os leitores se familiarizem com a localidade estudada, portanto, as fotos numeradas de 1 a 5 não são objetos de estudo no momento. A elas serão conferidas por análises somente nas próximas unidades.

junta”, em formato retangular, compostas geralmente por três ou mais quartos, um banheiro, duas salas e uma pequena área de lavanderia. Comumente, essas residências eram providas de apenas uma sala de uso coletivo. Na atualidade, o espaço que era destinado à cozinha também se tornou sala para uso turístico.

Todas as instalações contam com janelas e com portas em madeira, fechadas pelo lado de dentro com tramelas. Apenas a porta principal, que liga a sala à varanda, possui fechadura, trancada à chave. Tais características foram preservadas com o intuito de manter a atmosfera idílica do local.



Fotografia 2: Cozinha de uma das casas dos antigos funcionários da Fazenda Água Azul, adaptada para hospedagem turística

Autoria: Fabiane Nagabe

Data: Setembro de 2008

Na Fotografia 2, que retrata a cozinha de uma das casas, observamos que foi mantido o fogão à lenha, porém, como as refeições dos hóspedes são realizadas de forma coletiva no refeitório da Fazenda, o fogão serve, no verão, como adereço e, no inverno, como uma espécie de lareira. No ambiente também há sempre a presença de uma mesa, em madeira, cujo formato varia conforme a casa. A maioria dos móveis foi confeccionada por seus

proprietários. Nessa foto, notamos sobre a mesa uma antiga panela, dentre as tantas que serviram ao uso doméstico de seus antigos moradores, contudo está disposta apenas como adorno e suporte para revistas. Logo, são atribuídos novos usos, inclusive aos artefatos mais simples.

Elissena Frollini Berg von Linde relata que alguns hóspedes, ainda que raramente, solicitam a utilização do fogão para preparo de alimentos de fácil cocção como, por exemplo, pipocas, pinhões e chás³¹. Nos referidos espaços, não há presença de pia, somente um pequeno frigobar que mantém refrigerados águas e bebidas.

Doze dessas casas, com 80 leitos ao todo, servem para a pousada dos turistas. A localização de dez desses antigos domicílios pode ser verificada no centro da Fotografia 3, agrupadas de forma paralela e separadas por uma distância média aproximada de 30 metros de área ajardinada. Destacamos que, nas duas últimas casas, retratadas mais ao centro da foto, residem os proprietários do Hotel.

Todas essas hospedagens possuem varanda de frente para uma pequena estrada de terra que permite o acesso de veículos e pedestres. As demais hospedagens estão assim localizadas: uma, à direita da fotografia, em meio à mata; outra, entremeio a um descampado (pasto dos cavalos) e o antigo terreiro de secagem do café. A “Casa do Lago”, a mais isolada delas, está à esquerda da imagem, entre dois dos lagos.

³¹ O depoimento relatado nos primeiros contatos e reiterado nas últimas entrevistas realizadas no mês de julho de 2009. (Duração: 1h14min13s.)



Fotografia 3: Vista aérea de parte da Fazenda Água Azul de Ecoturismo
Autoria: Acervo da Fazenda Água Azul
Data: Setembro de 2008

Na Fotografia 3 é possível ainda observar os três lagos disponíveis para pesca esportiva. Destacamos a presença do restaurante, ao centro da foto, logo abaixo da última casa. A área das piscinas está próxima do local onde foram instalados a baía dos cavalos e um “museu”, organizado por Elissena Berg von Linde. Nesse lugar, desde a década de 1970 foram preservados objetos das famílias residentes ali, como utensílios domésticos e instrumentos de trabalho recolhidos por Elissena. A fachada da construção é flagrada na Fotografia 4. Trata-se de uma antiga estrutura de armazenagem de café, adaptada à visitação turística. À sua frente, os mastros construídos pelo patriarca da família, que, em vida, hasteava diariamente as bandeiras do Brasil, do Paraná e da Suécia.



Fotografia 4: Frente do “Museu”

Autoria: Fabiane Nagabe

Data: Setembro de 2008

O “museu” é objeto de análise na próxima unidade do presente estudo. Apenas adiantamos que o seu interior é dividido em várias partes e armazena desde bens da família Berg von Linde e de seus antepassados (com peças utilizadas no Brasil e outras oriundas da Suécia), até armas, bornais, vestimentas em couro e máquinas plantadeiras, além de tambores de leite e marcadores de boi, conforme registrado na Fotografia 5.



Fotografia 5: Interior do “museu”

Autoria: Fabiane Nagabe

Data: Setembro de 2008

As peças armazenadas no museu são vestígios das atividades que aconteceram no passado e foram organizadas nesse ambiente com o intuito de a proprietária preservar a memória das relações sociais e culturais das pessoas que viveram naquele lugar. Trata-se de um atrativo que confere prazer a Elissena, sentimento que ela deixa transparecer quando os apresenta aos turistas. Nessas ocasiões, ela revive fragmentos de fatos retidos em sua memória de tempos passados. Dentre os familiares, a matriarca é a única que acompanha os visitantes na caminhada pelo interior dos ambientes. Considerando que a memória é a maneira como as pessoas e os grupos sociais estabelecem elos entre o presente e o passado, durante o passeio, a matriarca oralmente segue explicando a origem e o uso de cada um dos

objetos. Armazenar tais objetos e contar a história de cada um deles é uma forma de relacionar-se com um tempo que já se foi.

Esse espaço museal é constituído de lugares de memória, conceito apreendido por Pierre Nora na década de 1980, ao diferenciar história e memória, e anuncia o anseio de manutenção da identidade cultural local como forma de sustentação dos sinais que unem as histórias daquele lugar e o diferencia de outros.

Nora preconiza que esses lugares “nascem e vivem do sentimento [de] que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não naturais”³². Nesse sentido, para o autor, a memória é

[...] vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações.³³

Segundo Yara Aun Khoury, as memórias são tencionadas e articuladas pelas experiências diárias, expondo-se nas falas, nos gestos e nas atitudes diárias³⁴. A memória é formada e alterada pelo conjunto de acontecimentos vivenciados ou captados de pessoas e de lugares por onde se tenha passado ou que se tenha conhecido, segundo Michael Pollack³⁵. É também a partir dela que podemos observar como os indivíduos lidam com os valores e as referências do passado³⁶. Marly Rodrigues observa que:

A forma de pensar nossa herança cultural como um lugar de memória vai de encontro à prática de preservação do patrimônio que se

³² NORA, Pierre. “Entre Memória e História: a problemática dos lugares”. In: **Projeto História**. São Paulo: PUC, n. 10, dezembro de 1993, p. 13.

³³ Id., *ibid.*, p. 9.

³⁴ KHOURY, Yara Aun. Muitas memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história. In: FENELON, Déa Ribeiro; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun (Orgs.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d’Água, 2004. p. 137.

³⁵ POLLACK, Michael. Memória e identidade social. In: **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 199. p. 202.

³⁶ *Ibid.*, p. 122.

estabeleceu no país na década de 1930 e, até certo ponto, ao próprio rumo assumido pelas atividades de turismo no Brasil.³⁷

Sobre patrimônio, José Ricardo Oriá Fernandes³⁸, ao definir patrimônio cultural, afirma que a memória social ou coletiva, “evidenciada através dos registros, vestígios e fragmentos do passado [...] constitui-se em referencial de nossa identidade cultural e instrumento possibilitador do exercício da plena cidadania”. Assim, as memórias evidenciadas por aqueles que moraram e trabalharam na Fazenda Água Azul constituem-se, para nós, também em objeto de interesse.

Das estruturas físicas observadas, percebemos que, após a decadência da agricultura, restaram, então, casas de madeira vazias. Diante dessa estrutura, da área de mata conservada e do desestímulo causado pela decadência da agricultura na fazenda, seus proprietários decidiram transformar o lugar em uma “Fazenda Hotel”³⁹, termo mais adequado, como demonstraremos na sequência.

Os argumentos explícitos nos documentos analisados são portadores de um discurso romantizado por seus produtores, que descrevem a tomada de decisão como a realização de um sonho. Segundo eles,

Encontrando-se com 13 casas rústicas de madeira vazias, com um **enorme tempo hábil** e com uma **vasta área florestal** preservada a Professora de Belas Artes Sra. Elissena Frollini Berg von Linde, percebeu a possibilidade de realizar um antigo sonho: de transformar

³⁷ RODRIGUES, Marly. Preservar e consumir: o patrimônio histórico e o turismo. In: FUNARI, Pedro Paulo; PINSK, Jaime (Orgs.). **Turismo e patrimônio cultural**. São Paulo: Contexto, 2007. p. 17.

³⁸ FERNANDES José Ricardo Oriá. Educação patrimonial e cidadania: uma proposta alternativa para o ensino de História. **Revista Brasileira de história**. v. 13 n. 25/26, São Paulo, set. 92/ago. 93. p. 266.

³⁹ Um importante marco historiográfico e teórico-metodológico na interpretação do Turismo Rural e suas potencialidades culturais foi o estudo produzido por Adyr Balastrieri Rodrigues (2003). De acordo com a autora, o turismo rural pode se dividir em dois agrupamentos conforme a atividade agrícola de origem do local ou do tipo de meio de hospedagem. Em sua perspectiva, define esta atividade em “Tradicional” e “Contemporâneo”. Esses grupos ainda foram subdivididos. O primeiro é dividido em subgrupos de origem agrícola, pecuarista ou de colonização europeia. O segundo é separado em hotéis-fazenda, pousadas, *spas*, segunda residência campestre, *camping* e acampamentos, turismo de caça e pesca, turismo rural místico ou religioso, científico-pedagógico e etnográfico. A profusão de termos conceituais ocorre, pois não chega a um consenso sobre definição única, vistas as múltiplas peculiaridades culturais distintas que compõem o território brasileiro.

tudo em um "Hotel Fazenda" e o Sr. Johan de viabilizar outro sonho: de compartilhar com outras pessoas as **maravilhas da natureza**, o **sossego e o bem estar** proporcionado pelo **contato direto com o ECOSISTEMA**. Teve então início o trabalho cuidadoso de recuperar toda a infra estrutura dos prédios da propriedade, que são, na maioria **construídos em madeira nobre**, também teve início a confecção de móveis, pois quase todas as casas são mobiliadas com mobílias produzidas aqui.⁴⁰ [sic]

Observa-se, no discurso acima, a valorização dos ambientes e da natureza, euforizados por meio da utilização de termos como “enorme tempo hábil”, “construídos em madeira nobre”, “vasta área florestal” e “maravilhas da natureza”. É específico o apelo à natureza, ao relacioná-la aos substantivos “sossego” e “bem estar” [sic], como se a natureza existente ali, por si só, fosse capaz de trazer aos seus visitantes essas sensações, mediante um breve contato com o ecossistema local⁴¹.

Estudos recentes apontam, contudo, que somente o contato direto com a natureza não é o suficiente para estimular a demanda turística. Pedro Paulo Funari e Jaime Pinsk salientam que “em princípio, [...], as pessoas só decidem viajar se e quando querem entrar em contato com outros costumes e maneiras de viver, com outros povos e culturas, com outras realidades”⁴². Notamos, portanto, que há um amplo conjunto de aspectos culturais que levam a pessoa a optar por determinados roteiros turísticos.

Várias motivações podem desencadear o turismo nos espaços rurais, entre eles destacamos a história local, a rusticidade dos aposentos, a paisagem natural e cultural do lugar, o contato e o bate-papo descontraído com os moradores locais, os “quitutes feitos à maneira da casa” e os passeios oferecidos⁴³. Detectamos que, no caso da Fazenda Água Azul de Ecoturismo, esses predicados também são elencados como fatores singulares.

O Ministério do Turismo, ao falar da atividade no campo, acrescenta que tais práticas contribuem para a valorização das manifestações culturais do local

⁴⁰ FAZENDA ÁGUA AZUL DE ECOTURISMO, op. cit., 2008 (grifos nossos).

⁴¹ As observações fundamentam-se na análise semântica do discurso, sistematizado por Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas na obra **Domínios da História**, p. 377-385.

⁴² FUNARI, Pedro Paulo e PINSK, Jaime (Orgs.). **Turismo e patrimônio cultural**. São Paulo: Contexto, 2007. p. 7.

⁴³ Ibid.

e de sua história. Nesses termos, o documento “*Turismo rural: orientações básicas*” não deixa dúvidas, ao explicitar também que:

O crescimento da atividade tem proporcionado a dinamização social e econômica de diversos territórios rurais. A criação de postos de trabalho, a possibilidade de agregação de valor aos produtos e serviços gerados nas propriedades agrícolas e empreendimentos rurais, a valorização de manifestações culturais e da história dessas regiões têm sido fatores determinantes para o fortalecimento do Turismo Rural.⁴⁴

O mesmo discurso apresentado pelo órgão supracitado, que expressa a preocupação do Governo Federal com a preservação dos aspectos culturais regionais, também foi utilizado pelo governo do Paraná para estimular o turismo no Estado. Nesse contexto, não podemos deixar de relacionar a turistificação das áreas da Fazenda Água Azul (a partir de 1996⁴⁵), a ascensão do discurso dos benefícios econômicos gerados pela implantação das atividades turísticas desenvolvidas em áreas rurais, propagado no Paraná pelo Governo Estadual, como um eco do que afirmava a esfera Federal.

Antes de nos ocuparmos das especificidades do turismo desenvolvido na propriedade em questão, na próxima unidade trataremos de algumas questões relativas ao turismo rural no Brasil.

1.2 Turismo no espaço rural

Observamos que, a partir dos anos de 1970, no Brasil, a dinâmica nas áreas rurais vem se complexificando à medida que há também um maior contato com o desenvolvimento tecnológico. A existência de instituições e de serviços tipicamente urbanos no campo evidencia a heterogeneidade da produção e dos modos como os trabalhadores se relacionam e como organizam suas atividades. Maria de Nazareth Wanderley assinala que,

⁴⁴ BRASIL. Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. **Turismo rural**: orientações básicas. Brasília: Ministério do Turismo, 2008a. p. 16.

⁴⁵ FAZENDA ÁGUA AZUL DE ECOTURISMO, op. cit., 2008.

[...] em certos casos, o meio rural se caracteriza pelo *habitat* concentrado em um núcleo, que aglutina não somente as residências dos habitantes do campo, mas também as instituições públicas e privadas ligadas à vida local (igreja, postos bancários e de cooperativas, escolas, postos de saúde etc.).⁴⁶

Nesse sentido, a apreensão do conceito de ruralidade amplia o entendimento das determinações territoriais e conceituais do campo que, na maioria das vezes, são delimitadas por interesses políticos fiscais dos poderes municipais. Siqueira e Osório⁴⁷, ao definirem o rural, fazem uma crítica a essa forma de delimitação e alertam para o fato de que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) oferece subsídios para tais formulações. Segundo a argumentação dos autores, a acepção de rural que informa as pesquisas do IBGE se pauta pela demarcação de áreas, realizada pelas autoridades municipais nos planos diretores, que, por sua vez, são definidos por critérios políticos e não espaciais.

De modo geral, entre os teóricos, as definições que distinguem tais áreas se fundamentam na densidade demográfica⁴⁸, nos elementos naturais presentes no território ou ainda agregando ambos. Marta I. M. Marques assinala que “o espaço rural corresponde àquilo que não é urbano, sendo definido a partir de carências e não de suas próprias características”⁴⁹.

Por longo tempo, a definição do rural e do urbano centrou-se numa percepção antagônica que colocava os dois universos como regiões incompatíveis. Esse tipo de explicação foi sustentado por uma corrente de teóricos que considerava as extensões geográficas rurais e urbanas como dualistas. Tal interpretação dava margem a perspectivas equivocadas, como aquelas que tendem a associar o campo ao atraso e as cidades ao moderno e ao progresso. A visão dicotômica justificava a necessidade de se urbanizar

⁴⁶ WANDERLEY, op.cit.

⁴⁷ Siqueira, Deis; Osorio, Rafael. **O conceito de rural**. *En publicacion: Una nueva ruralidad en América Latina?*. Norma Giarracca. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2001. p. 77.

⁴⁸ VEIGA, J. E. **Cidades imaginárias**: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Autores Associados, 2002.

⁴⁹ MARQUES, Marta Inez Medeiros. O conceito de espaço rural em questão. **Terra Livre**. São Paulo, v. 2, n. 19, jul./dez. p. 95-112, 2002.

todas as áreas rurais, conforme Candiotto e Correa⁵⁰. A respeito desse mesmo enfoque, Williams afirma:

Em torno das comunidades existentes, historicamente bastante variadas, cristalizaram-se e generalizaram-se atitudes emocionais poderosas. O campo passou a ser associado a uma forma natural de vida – de paz, inocência e virtudes simples. À cidade associou-se a idéia de centro de realizações - de saber, comunicações, luz. Também constelaram-se poderosas associações negativas: a cidade como lugar de barulho, mundanidade e ambição; o campo como lugar de atraso, ignorância e limitação.⁵¹

Essas representações de “atraso” e de “ignorância” vinculadas ao campo precisam ser relativizadas na contemporaneidade. As relações entre o campo e a cidade não podem ser entendidas como opostas. Cada vez mais, notamos uma interação entre os modos de viver que outrora eram tão diferentes. A incorporação de referências urbanas nas áreas rurais tende a diluir as fronteiras que as separam.

Os agentes turísticos apropriam-se dessas aproximações e procuram organizar roteiros que reforcem a visão idílica e bucólica do campo. Desse ponto de vista, não lhes parece desejável admitir a dissolução do mundo agrário⁵².

Devemos lembrar que, apesar de as relações de trabalho na esfera rural se transformarem, isso não implica a ruptura com as experiências vividas e com as representações de lugares onde o homem supostamente conviveria em harmonia com a natureza.

Milton Santos, um dos autores que diverge da perspectiva dualista da relação urbana/rural, admite a intensa modernização e tecnicização⁵³ po que esses espaços e suas atividades produtivas vêm passando nas últimas décadas. O autor ainda chama atenção para o fato de que tal fenômeno pode gerar maior interação entre campo e cidade:

⁵⁰ CANDIOTTO e CORRÊA, op. cit., p. 217.

⁵¹ WILLIAMS, op. cit., p. 11.

⁵² Essa ideia é defendida por IANNI, op. cit., p. 49.

⁵³ O conceito de tecnicização é utilizado por alguns autores em substituição ao conceito de urbanização, por entenderem ser mais amplo, como nos esclarece Candiotto e Corrêa: “[...] preferimos trabalhar com a idéia de tecnicização como mais ampla que a de urbanização”. CANDIOTTO e CORRÊA, op. cit., p. 240.

Nas condições atuais do meio técnico-científico, os fatores de coesão entre a cidade e o campo se tornaram mais numerosos e fortes. A agricultura moderna, à base de ciência, tecnologia e informação, demanda um consumo produtivo cuja resposta, imediata, deve ser encontrada na cidade próxima.⁵⁴

Com efeito, o pesquisador em questão partilha da corrente interpretativa que considera a existência de um *continuum* rural-urbano. Nessa linha de abordagem, entendemos que o avanço da urbanização “é responsável por mudanças significativas na sociedade em geral, atingindo também o espaço rural”⁵⁵. Salientamos que a noção de ruralidade se vincula não somente à territorialização espacial ou à delimitação política de tais ambientes, mas, sobretudo, às características culturais e identitárias das coletividades e dos indivíduos pertencentes ao mundo rural, seu modo de viver, agir e pensar.

Outra autora que se alinha à mesma forma de pensar é Maria de Nazareth Wanderley. Para ela, o conceito do *continuum* rural-urbano possibilita a identificação da “[...] proximidade e a continuidade espacial entre o meio rural e o urbano, e reforça a constituição de identidades referidas às diferenças espaciais e o sentimento de pertencimento ao meio rural [...]”. Por essa ótica, destaca que, apesar da “proximidade”, as relações sociais do homem do campo são diferenciadas do urbano e delas resultam práticas culturais e “representações particulares a respeito do espaço, do tempo, do trabalho, da família etc.”⁵⁶ Essas características não são, porém, imutáveis ou homogêneas nas sociedades.

Em síntese, cumpre-nos reiterar que a percepção, as experiências e as representações criadas pelo turismo no campo, os usos do patrimônio cultural integrado ao empreendimento agropecuário, o estilo de vida, o modo de agir e de comportar-se constituem um dos objetivos da presente pesquisa. A propriedade objeto de nossas investigações denominava-se “Fazenda Água Azul de Ecoturismo” até 10 de dezembro de 2008. Hoje, chama-se “Hotel Fazenda Água Azul” e configura-se em um empreendimento de “turismo no espaço rural”, onde se desenvolve um conjunto de práticas de lazer cuja

⁵⁴ SANTOS, M. **A natureza do espaço**. São Paulo: HUCITEC, 2006. p. 193-194.

⁵⁵ CANDIOTTO e CORRÊA, op. cit., p. 217.

⁵⁶ WANDERLEY, op. cit., p. 107.

promoção de visitas visa valorizar o patrimônio cultural e natural existente no local.

Apesar do novo nome adotado, inserida na definição de “hotel fazenda”, trata-se de uma “fazenda hotel”. Adyr Balastreri Rodrigues indica que esses estabelecimentos são hospedagens construídas para moradia de funcionários ou dos proprietários ou para o atendimento de visitas particulares. Posteriormente, são adaptados para finalidade comercial, portanto sua estrutura difere dos hotéis-fazenda, das pousadas rurais, dos *spas* e dos acampamentos rurais construídos com o propósito de hospedagem comercial⁵⁷.

A distinção da classificação dos referidos empreendimentos turísticos é importante neste ponto da pesquisa, pois seu objetivo derradeiro influi diretamente na sua forma de gestão. Enquanto os estabelecimentos construídos para fins comerciais possuem uma gerência formal e impessoal, a maior parte das fazendas-hotéis possui administração familiar, por se tratar de adaptações dos espaços de moradia, evidenciando sua rotina, suas peculiaridades culturais e de sociabilidade.

Cássio G. S. Oliveira também diferencia as duas estruturas conceituais, explicando que a distinção entre a fazenda-hotel e o hotel-fazenda ocorre porque:

O segundo caso caracteriza-se basicamente por ser uma estrutura eminentemente hoteleira, com todas as características comuns encontradas em qualquer local do mundo, situada em área rural, enquanto que o primeiro caso é uma propriedade tipicamente rural, que mantém suas atividades primárias e possibilita o real contato entre a vida rural e os visitantes.⁵⁸

Fundamentalmente, percebermos que é preciso diferenciar o “turismo rural” do “turismo no espaço rural”, denominações não raro utilizadas, de maneira errônea, como sinônimas. Esclarecemos que toda forma de “turismo rural” é uma atividade turística no campo, mas nem toda forma de turismo

⁵⁷ RODRIGUES, Adyr Balastreri. Turismo rural no Brasil: ensaio de uma tipologia. In: RODRIGUES, A. B. (Org.). **Turismo rural: práticas e perspectivas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003. p. 111-114.

⁵⁸ OLIVEIRA, Cássio Garkalns de Souza. **Viabilidade e sustentabilidade do turismo rural**. Brasília: SESCOOP, 2002. p. 12.

nessas áreas segue os moldes do segmento, podendo ter formas tipicamente urbanas.

Apesar de as atividades agrícolas na Fazenda Água Azul não terem sido na totalidade substituídas pelo turismo, o referido empreendimento não pode ser considerado turismo rural, visto que as práticas de lazer oferecidas não permitem a interação dos seus visitantes com as questões agrícolas do local. A agricultura e o turismo acontecem concomitantemente, porém sem convívio direto com ambas por parte dos turistas.

Notamos que [...] as primeiras iniciativas oficiais, em escala estadual, se deram no município de Lages, localizado no planalto catarinense, na fazenda Pedras Brancas, a qual, em 1986, se propôs a acolher visitantes para passar “um dia de campo”, que nada mais era do que um acolher de visitantes para passar o dia participando das lidas rurais. Posteriormente, essa mesma propriedade passou a oferecer também pernoite⁵⁹. Apesar do pioneirismo do Estado de Santa Catarina, no Brasil, segundo a Associação Brasileira de Turismo Rural (ABRATURR), devem existir, aproximadamente, 4.851 empreendimentos dessa natureza, sendo que, desses empreendimentos, 55,78% se encontram na região Sudeste; 3,62% na região Norte; 9,05% no Nordeste; 12,12% no Centro-Oeste; e somente 19,41% se localizam no Sul do país, com cerca de 942 empresas⁶⁰.

Segundo Renato Bravo⁶¹, presidente da ABRATURR, as atividades nessa área movimentaram, no ano de 2000, cerca de um bilhão de reais. Do seu ponto de vista, tais empreendimentos atingem apenas “25% da demanda no País”. Ele ainda argumenta que esse tipo de negócio necessita de quatro bases para fundamentação. Conforme explica Bravo, a viabilidade econômica do espaço rural deve “estar atrelada ao lado ecológico”; é necessário ter “compromisso social do proprietário com a comunidade” e com o desenvolvimento da produção agropecuária. Os atrativos culturais do local e a manutenção das raízes não devem ser esquecidos.

⁵⁹ RODRIGUES, op. cit., p.101.

⁶⁰ ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE TURISMO RURAL, op. cit.

⁶¹ Em palestra realizada no dia 27 de março de 2001, na Sociedade Rural de Maringá, por ocasião do lançamento da Rede de Turismo (RETUR) e registrada na p. 5 da primeira edição do Jornal *Turismo é aqui!*, datada de maio de 2001, cujo título da matéria é: “Lançada em Maringá a Rede de Turismo”. A jornalista responsável por este periódico é Lílíana Mello.

Segundo o Ministério do Turismo,

É crescente o número de turistas que procuram lugares onde os habitantes vivam de maneira diferente da sua e a paisagem apresente características próprias, tanto naturais como culturais. A atratividade do Turismo Rural reside, portanto, principalmente no modo de vida da população rural. Assim, se faz necessária a identificação e estímulo aos elementos que o caracterizam como a cultura local materializada nos costumes, causos, dialetos, músicas típicas, a culinária, a forma de cultivar etc.⁶²

Entendemos ser necessário acrescentar, aos fatores que o Ministério do Turismo destaca, a preocupação com a identificação e o estímulo à preservação dos cultos religiosos e das crenças dos sujeitos do campo.

Pudemos analisar a expansão da atividade turística no meio rural no Estado do Paraná, primeiramente na região de Arapongas em 1992, conforme dados fornecidos pela Secretaria de Estado do Turismo (SETU)⁶³. Posteriormente, nos inteiramos do desenvolvimento dessa prática em propriedades situadas em um corredor que abrange parte do Noroeste, do Norte Central até a região Centro-Occidental do Estado. A partir de 1997, observamos registros sobre a organização de cooperativas de turismo nessas áreas.

Segundo Cals, Capellà e Vaqué⁶⁴, o “turismo rural” insere-se no “turismo no espaço rural”, mas não pode ser considerado como totalidade representativa desse universo. Para Avile e Requena⁶⁵, o que diferencia a oferta do “turismo rural” das outras formas de turismo no campo é a preocupação de proporcionar aos visitantes um contato único que permita a sua inserção no meio físico e humano, buscando integrá-los aos hábitos e às

⁶² BRASIL. Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. **Ecoturismo**: orientações básicas. Brasília: Ministério do Turismo, 2008b. p. 35.

⁶³ SETU - Secretaria de Estado do Turismo. **TURISMO RURAL: Evolução do Marco Conceitual**, 2004. Disponível em: <http://www.pr.gov.br/turismo/turismo_tipo_rural.shtml?turistas>. Acesso: 18 abr. 2007

⁶⁴ CALS, Joan; CAPELLÀ, Josep; VAQUÉ, Empar. **El turismo en el desarrollo rural de España**. Madrid: Ministério de Agricultura, Pesca y Alimentacion, 1995.

⁶⁵ Apud ARIENTE, Marina; GIULIANI, Antonio Carlos; FARAH, Oswaldo Elias; e PIZZINATO, Nadia Kassouf. Uma visão estratégica do Turismo Rural. **Revista Eletrônica de Turismo (RETUR)**, v. 4, n.1, 2005.

crenças regionais essencialmente agrários. Pergunta-se: – Será possível a realização dessa integração de forma harmônica, se considerarmos que os valores desses indivíduos são distintos?

O turismo rural engloba o conjunto de atividades desenvolvidas nesse meio, mas se vincula à produção agropecuária, agregando valor a produtos e a serviços. Consideramos o turismo uma das possibilidades de conferir outras e novas funções à agricultura, sobretudo se essa atividade agregar em si a responsabilidade pela preservação e pela promoção do patrimônio cultural e natural da comunidade. A unificação da exploração econômica, em forma de atividade, incide na valorização do ambiente e da cultura local.

Assim, toda forma de “turismo rural” é uma atividade em que é imperiosa a produção agropecuária que esteja imbricada às atividades de lazer, porém a recíproca não é verdadeira, podendo o “turismo no espaço rural” assumir características tipicamente urbanas. Para Milton Santos, há uma complementaridade entre as regiões agrícolas e as urbanas, visto que, no seu entendimento,

[...] o que distinguirá a região urbana da região agrícola não será mais a especialização funcional, mas a quantidade, a densidade e a multidimensão das relações mantidas sobre o espaço receptivo. A noção de oposição cidade-campo torna-se, desse modo, nuançada, para dar lugar à noção de complementaridade e seu exercício sobre uma porção do espaço.⁶⁶

Para Santos, portanto, cada vez mais a oposição entre os dois limites tende a amenizar-se, atenuando, também, a diferença entre as características existentes entre essas duas categorias de turismo, hoje concebidas como distintas.

O “turismo no espaço rural” recebe, ainda, outras denominações: agroturismo⁶⁷, agroecoturismo ou ecoagroturismo. A criação da profusão de

⁶⁶ SANTOS, Milton. **O espaço e o método**. São Paulo: Nobel, 1985. p. 70 (grifos nossos).

⁶⁷ Tratado, na maior parte das vezes, como uma variação do Turismo Rural e adotado principalmente no Estado do Espírito Santo, José Graziano da Silva e Mauro E. Del Grossi o define como: “As atividades internas à propriedade que geram ocupações complementares às atividades agrícolas, as quais continuam a fazer parte do cotidiano da propriedade, em menor ou maior intensidade. Devem ser entendidas como parte de um processo de agregação de serviços e de bens não-materiais

designações ocorre em razão da expansão do mercado e do aparecimento e da consolidação de variados segmentos turísticos. Pensando nessa abundância de amostras, o Ministério do Turismo lançou, em 2008, uma coleção de cartilhas, contendo orientações básicas sobre nove segmentos do turismo brasileiro; dentre eles, o turismo rural. Nessas cartilhas, a segmentação é entendida “como uma forma de organizar o turismo para fins de planejamento, gestão e mercado”, visto que “os segmentos turísticos podem ser estabelecidos a partir dos elementos de identidade da oferta e também das características e variáveis da demanda”. Trata-se de utilizar a segmentação como uma estratégia para a constituição de roteiros e de produtos turísticos⁶⁸.

Há, ainda, as definições de ecoturismo, de turismo eco-rural, de turismo sertanejo, de turismo de interior, alternativo, endógeno, verde e campestre, conceituações que, em geral, são utilizadas de forma complementar.

As mais recorrentes são as primeiras: ecoturismo e eco-rural. Segundo o Ministério do Turismo, o termo ecoturismo foi inserido no Brasil no “final dos anos 80, seguindo a tendência mundial de valorização do meio ambiente”. Em 1985, observa-se a realização do “Projeto Turismo Ecológico”, promovido pelo Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR). Dois anos mais tarde, a “Comissão Técnica Nacional” de ecoturismo, conjuntamente com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), realiza a “primeira iniciativa direcionada a ordenar o segmento”. Foi, todavia, com a “Rio 92 que esse tipo de turismo ganhou visibilidade e impulsionou um mercado com tendência de franco crescimento”⁶⁹. Há uma interface entre o turismo rural e o ecoturismo, que se configura no eco-rural. Particularmente, consideramos mais apropriado nos referirmos ao conjunto de movimentos turísticos que se desenvolvem no meio rural com a expressão “turismo no espaço rural”, definida por Adyr Balatreri Rodrigues⁷⁰.

existentes nas propriedades rurais (paisagem, ar puro, etc.) a partir do ‘tempo livre’ das famílias agrícolas, com eventuais contratações de mão-de-obra externa”. GRAZIANO DA SILVA, José; DEL GROSSI, Mauro Eduardo. O novo rural brasileiro: uma atualização para 1992-98. **Revista Nova Economia**, v. 7, n. 1, maio de 1998. p.14.

⁶⁸ BRASIL, op. cit, 2008a, p. 9.

⁶⁹ Id., ibid.

⁷⁰ RODRIGUES, Adyr Balatreri. Turismo eco-rural: interfaces entre o ecoturismo e o turismo rural. In: **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Papyrus, 2000.

Essa tipologia considera a forma de “lazer centrada na paisagem natural, no patrimônio cultural e no desenvolvimento social”, cujos cenários são regiões interioranas. O ambiente torna-se palco propício às atividades de lazer que podem contemplar as modalidades de turismo ecológico, de aventura, de negócios, de saúde, bem como o cultural, o social e o esportivo. No elenco de objetivos, o primordial é promover a compreensão holística do meio em suas múltiplas e complexas relações, “envolvendo os aspectos naturais, socioeconômicos, culturais e éticos”⁷¹. Luziana Silva Sousa, quando se refere à compreensão holística, enfatiza que esta deve ser considerada sem perder de vista o desenvolvimento local e as peculiaridades de seus agentes.

A mesma autora complementa, afirmando a possibilidade de desenvolvimento de práticas com um baixo impacto ambiental e que estimule o fomento de outras atividades econômicas sustentáveis, contribuindo para a melhoria de equipamentos e de infraestrutura. Para ela, tal atividade passou a ser praticada como um recurso econômico de “conservação e proteção ao ambiente, ao patrimônio histórico e a valores culturais, ao fomento de outras atividades econômicas potencialmente sustentáveis e à melhoria de equipamentos e de infra-estrutura”⁷².

A noção anterior está fundada em aspectos que se referem ao turismo, ao território, à base econômica, aos recursos naturais e culturais e à sociedade, mas a opulência de termos e de conceitos transforma-se conforme a realidade de cada região e anuncia diferentes maneiras de empregar os recursos, os programas e as ações nessas áreas.

Segundo o Ministério do Turismo⁷³, podemos afirmar que essas práticas vêm crescendo enquanto atividade econômica, porém ainda de forma desarticulada. Essa heterogeneidade, ao invés de balizar as diferenças e de promover a identificação dos lugares do turismo, tende a confundir e, muitas vezes, a frustrar tanto quem oferece o segmento, quanto quem usufrui dele. Assim, em 2004, o Ministério do Turismo publicou as diretrizes e as estratégias para a ampliação desse tipo de serviço no espaço rural que orientaram a

⁷¹ SILVA SOUSA, Luziana. **Turismo e desenvolvimento local sustentável na Paraíba.** (2006). Edição eletrônica. Texto completo em: <<http://www.eumed.net/libros/2006b/lss/>>, p. 3 e 14.

⁷² Ibid., p. 6.

⁷³ BRASIL, op. cit., 2008a.

construção do marco conceitual que coordena, desde então, as ações desse Ministério.

Tanto o Ministério do Turismo quanto o Governo do Estado do Paraná utilizam-se do mesmo marco teórico na definição de “turismo rural”, entendendo-o como um “conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade”⁷⁴.

A opção pelo desenvolvimento de atividades turísticas por parte da Fazenda Água Azul de Ecoturismo não constitui novidade, pois, a partir de meados dos anos de 1980, há a emergência de uma nova configuração do meio rural brasileiro, denominado “novo rural” e composto por três grupos de atividades, como advogam José Graziano da Silva e Mauro Eduardo Del Grossi. Segundo eles, um desses grupos agrega atividades agroindustriais, cuja forma de produção moderna é produzida em larga escala, destinada ao comércio externo. Outro grupo inclui as atividades não agrícolas principalmente ligadas ao lazer, à prestação de serviços e às funções industriais. Um terceiro relaciona-se às “novas” produções agropecuárias em “nichos especiais de mercados”⁷⁵. Sabemos que muitas dessas atividades interpretadas como “novas” são seculares no Brasil, porém não se destacaram nas economias locais. Exemplo de atividades dessa natureza é o cultivo de pequenas áreas de horticultura, de fruticultura e a criação de pequenos animais.

As pesquisas de Graziano da Silva centram-se principalmente na observação da realidade do interior paulista, por isso a ele são, comumente, conferidas críticas sobre a não predominância de tal realidade em outras partes do país. Outra ressalva que comumente é feita diz respeito a sua discussão sobre as ocupações não agrícolas como forma de livrar o campo de crises econômicas. Concordamos com as críticas a esse tipo de abordagem homogeneizadora, porém nosso interesse em dialogar com construções

⁷⁴ Essa definição é encontrada nos documentos: GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. **Programa de Turismo Rural do Paraná**. Curitiba: Governo do Estado do Paraná, 2007, p. 3 e BRASIL. Ministério do Turismo. **Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil**. Brasília: 2003, p. 11. Observamos que a utilização do termo “resgatando” não é a mais adequada no âmbito das atuais questões da teoria histórica, contudo é frequentemente utilizado.

⁷⁵ GRAZIANO DA SILVA e DEL GROSSI, op. cit., p. 43.

teóricas reside no fato de que suas obras evidenciam a inserção do turismo como uma das novas práticas que vêm alterando a conformação do rural brasileiro e, de certa forma, seus aspectos culturais também.

A urbanização física do espaço rural por meio da inserção de atividades não agrícolas nas referidas áreas conduz à construção do “novo rural” e impedem o abandono do meio, principalmente pelos mais jovens.

O “novo rural” é marcado pelo “fato de não envolver apenas atividades agropecuárias e agro-industriais”, mas também por novas atividades que oferecem ao “campo funções que ele não tinha anteriormente”⁷⁶. Adyr Balatreri; Candiotto e Corrêa; e Graziano da Silva acrescentam que tais ocorrências se conectam à procura de soluções alternativas de lazer da população urbana, de descanso e da construção de residências utilizadas nos fins de semana.

O entendimento da realidade agrícola e do estreitamento de suas relações com o turismo pressupõe a apreensão de outros dois conceitos: multifuncionalidade e pluriatividade. Enquanto a utilização do primeiro se refere à atividade agrícola, o segundo aplica-se ao homem que trabalha a terra e a sua propriedade.

Ambos os conceitos, advindos do estudo da realidade europeia, são, hoje, aplicáveis às investigações da estrutura agrária brasileira. Ainda que parte dos pesquisadores faça críticas sobre a utilização da noção de multifuncionalidade, por ter sido um conceito elaborado tendo em vista o meio rural europeu, sobretudo o francês, entendemos que não se trata apenas de um “modismo, ou exercício de transposição artificial, incapaz, portanto, de explicar a realidade do nosso país”⁷⁷. A sua utilidade se nota à medida que o analisamos como instrumento de análise dos processos sociais agrários locais, permitindo-nos perceber as dinâmicas culturais e fatos sociais ofuscados pelo olhar que privilegia os processos econômicos. Assim, o conceito de multifuncionalidade, a nosso ver, no Brasil, deve ser compatibilizado com o estímulo ao cultivo de alimentos e às condições sociais do país, de acordo com

⁷⁶ RODRIGUES, Adyr Balatreri (Org.). **Turismo rural**: práticas e perspectivas. São Paulo: Contexto, 2001. p. 441.

⁷⁷ Maria de Nazaré Baudel Wanderley corrobora essa ideia na confecção do texto que compõe o prefácio do livro de Maria José Carneiro e Renato S. Maluf. A referência à obra em questão é CARNEIRO, Maria José; MALUF, Renato Sérgio (Orgs.). **Para além da produção**: multifuncionalidade e agricultura familiar. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003. p. 9.

peculiaridades culturais regionais. Esse conceito rompe com o enfoque setorial, almejando realçar as outras funções sociais que podem ser exercidas pela agricultura, além daquela voltada apenas para a produção de bens alimentícios.

O incremento das economias das áreas rurais, a partir do turismo alternativo como contraponto ao turismo de massas, pressupõe a fixação de novas funções para o espaço rural, além do abastecimento alimentar. Carneiro e Maluf afirmam:

O enfoque da multifuncionalidade permite colocar, no mesmo quadro analítico, diversos elementos e fatos sociais que compõem o universo social do mundo rural, favorecendo, assim, a compreensão de inserção de diferentes tipos de famílias rurais nesse universo. Mais do que isso, permite legitimar formas de produção e de fontes de renda que normalmente ficam fora dos quadros analíticos hegemônicos. Como se sabe, na maioria das vezes, as famílias que efetuam algum tipo de atividade agrícola combinam, em diferentes proporções, outras práticas, tais como: atividades não-agrícolas (rurais e urbanas) remuneradas; atividades diversas ligadas ao estabelecimento agrícola (transformação e venda direta da produção ou em circuitos curtos de comercialização, agroturismo, etc.); prestação de serviços utilizando o material do estabelecimento, ficando, por isso, fora das lentes das análises convencionais.⁷⁸

Além disso, o homem urbano tem apresentado expressivo interesse em opções de lazer que possibilitem a fuga dos espaços agitados das grandes cidades. Cada vez mais, a mídia vem demonstrando, em sua produção, o apreço pelas singularidades culturais e a necessidade de manutenção da paisagem como parte da cultura rural. Segundo a recém-lançada cartilha de orientação sobre o turismo rural, produzido pelo Ministério do Turismo, em 2008:

Essa conjuntura tem propiciado a revalorização do modo de vida e o surgimento de novas funções econômicas, sociais e ambientais no espaço rural. O agricultor aos poucos deixa de ser somente um produtor de matéria-prima e descobre a possibilidade de desenvolvimento de atividades não-agrícolas, de modo a garantir sua permanência no campo. Esses novos enfoques têm sido decisivos para o crescimento da atividade turística no meio rural devido especialmente ao caráter transversal, dinâmico e global do turismo capaz de interferir nas várias dimensões que afetam os processos de desenvolvimento de modo geral. Dessa interação de setores,

⁷⁸ Ibid., p. 21.

atividades e território institucionalizou-se o segmento denominado Turismo Rural.⁷⁹

Nesse sentido, em virtude da urbanização crescente, as atividades não agrícolas despontam no país como mecanismos para auxiliar a fixação do homem no campo. As atividades, às quais nos referimos, articulam-se à denominação de pluriatividade ou “atividades complementares ou suplementares à produção agrícola exercidas por um ou por vários membros de um grupo doméstico”⁸⁰.

As pesquisas acadêmicas registram duas posições distintas nas considerações sobre a pluriatividade associada ao turismo. Uma, que a pressupõe como alternativa à manutenção de parte da população rural no campo, principalmente para os jovens filhos dos agricultores. Outra, que indica a pluriatividade como uma nova forma de sobrevivência no meio e não apenas como forma de complementação de renda. No Paraná, temos exemplo da pluriatividade na mesorregião metropolitana de Curitiba, onde as “famílias utilizam a pluriatividade como uma forma de incrementar a renda familiar”, assegurando sua permanência no campo⁸¹.

O turismo no espaço rural enquadra-se como uma das práticas que torna o homem do campo pluriativo. É importante salientarmos que nem todos os produtores rurais que se inseriram no processo de turistificação se tornaram pluriativos, visto que parte deles abandonou totalmente as funções agrícolas para se dedicarem à prestação de serviço. Aliás, a “terminologia turismo rural deve ser usada apenas quando o turista efetivamente se hospeda no meio rural e participa de forma lúdica dos trabalhos realizados na fazenda ou no sítio”⁸². Por outro lado, os autores citados admitem que os turistas que visitam os sítios

⁷⁹ BRASIL, op. cit., 2008a, p. 13.

⁸⁰ CARNEIRO, op. cit., p. 89.

⁸¹ MARQUES, Lenita Maria e LOPES, Luiz Antonio. A pluriatividade na mesorregião metropolitana de Curitiba. In: Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. n. 113. Curitiba: IPARDES, 2007. p. 147.

⁸² GRAZIANO DA SILVA, José; VILARINHO, C.; DALE, P. J. Turismo em áreas rurais: suas possibilidades e limitações no Brasil. In: ALMEIDA, J. A. A.; FROEHLICH, M.; RIEDL, M. (Orgs.). **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. Campinas: Papyrus, 2000. p. 18.

ou as fazendas e consomem “alimentos” ou “artesanato típico” da localidade também podem ser reconhecidos como tal.

Nos lugares onde as funções agrícolas são usufruídas apenas como paisagens dos memorialistas que outrora fizeram parte daquela unidade produtiva, a agricultura torna-se um cenário fundamental no processo de teatralização de representações relativas à imagem bucólica do campo. Esses espaços são constitutivos de não-lugares. Nas unidades que se seguem, nos deteremos com mais afinco sobre a construção desses territórios inventados pela força invisível do capitalismo.

As atividades de lazer em tais áreas são objeto de fruição e sua procura se vincula ao “crescimento da impessoalidade, do anonimato, dos mais variados tipos de poluição, da artificialização e da plastificação, da insegurança e das tensões que enquadram os ambientes cotidianos da vida e de trabalho dos modernos centros urbanos”⁸³.

O turismo em áreas rurais, ao valorizar o meio ambiente e a cultura local, instituiu-se como opção para o desenvolvimento desses ambientes, contemplando os setores econômicos capazes de criar atividades comerciais alternativas. Em consequência, o turismo, nessas áreas, apresenta a possibilidade de geração de empregos num curto espaço de tempo e a um custo razoavelmente baixo, se comparado aos demais setores econômicos.

A maior parte dos pequenos agricultores que instituem o turismo em suas propriedades atribui tal iniciativa à necessidade de criação de uma fonte de renda complementar, porém estudos apontam também outros fatores que contribuem para a manifestação e a expansão das atividades não agrícolas, destacando-se a emergência da prática da pluriatividade. Nessa perspectiva, Teixeira⁸⁴ salienta que o turismo tem proporcionado mudanças consideráveis na vida de agricultores, que passam a não depender basicamente da atividade agrícola. Entre elas, destaca a especulação imobiliária, a diversificação e a ampliação da oferta de trabalho aos familiares relacionadas ao comércio, envolvendo pousadas, bares e restaurantes, além de vasto leque de prestação de serviços. Desse ponto de vista, podemos considerar as atividades

⁸³ RIBEIRO, op. cit., p. 210.

⁸⁴ TEIXEIRA, V. L. **Turismo rural na região serrana do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: 1998. Disponível em: <www.eco.unicamp.br/publicações>. Acesso: abr. 2007

desenvolvidas pela família Berg von Lide, ou seja, consideramos que eles possam ser denominados pluriativos.

A EMBRATUR, após contextualizar o turismo rural no Plano Nacional do Turismo 2003/2007⁸⁵, ressalta sua contribuição à diversificação da oferta turística, expansão dos postos de trabalho e de renda nas áreas rurais, valorização da pluralidade e das diferenças regionais, consolidação dos produtos turísticos de qualidade e interiorização da atividade turística do segmento. O referido plano propõe diretrizes e estratégias que foram posteriormente norteadoras de políticas e de ações no processo de conhecimento e de ordenamento dessa modalidade de turismo no país, materializado no documento produzido em 2005, “Diretrizes para o desenvolvimento do Turismo rural no Brasil”⁸⁶. Este também toma como base a valorização da ruralidade, a conservação do meio ambiente, os anseios socioeconômicos dos envolvidos e a articulação interinstitucional e intersetorial. Além disso, o documento parte do pressuposto de que o turismo é um vetor de desenvolvimento sustentável.

Todas essas formas de turismo em áreas rurais se apresentam como alternativas de renda para as propriedades rurais. A manutenção de negócios agropecuários, somados às de hospedagem nas propriedades rurais, atividades de cunho ecológico, de aventura, entre outras, reúnem subsídios importantes para a revitalização econômica e social desses espaços e contribuem para valorizar as suas individualidades culturais e dos produtos locais. O auxílio na conservação do meio ambiente e na gestão da diversidade das paisagens constitui outro argumento fundamental para a consolidação do lazer e do desenvolvimento social no campo.

A expansão da atividade turística no campo evidencia a delimitação de novos territórios, centrados em elementos rurais e naturais para atraírem visitantes. Para Maldi, o conceito de território “é uma representação coletiva,

⁸⁵ BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional do Turismo**: Diretrizes, Metas e Programas 2003 – 2007. Brasília: Ministério do Turismo, 2003.

⁸⁶ BRASIL. Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. **Diretrizes para o desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil**, 2005.

uma ordenação primeira do espaço”⁸⁷. Trata-se de “representação através da qual os grupos humanos constroem sua relação com a materialidade, num ponto em que a natureza e a cultura se fundem”⁸⁸. Ainda podemos salientar que esses territórios turísticos devem ser pensados a partir da concepção da multiterritorialidade, uma composição de diferentes territórios.

Os territórios que investigamos se moldam a partir das interferências geradas pela relação entre o agricultor e os turistas que trazem consigo as vivências urbanas, configuram-se como espaços de fronteira. Segundo Bradshaw e Gomez, nos estudos tradicionais sobre fronteira no âmbito da geografia política, o termo fronteira associa-se aos conceitos de território nacional, de soberania e de poder do Estado, concebida como área limítrofe do estado nacional.

O referencial que utilizamos nessa pesquisa remete, porém, a um sentido mais amplo de fronteira. Engloba diferentes escalas (local, regional, internacional), novas culturas e identidades fronteiriças em processo de construção, em um contexto de coexistência de indivíduos de formação distinta, de inclusão e de exclusão, podendo, ainda, ser permeáveis no que diz respeito ao movimento de pessoas e de informações, algumas vezes partindo para a homogeneização dos espaços⁸⁹.

A questão da cultura é colocada hoje em um lugar de fronteiras, segundo Homi Bhabha, em um lugar de trânsito em que nem termina o passado nem inicia o presente, mas onde ambos os tempos convivem e produzem um ponto em que algo se faz presente. Trata-se de um território abstrato em que “espaço e tempo se cruzam para produzir figuras complexas de diferenças e identidade, passado e presente, interior e exterior, inclusão e exclusão”⁹⁰.

⁸⁷ MALDI, Denise. De confederados a bárbaros: a representação da territorialidade e da fronteira indígena nos séculos XVIII e XIX. **Revista de Antropologia**, São Paulo: USP, v. 40, n. 2, 1997. p. 2.

⁸⁸ BRADSHAW, R. e GOMEZ, R. L. Fronteras: una visión teórica em el período contemporáneo. **Aldea Mundo**, Año 4, n. 7, may-oct, 1999, p.14-19. No caso do conceito de fronteira, ainda é interessante atentar para a obra STADNIKY, Hilda Pívaro. **Fronteira e mito: Turner e o agrarismo norte-americano. Técnica Administrativa**. v. 6, n. 32, out.dez/2007.

⁸⁹ BRADSHAW e GOMEZ, op. cit., p.14-19.

⁹⁰ BHABHA, op. cit., p. 19.

Maldi considera que “a fronteira pode ser definida ao mesmo tempo como construção ideológica, cultural, política, e como o conjunto de fenômenos concretos identificáveis no campo das representações”. Desse modo, “mesmo na sua concretude, a fronteira exprime necessariamente uma dimensão simbólica que ultrapassa o aspecto localizado do fenômeno”⁹¹.

Fronteiras são lugares de alteridade, de fluxos, de integração e de conflitos que desafiam as interações sociais e culturais, que promovem o encontro do “eu” com o “outro” e o reconhecimento do outro como diferente de “si”. São, pois, espaços onde se encontram sujeitos de formações distintas.

Assim, a abertura de propriedades rurais ao recebimento de turistas implica a adaptação, não só das estruturas físicas existentes, mas, sobretudo, de hábitos dos moradores locais, levando à modificação dos aspectos culturais, de sociabilidade e do estilo de vida do homem do campo, criando espaços constituídos de novas “fronteiras culturais”⁹².

Na sequência, na Unidade II, trataremos do patrimônio cultural e histórico e das transformações de sentido que o conceito sofreu ao longo do tempo nas construções jurídicas e sociais. Ainda procuramos mostrar como que o turismo surge e se relaciona com a preservação do patrimônio cultural na Fazenda Água Azul de Ecoturismo, apresentando indícios que permitam uma gestão sustentável, segundo as recomendações da UNESCO. Nesse sentido, dialogaremos com autores que discutem as questões do patrimônio cultural, sem perder de vista as questões relativas ao uso social dos espaços e objetos, bem como as práticas de sociabilidades e estilos de vida provenientes desses lugares.

⁹¹ MALDI, op. cit., 1997, p. 3.

⁹² MALDI, Denise, op. cit., 1997, p. 3.

UNIDADE II
PRODUÇÃO DE ESPAÇOS ALTERNATIVOS



Fotografia 6: Área de entrada da Fazenda Água Azul de Ecoturismo
Autoria: Fabiane Nagabe
Data: junho de 2009.

Na Fazenda Água Azul, a primeira parada dos turistas na área do hotel é sob a sombra de uma frondosa figueira. A hospitalidade¹ da recepção fica a cargo de sua proprietária, Elissena Frollini Berg von Linde, que acolhe e encaminha os visitantes aos aposentos. “Dona Elissena”, como a ela se referem os funcionários da Fazenda, ou “mãinha”, como carinhosamente é chamada pelos netos, possui um vocabulário erudito incomum aos produtores rurais da região.

¹ A expressão hospitalidade “provém da palavra latina *hospitalitas-atris* e traduz-se como: o ato de acolher, hospedar; a qualidade do hospitaleiro; boa acolhida; recepção; tratamento afável, cortês, amabilidade; gentileza. Já a palavra *hospes-itus* se traduz por hóspede, forasteiro, estrangeiro, aquele que recebe ou o que é acolhido com hospitalidade; o indivíduo que se acomoda ou se acolhe provisoriamente em casa alheia, hotel ou outro meio de hospedagem; estranho”. DIAS, Célia. M. M. **Hospitalidade:** reflexões e perspectivas. Barueri: Manole, 2002. p. 98.

Essa senhora é descendente de italianos, nasceu em um sítio, em Barra Bonita, Estado de São Paulo, contudo, aos doze anos, mudou-se para São Carlos com a família, onde cursou o Magistério. De lá, rumou para São Paulo e se formou em Belas Artes. Foi professora de desenho geral e pedagógico na rede pública de ensino, teve sua própria escola de Artes, voltando a morar no campo somente em 1963, em Pitangueiras-SP, quando se casou com o senhor Johan Berg von Linde.

Desde aquela época passou a dedicar grande parte de seu tempo à Fazenda Água Azul. Na Fotografia 7 observamos imagens que remontam à década de 1980. Notamos, à esquerda do enquadramento, parte da figura que impressiona os visitantes. No primeiro plano, detectamos até a sombra da árvore e a antiga tulha de armazenagem de grãos. Ao fundo, localizamos a área que foi transformada no complexo de lazer² mais visitado pelos turistas, composto por piscina, “redário”, bar e o denominado “museu”. O galpão era amplo, suas portas de grandes dimensões permitiam a entrada de caminhões e de tratores para a descarga das sacas de grãos. Não podemos precisar a sua altura, mas, comparando-se à escala da figura humana que aparece encostada às suas portas, temos uma noção aproximada de nove metros e meio de comprimento.

Ao seu redor, não encontramos nem a beleza das flores, tampouco a sombra da copa das árvores de outrora. Essa foto evidencia a transformação da paisagem, uma vez que, no espaço em que se realizava parte do trabalho agrícola imperavam poucas cores como a do “chão batido”, o marrom das portas do antigo galpão e o amarelo de suas paredes, em contraste com a luminosidade do céu.

² Segundo Dumazedier, o lazer é “[...] o conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou, ainda, para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares ou sociais”. DUMAZEDIER, Joffre. **Lazer e cultura popular**. São Paulo: Perspectiva, 1976. p. 34.



Fotografia 7: Área de entrada da Fazenda Água Azul de Ecoturismo, na década de 1980

Autoria: Não há registro

Data: Não há registro da data, estima-se que tenha sido retratada na década de 1980.

A primeira função do barracão retratado concentrou-se na armazenagem das sacas de café, destinadas à exportação e colhidas por mais de 40 famílias que trabalhavam para o senhor Johan Gabriel Berg von Linde. Com a extinção da cultura do “ouro verde”, o local passou a abrigar os veículos da propriedade. Na década de 1990, uma tempestade fez ruir tal estrutura.

À direita desse registro iconográfico, também detectamos a existência da baia dos cavalos, que continua sendo utilizada. À frente dessa área foram instaladas duas piscinas³. Elas figuram como forma de lazer, ligadas muito mais ao aspecto cultural urbano do que aos meios de entretenimento comum ao campo. O rio Arurau, que serpenteia através da Fazenda, não é utilizado para o banho como ocorria no passado.

O local, embora pavimentado com tijolos e cimento, é margeado por cercas de madeira, e as piscinas ainda recebem água diretamente da mina – aspecto que, de certa forma, preserva certa aura naturalista, todavia, na busca

³ São duas piscinas de fibra, uma para adultos, com 1,45 metros de profundidade, e outra para uso infantil, com aproximadamente meio metro de fundura.

por criar uma demanda maior, os administradores planejam estender tal espaço e transformá-lo em um complexo aquático. A intenção atende às exigências de grupos de turistas que procuram, no meio rural, o conforto e as facilidades dos centros urbanos.

Ao redor da cerca, folhagens e roseiras conferem o colorido ao ambiente, como mostra a imagem que segue retratada na Fotografia 8.



Fotografia 8: Complexo de lazer da Fazenda Água Azul de Ecoturismo
Autoria: Desconhecida
Data: Não há registro da data, estima-se que tenha sido retratada na década de 1990.

Ao centro desse registro fotográfico, observamos um pilar com várias placas indicativas sobre os caminhos e lugares diferenciados da fazenda. À direita, notamos a existência de um bar com balcões, cadeiras e mesas em que são servidos licores produzidos com os frutos locais e cachaças enriquecidas com ervas da fazenda. Um dos licores mais peculiares é o denominado “44”, cujo preparo requer singularidades do “saber-fazer”, de Gorm Eugênio Berg von Linde.

Ao olharmos comparativamente as Fotografias 7 e 8, notamos como o ambiente se transformou: o chão batido foi substituído pela relva, pelo colorido das flores, pelas inúmeras espécies arbóreas. O esmerado acabamento da

arquitetura em madeira e o contraste do branco das cercas imprimem, ao espaço, certa funcionalidade estética apropriada ao turismo.

Como bem lembra Milton Santos, “a organização do espaço é também uma forma, um resultado objetivo de uma multiplicidade de variáveis atuando através da história, em que sua inércia passa a ser dinâmica”⁴. As imagens do passado, reveladas nesses registros, foram alteradas ou substituídas. À paisagem, às edificações e ao ambiente, foram atribuídos novos usos e novas funções.

2.1 Sentido da preservação de objetos e práticas

A transformação da paisagem e a atribuição de novos usos às edificações, aos ambientes e aos objetos é algo recorrente na Fazenda Água Azul de Ecoturismo, onde foi instalado o espaço denominado “museu”⁵ da propriedade, que reúne artefatos⁶ guardados pela sra. Elissena Frollini Berg von Linde desde 1968. Ao ponderarmos sobre o valor de tais objetos, não podemos perder de vista que a edificação que os abriga também pode ser considerada parte do patrimônio cultural rural. Choay afirma que a reutilização de espaços de valor cultural como museu “é a forma mais paradoxal,

⁴ SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2005. p. 45.

⁵ *Museu* é um termo derivado do grego *mouseion*, etimologicamente significava “templo das Musas, lugar onde residiam as musas”. Era o espaço para estudos da literatura, das artes e das ciências⁵. Hoje, contudo, este conceito se refere ao lugar utilizado para acondicionar coleções de arte e antiquários. Um entendimento que passa a ser utilizado “durante a última década do século XVIII”⁵ e que se perdura até o presente. CHOAY, op.cit., p. 62.

⁶ Os artefatos podem ser divididos em: “de utilidade imediata ou segundo a sua durabilidade ou persistência. E já também podemos ver que existem artefatos que geram outros. É o caso das ferramentas e das máquinas que produzem outros artefatos. Os artefatos também têm uma ‘vida útil’ e o tempo de uso pode variar incrivelmente”. LEMOS, A. C. Carlos. **O que é patrimônio histórico**. São Paulo: Brasiliense, 2006. p. 12.

audaciosa e difícil da valorização do patrimônio”⁷, pois requer grandes investimentos e cuidados específicos no restauro para que sua preservação seja garantida.

A grande dificuldade de uso dos referidos espaços reside no fato de que “os trabalhos de infra-estrutura exigem uma competência técnica especial e têm um custo às vezes proibitivo”⁸. Não é diferente na Fazenda Água Azul, carente de um profissional que desenvolva tal trabalho. Além disso, há o problema da preservação do próprio prédio que abriga os artefatos. A poeira, o calor e a exposição ao sol, além da presença de morcegos, revelam a fragilidade de tais instalações.

Observamos que a disposição dos objetos expostos aparentemente não segue um ordenamento museológico, entretanto Elissena agrupou-os a partir de um critério pautado pela suposta familiaridade existente entre eles, o contexto no qual eram utilizados e suas respectivas funções. Junto a eles são encontrados breves bilhetes, escritos à mão ou digitados de forma simplista, bilhetes que tentam oferecer aos visitantes o reconhecimento de informações sobre os bens e reger o seu acesso, como revela a imagem que segue, retratada na Fotografia 9:

⁷ CHOAY, op. cit., p. 219.

⁸ CHOAY, op. cit., p. 221.



Fotografia 9: Antigo rádio de comunicação da Fazenda Água Azul
Autoria: Fabiane Nagabe
Data: Fevereiro de 2009.

O bilhete com os dizeres “Favor não mexer em nada”, preso com dois pedaços de fita adesiva, é o que separa os turistas de artefatos como o antigo rádio retratado, que comunicava a Fazenda Água Azul com o município de Mandaguari, Estado do Paraná. Conforme Carlos Lemos, o objeto isolado deve ser entendido como um fragmento ou um segmento de um contexto maior, implicando a necessidade de desvendar os códigos de pertencimento e as relações de poder que envolvem o histórico do bem⁹.

As frestas entre as mata-juntas, cuja necessidade de restauro se faz visível, permitem o acesso de insetos e de animais de pequeno porte. Eis aqui uma das grandes dificuldades de conservação dos bens culturais materiais, assinaladas pelos proprietários e recorrentes entre os especialistas que tratam da questão.

Quando Lemos chama a atenção para a necessidade de observarmos a relação entre o homem, seu saber fazer, o artefato e o meio, então Lemos

⁹ LEMOS, op. cit., p. 7-10.

evidencia a importância da contextualização do objeto, de modo a exprimir o valor a ser considerado patrimônio cultural. Para o autor, “[...] algumas coleções ou museus ditos ‘pedagógicos’” tornam-se inconvenientes porque, ao isolarmos “objetos diversificados” das relações sociais que os envolvem, pouco conseguimos apreender sobre eles¹⁰. Daí a necessidade de nos cercarmos de recursos que permitam a contextualização das peças contidas no museu da Fazenda Água Azul. Talvez devêssemos promover a readequação tipológica desses objetos e estimular a revitalização do ambiente no qual estão armazenados. Além de zelarmos pelo registro das memórias de Elissena Frollini Berg von Linde, pois a falta delas pode resultar no esquecimento do sentido desses fragmentos. Reavivar as histórias dos usos, das necessidades e dos interesses das comunidades a quem pertenceram, isso implica a retomada, para registro, da relação dos homens com tais objetos.

Lemos considera os “ecomuseus” exemplares, pois tendem a manter as relações originais entre os artefatos dispostos “[...] de variadas maneiras, em diversos lugares apropriados à visitação e dentro do próprio ‘habitat’ de uma determinada sociedade [...]”¹¹.

O “museu” da Fazenda  gua Azul   dividido em três ambientes que contemplam peças relativas   ancestralidade da família que remontam às origens *vikings*, incluindo-se, entre eles, desde utensílios domésticos, espadas¹², caixas¹³ e bolsas para o transporte de cartas, até obras de arte, como duas telas datadas de 1700¹⁴, herdadas pelo patriarca sueco. Parte da exposi o vem retratada na Fotografia 10.

¹⁰ Ibid., p. 12

¹¹ LEMOS, op. cit., p. 12

¹² São duas espadas utilizadas em guerra, no ano de 1690.

¹³ Caixa em madeira, utilizada para o transporte de cartas, cuja utiliza o ocorreu por volta de 1700, sendo restaurada em 1801.

¹⁴ Uma das telas, pintada em pastel por Guestraf Lundberg, intitulada “A baronesa”, retrata Engel Cronhsort (1701-1741), sogra de Otto Adrian, av  do tataravô de Johan Gabriel Berg von Linde. A outra obra retrata Eva Charlotta Ulfvenklou (1731-1756), a av  de Otto Adrian. Desconhece-se, contudo, sua autoria.



Fotografia 10: Interior do “museu”
Autoria: Fabiane Nagabe
Data: Dezembro de 2008.

Souza Filho explica que os bens culturais “só o são porque guardaram uma evocação, representação, quer dizer, por mais materiais que sejam, existe neles uma grandeza imaterial que é justamente o que os faz culturais”. Entendemos que o valor dos quadros, datados de 1700 e pendurados nas paredes de madeira da antiga tulha, não se restringem às tintas ou ao tecido que compõe as telas, mas na “imaterialidade complexa deles criada”¹⁵, na memória histórica que preserva o estilo, a técnica empregada para traçar cada uma daquelas cores e que, sobrepostas, criaram outras novas. As panelas, as chaleiras, os pilões e os brinquedos já oxidados pela ação do tempo também possuem histórias relacionadas à maneira como eram utilizados.

Um segundo espaço do referido museu é reservado para artefatos vinculados à história da Fazenda, e um terceiro reúne objetos exóticos como presentes recebidos pela família Berg von Linde. Alguns deles têm despertado maior interesse. Entre eles, destacam-se grilhões, cadeados e chaves que

¹⁵ SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. **Bens culturais e sua proteção jurídica**. Curitiba: Juruá, 2006. p. 48.

aprisionavam escravos em uma fazenda em Minas Gerais¹⁶. Além disso, encontram-se armazenados vestígios cerâmicos de populações indígenas, peles de animais, amostras de rochas, de equipamentos agrícolas e da pecuária leiteira. Existe também um gerador de energia inglês “Ruston”, movido a diesel, adquirido na década de 1970, utilizado para beneficiar o café e para a produção de energia que abastecia até às nove horas da noite as residências das 40 famílias que viviam na Fazenda. Essa peça continua em bom estado de conservação, podendo ser ativado sob os olhares curiosos daqueles que visitam o Museu.

Há um destaque aos instrumentos de trabalho¹⁷, relativos ao cultivo do café e da hortelã. São utensílios domésticos como pratos, travessas, canecas, bules, chaleiras, talheres, xícaras com pires, moringas de barro, torradores e moedores de café, inúmeras panelas, bacias de banho, pinicos, relógios, pilões de vários tipos – de cintura, de “preguiçoso” – máquina de costura, ferros de passar, tachos, entre outros. Outras peças também merecem destaque, como brinquedos e mastros remanescentes de rituais religiosos, em homenagem a Santo Antônio, a São João e a São Pedro, que também foram conservados. Aliás, tais celebrações marcavam o calendário festivo da Fazenda, momentos inesquecíveis que remetem à construção de redes de sociabilidades locais. Fogueiras, bebidas e pratos típicos, cantorias e bailados animavam os encontros entre as famílias, jovens e adultos, idosos e crianças¹⁸.

Tais festas religiosas, conforme Sandra C. A. Pelegrini, “[...] permitem certa transgressão da ordem”, muitas vezes manifestas “no consumo abastado de bebidas e comidas típicas”. Tais “elementos que tradicionalmente completam um circuito recorrente nas festas de santo que envolve as práticas do “rezar”, “comer” e “dançar” são destacados pela autora¹⁹.

¹⁶ Esses objetos foram doados por uma família de turistas mineiros que, ao visitar a propriedade, encantaram-se com seu acervo e resolveram doar os objetos que pertenciam à antiga fazenda de propriedade da família que visitou o local.

¹⁷ São enxadas, tesouras, foices, machados, lamparinas, carriolas, vassouras, peneiras e até um rádio utilizado para a comunicação da Fazenda. Nessa parte do museu, é possível encontrar um exemplar do tronco de um dos pés de café de 1952, com quase três metros de altura.

¹⁸ Conforme entrevista de Elissena Fronlini Berg von Linde, realizada em 20 de junho de 2009. (Duração: 1h14min13s.)

¹⁹ PELEGRINI, Sandra C. A. A diversidade e os impasses da desmaterialização do patrimônio cultural. **Anais – XXIV Simpósio Nacional de História – História e**

Esses festejos faziam aflorar entre os moradores da fazenda práticas antigas que traziam dos locais de origem. Elas eram recriadas a cada ano, permitindo-lhes a construção de laços afetivos que, por sua vez, faziam emergir sentimentos de pertença que os aglutinavam em torno de identidades comuns.

Para Aline de Caldas Costa, “festas juninas institucionalizavam as relações sociais entre a classe trabalhadora”. Assim, salienta que esse

É o momento de confraternizar, de mostrar como é construída essa grande família, uma vez que todos se conhecem e vivem as mesmas dificuldades, compartilham os mesmos ideais e agradecem a graça divina de viver.²⁰

Entendemos que, no referido momento, assim como durante os casamentos e os batizados, são esquecidas as desavenças eventuais e relativizadas as crenças que contribuem para rememorar o passado e reforçar as redes de relações sociais no presente.

As atividades lúdicas também se encontram representadas no “museu” por brinquedos confeccionados pelas crianças que ali moraram, como, por exemplo, um pandeiro feito de lata de goiabada, estilingues, arapucas, bugaias ou cinco-marias²¹ e petecas de penas encontradas na propriedade.

A maior parte das arapucas e dos estilingues foi recolhida por Elissena no ano de 1968. Ela nos conta que oferecia bombons de chocolate, um doce que os pequeninos não degustavam com frequência, em troca dos objetos, para evitar que aves e animais fossem aprisionados ou feridos. Quando, porém, percebeu que tais armas estavam se tornando moeda de troca, pois as crianças passaram a confeccioná-las para barganhar guloseimas, ela passou a

Multidisciplinaridade: territórios e deslocamentos. São Leopoldo - Rio Grande do Sul: Anpuh – UNISINOS, 2007. p. 4.

²⁰ COSTA, Aline de Caldas. Literatura e turismo: imaginário Amadiano das Fazendas de Cacau Sul-baianas. In: SIMÕES, Maria de Lourdes Netto (Org.). **Identidade cultural e expressões regionais**: estudos sobre literatura, cultura e turismo. Ilhéus: Editus, 2006. p. 336.

²¹ “Bugaias” ou “cinco-marias” é um jogo brincado com cinco pequenos sacos de 4 cm por 3 cm preenchidos de arroz, areia, farinha ou feijão. Pode também ser brincado com cinco pedrinhas de tamanho aproximado. Esta brincadeira possui regras com graus de dificuldades que podem variar conforme a região do país. A prática implica jogar os saquinhos em uma superfície plana (chão ou mesa), posteriormente pegar um deles e atirar para o alto ao mesmo tempo em que se recolhe, um a um, os que ficaram no chão sem que o arremessado caia.

envolvê-los nos serviços de horta e de limpeza das áreas de galinheiro e de chiqueiro.

Ao lado do complexo de lazer onde se localiza o “museu” há um pátio que, durante o dia, serve para manobrar e estacionar os veículos dos visitantes e os tratores. Ao entardecer, as luzes que transformam a paisagem dos caminhos percorridos pelos turistas são ofuscadas pela claridade da fogueira, acesa quase todas as noites. Nessas ocasiões, os visitantes reúnem-se em torno de Gorm Eugênio Berg von Linde, que toca sua viola e canta “modas” sertanejas. A Fotografia 11 registra uma dessas noites.



Fotografia 11: “Moda de viola”, ao redor da fogueira
Autoria: Solange Marcon – Disponível em: <<http://www.aguaazul.com.br>>.
Data: outubro de 2008.

A cena bucólica e aconchegante flagrada na Fotografia 11 configura um momento de socialização entre turistas e agricultores. Ao fundo podem-se ver as luzes que iluminam as instalações do bar e da piscina. À direita do local retratado situa-se a baia dos cavalos, baia que confere ao ambiente um odor tipicamente rural, composto pelo cheiro do feno úmido, do suor dos cavalos e das celas de couro, misturados ao aroma da lenha que queima. A combinação desses odores mescla-se ao vento comum das noites enluaradas do campo e que foram percebidos durante as observações *in loco*.

Para esse tipo de análise, consideramos as orientações proferidas por Guinzburg, na busca por indícios das características individuais do lugar e de seus proprietários. Dessa forma, foi durante a visita à fazenda e no desenrolar de conversas informais que captamos importantes revelações sobre a cultura rural, confirmadas posteriormente na coleta de depoimentos e na realização de entrevistas.

Na ocasião em que a fogueira foi acessa pudemos observar a transmissão dos conhecimentos do anfitrião sobre a forma de organizar a madeira e os gravetos secos, o fogo e o vento, repassados aos turistas. Momentos como esses demonstram a existência de saberes que figuram como parte do patrimônio imaterial local. O calor da pilha de lenha em combustão aquece o ambiente e a música da viola começa a soar, alegrando o semblante dos que estão presentes, configurando uma prática própria do meio rural. O cantar ao ritmo de instrumentos de corda, nessa propriedade, transforma-se também em um momento de maior aproximação entre as pessoas que vivem ali e os turistas.

Por outro lado, apesar dos flagrantes do prazer do cantador e de sua restrita plateia, notamos que a reunião em torno da fogueira não se trata somente de uma animação cultural. Nesse caso, assemelha-se à criação de um simulacro, voltado para tornar o momento, ou a paisagem, mais atrativos ao turista, embora simultaneamente remeta às memórias vivenciadas no passado.

Se essa hipótese fosse confirmada, poderíamos considerar os encontros em torno da fogueira uma forma tradicional de celebração da cultura popular no espaço rural.

Especialistas no assunto chamam a atenção para as relações entre as memórias e as representações coletivas de práticas culturais. Pelegrini, por exemplo, evidencia que “os países ocidentais passaram a receber e a considerar tais questões a partir de 1989, por meio da *Recomendação da salvaguarda da cultura tradicional e popular*, aprovada pela Conferência Geral da Unesco”. Segundo a autora, esse documento revela a preocupação com “a identificação, a conservação, a difusão e a proteção da cultura tradicional popular” e sugere que esses exemplares devem ser preservados por meio de “inventários, investimentos econômicos e educacionais que envolvem a propriedade intelectual dos conhecimentos tradicionais”. É, contudo, ainda mais

recente o reconhecimento formal do patrimônio imaterial. A *Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial* de 2003, recomendou o acautelamento dos bens imateriais como “práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas, com os respectivos instrumentos, objetivos, artefatos e lugares que lhes eram associados”²².

As intrínsecas relações entre os produtos culturais e os bens imateriais foram repensadas a partir do referido documento. Desde então houve grande movimentação em torno do reconhecimento dos bens imateriais nos países da América Latina e Caribenha, da Ásia, da África, dos países Árabes e do Pacífico, no Continente Africano e Asiático²³. Não obstante, mesmo a Unesco delimitando o que inclui no *hall* do patrimônio imaterial e argumentando sobre a necessidade de sua preservação, a *Convenção para a Salvaguarda do patrimônio cultural imaterial* admite que não “existe ainda um instrumento multilateral de caráter vinculante destinado a salvaguardar”²⁴ esse tipo de bem.

A característica dinâmica e criativa das culturas muitas vezes dificulta a identificação e a preservação do patrimônio imaterial. Como salvaguardar o “saber-fazer” das cachaças enriquecidas por ervas de Gorm Eugênio Berg von Linde? Como assegurar que as “modas de viola” sejam preservadas, sem que se perca a criatividade daqueles que as interpretam? É possível garantir a transmissão dos saberes do homem do campo? Questões como essas intrigaram os pesquisadores. Por isso, uma das medidas adotadas foi o registro nos livros de tombo²⁵, nos quais se registram ingredientes, letras, formas e modos de preparo, contudo sem especificar, por exemplo, as medidas exatas de cada insumo utilizado em práticas típicas. Dessa maneira, tanto a criatividade quanto a dinâmica dessas culturas e de seus produtores não são aniquiladas.

²² PELEGRINI, op. cit., 2009, p. 22.

²³ PELEGRINI e FUNARI, op. cit., p. 57-63.

²⁴ INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Cartas Patrimoniais**. 3. ed. ver. aum. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004. p. 372.

²⁵ Referimo-nos aos quatro livros de tombo: “Livro de Registro dos Saberes”, “Livros das Formas de Expressão”, “Livro das Celebrações” e “Livro dos Lugares”, destinados ao registro de artefatos e de saberes, “pertencentes às categorias de arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular”, aos “monumentos naturais”, de “interesse histórico”, de “obras de arte erudita estadual, nacional ou estrangeira”. No Estado do Paraná, esses livros foram instituídos pela **Lei Estadual nº 1.211, de 16 de setembro de 1953**.

As recomendações da Unesco, mesmo não apresentando de forma clara as ações necessárias para uma intervenção, apontam “indícios no sentido de o acautelamento de bens dessa natureza”²⁶, principalmente seguindo a premissa do respeito mútuo, tanto individual quanto coletivo, e do desenvolvimento sustentável. Alias, o desenvolvimento sustentável vem sendo alvo de muitos debates desde a década de 1990. Trata-se de

[...] um conjunto de medidas que visa à preservação do meio ambiente e do patrimônio cultural de modo integrado à dinâmica econômica do logradouro. A partir dos anos 1970, essa acepção passou a nortear os debates internacionais sobre a ecologia e a envolver as relações entre economia e meio ambiente nos países em desenvolvimento.²⁷

Talvez, o maior desafio a ser enfrentado, no caso da proteção das práticas do homem do campo, refira-se à consciência da preservação ambiental (como evitar queimadas para a preservação do solo) e à transmissão dos conhecimentos tradicionais para as novas gerações. Concordamos que os recursos fornecidos hoje pela educação patrimonial, formal ou não, aliados à salvaguarda e à revitalização dos bens pode ser uma estratégia viável para a preservação.

A salvaguarda, termo corriqueiro nesse tipo de documento, significa o acautelamento do patrimônio histórico por meio de atos que prolonguem sua vida, enquanto a revitalização é o “processo que conjuga a reabilitação”²⁸ do patrimônio, valorizando as atividades que o cercam. Assim, o armazenamento de artefatos remanescentes de festas religiosas permite a revitalização das práticas culturais da Fazenda Água Azul. Sempre que são hasteados os mastros e as bandeiras em homenagem aos santos de tradição católica (Santo Antônio, São João e São Pedro), de alguma maneira mantêm-se “vivos, mesmo que alterados, usos e costumes populares”²⁹.

Souza Filho salienta que o maior problema a ser enfrentado não se relaciona à identificação, mas à proteção dos processos e da eficácia da preservação desses bens. Segundo o autor, o problema jurídico de tutelar esse

²⁶ PELEGRINI e FUNARI, op. cit., p. 48.

²⁷ PELEGRINI, op. cit., 2009, p. 32.

²⁸ Ibid., p. 33.

²⁹ LEMOS, op. cit., p. 29.

tipo de patrimônio passa pela sua natureza imaterial, seguido da delimitação jurídica. Ele esclarece que a “caracterização destes bens é muito difícil, e ainda mais complexa, sua ambientação jurídica, exatamente porque o sistema foi elaborado sobre bens materiais”³⁰.

A razão de tal dificuldade ocorre em razão de que o sistema jurídico ocidental contemporâneo está assentado “[...] sobre bens de propriedade privada”, “registráveis ou palpáveis ou documentáveis”, e o patrimônio cultural imaterial expressa seu valor pela intangibilidade e pelo seu domínio coletivo. Assim, sua preservação deve ser realizada por meio da descrição do hábito, explícito por meio da oralidade, de documentos impressos, imagéticos ou fílmicos. Nesse caso, segundo Souza Filho, a autoria do registro ou seu suporte não é levado em conta, o que se considera é a “titularidade coletiva e difusa”³¹, pois não se trata de uma propriedade individual.

Nesse sentido, Mariza Veloso alerta também para outro recurso que pode ser agregado à preservação do patrimônio, ao cuidado com as “armadilhas do fetichismo, do individualismo e do consumismo”. A pesquisadora sugere “localizar a ênfase nos processos de transmissão da tradição, dos saberes-fazeres, das rezas, das danças, das práticas alimentares, e não simplesmente no produto”³², pois essas práticas possuem valores simbólicos densos que são compartilhados coletivamente e que extrapolam a condição de mercadoria. Na Fazenda Água Azul de Ecoturismo percebemos uma tentativa espontânea de preservação de tradições do campo sob forte influência da necessidade de rentabilidade do empreendimento.

Mesmo assim, a preservação da produção social cultural e sua densidade simbólica devem ser garantidas, incidindo em benefícios para seus produtores para que possam se desenvolver de maneira sustentável. Assim, garante-se a preservação da singularidade das manifestações vivenciadas coletivamente, contribuindo para a valorização das identidades e evitando-se a reificação cultural movida pela lógica capitalista, sobretudo a que chega ao campo por intermédio das práticas turísticas.

³⁰ SOUZA FILHO, op. cit., p. 50.

³¹ Id Ibid.

³² VELOSO, Mariza. O fetiche do patrimônio. In: ABREU, Regina, CHAGAS, Mário de Souza e SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **Museus, coleções e patrimônios: narrativas polifônicas**. Rio de Janeiro: Garamont, MinC/IPHAN/DEMU, 2007. p. 241.

O formato que atualmente se conhece do turismo “aparenta estar em constante estado de transformação”, contempla interesses culturais de visitação e de convívio com os patrimônios materiais e imateriais dos destinos, “recuperando a noção de turismo cultural”³³. Nele ainda se fazem presentes demandas heterogêneas e modelos excludentes, configurando-se como uma atividade complexa, com numerosas interdependências e subordinações.

A ausência de clareza na postura dos planejadores turísticos quanto à preservação do patrimônio faz com que as opiniões sobre o uso dos recursos culturais se dividam. Há quem afirme que o turismo se resume a um processo altamente híbrido, tendendo a homogeneizar lugares e paisagens. E há aqueles que o proclamam como instrumento eficaz na valorização das identidades locais. Tanto a adoção de um caminho quanto de outro interfere diretamente na preservação do patrimônio cultural, seja ele urbano ou rural. Talvez, a melhor opção seja aquela que permita perceber o turismo como uma forma includente, capaz de possibilitar efeitos positivos sobre esses bens.

Nesse sentido, retomamos a problemática das transformações espaciais detectadas na Fazenda Água Azul a fim de acomodar os hóspedes e a preocupação em interpretar os usos e os saberes de seus moradores no sentido de se manter a história e de adaptar o histórico ao contemporâneo do empreendimento com vistas à rentabilidade econômica.

³³ HERNÁNDEZ, op. cit., 2005, p. 15.

2.2 Usos e saberes: das grandes edificações às delicadas geleias artesanais

No atual refeitório da Fazenda Água Azul, o uso da madeira na edificação de sua estrutura e de seus móveis impressiona. O gosto por ofícios artesanais, que apresentamos há pouco, não se restringe somente às mulheres. Gorm Eugênio também tem grande apreço por tais práticas, sobretudo as ligadas à marcenaria. Foi ele quem confeccionou a maioria dos móveis de sua casa, das áreas de hospedagem, além das mesas, das cadeiras e dos armários do refeitório.

Os móveis são construídos com “madeira deitada”, uma expressão para se referir às árvores que caem na mata de causa natural. A “madeira deitada”, segundo o administrador da Fazenda, quando é avistada, logo é fotografada e sua documentação enviada ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) para que seja autorizada sua retirada e uso. Dessa forma a produção de Gorm Eugênio não pode ser comercializada, serve somente para uso da propriedade. A retirada da madeira geralmente acontece após tempestades, pois os raios e o vento forte são as maiores causas de sua derrubada.

Nas imagens que se seguem, Fotografias 12 e 13, podemos observar o “saber-fazer” de Gorm Eugênio, tanto no interior quanto na parte externa do refeitório, reconstruído em meados de 2008.

As colunas do ambiente retratado evidenciam a opulência das perobas-rosas e das gurucaias utilizadas para sua construção. Com grandes exemplares dessas árvores, foi possível arquitetar toda a estrutura do ambiente. Os quatro pilares externos são de uma única árvore. As vigas que sustentam a parte interna são de outras duas. Após ter moldado e cortado os troncos, Gorm Eugênio Berg von Linde efetuou o acabamento dos pilares com o uso de lixas e com algumas demãos de verniz.



Fotografia 12: Interior do refeitório da Fazenda Água Azul de Ecoturismo
Autoria: Fabiane Nagabe
Data: Fevereiro de 2009.



Fotografia 13: Frente do refeitório da Fazenda Água Azul de Ecoturismo
Autoria: Solange Marcon – disponível no site: <www.aguaazul.com.br>.
Data: Meados de 2008.

Tal espaço originalmente foi concebido para abrigar os primeiros funcionários da fazenda. Era apenas um rancho de sapê. A primeira estrutura foi construída na propriedade em 1952. Posteriormente, na década de 1960, abrigou um paiol de milho. Em 1968, foi esvaziado para dar lugar às aulas de alfabetização de Elissena Frollini Berg von Linde. Anos depois, esse trabalho foi reconhecido pelo município de Fênix e o local passou a ser denominado Escola Castro Alves. Ali, Elissena Frollini, com o auxílio de outra professora, utilizava o sistema multisseral de turmas para alfabetizar os pequeninos da fazenda, incluindo Gorm Eugênio Berg von Linde³⁴ e as crianças provenientes de sítios vizinhos. Depois de desativada, em meados de 1996, a antiga escola transformou-se em área de refeição coletiva para os hóspedes, os visitantes e os moradores da Fazenda Água Azul, mantendo na decoração interna mapas e quadros-negros, utilizados ali em momentos anteriores.

No caminho do refeitório, observamos um grande sino, tocado todos os dias para avisar que a refeição está sendo servida. O ato de alimentar-se é uma forma poderosa de consumo simbólico e representante também do patrimônio cultural do lugar. É o conhecimento produzido por um “saber-fazer” e repassado entre as gerações que ainda informa a elaboração dos pratos servidos na Fazenda Água Azul de Ecoturismo. As medidas, as receitas, a forma de preparo, assim como os utensílios domésticos e o lugar de se cozer podem ser considerados bens culturais que remetem a outros tempos.

Nos estabelecimentos eminentemente hoteleiros, os hóspedes alimentam-se servidos por funcionários que não demonstram nenhum tipo de intimidade. Nas fazendas-hotéis os ambientes são menos formais e permitem aos visitantes a sensação de participar de refeições servidas num ambiente que lhes parece familiar. A presença dos proprietários reforça a sensação reconfortante de que todos fazem parte de uma grande família ou comunidade. É uma “versão compacta de estar junto” que, para alguns dos turistas, pode nunca ser possível durante a correria da vida real. Segundo Zigmunt Bauman, é “um estar junto de pura semelhança” e que “por esta razão não-problemática” dispensa a formalidade entre os desconhecidos³⁵. Esses eventos permitem a

³⁴ O primogênito do casal Berg von Linde nasceu em 1969 em uma maternidade em Maringá-PR. Estudou na Escola Castro Alves até os 10 anos de idade.

³⁵ BAUMAN, op. cit., p. 117.

sociabilização mais espontânea e possibilitam o estabelecimento laços momentâneos de afetividades.

Almoços e cafés coletivos estimulam a construção de “imagens de solidariedade comunitária” que subitamente produzem identidades comuns pela “fabricação de experiências”. É um espaço de “*desencontros*”, ainda que ali haja o “encontro de estranhos”. Segundo Bauman, o desencontro ocorre, pois “o encontro de estranhos é um evento sem passado. Frequentemente é também um evento sem futuro”, pois geralmente as pessoas “constroem nestes ambientes uma história para ‘não ser continuada’”³⁶. São oportunidades singulares, consumadas enquanto dura a estada na fazenda. Por serem instantes únicos durante o encontro dos turistas, não “há espaço para tentativa ou erro”, o que justifica a busca pela melhor performance possível dos alimentos e dos serviços oferecidos ali.

Observamos que, entre os pratos servidos no refeitório, estão alimentos cuja produção se vincula às peculiaridades culturais de vários povos: de origem italiana, sueca, germânica e também o trivial da refeição brasileira. Tais embates culturais, segundo Bhabha, são “produzidos performativamente” e a “representação da diferença não deve ser lida apressadamente como reflexo de traços culturais ou étnicos preestabelecidos, inscritos na lápide fixa da tradição”, pois, na articulação social dessas diferenças, ao se “reencenar o passado, este introduz outras temporalidades culturais incomensuráveis na invenção da tradição”. Embora os alimentos preparados para as refeições tragam consigo signos que se vinculam a outras etnias, este “processo afasta qualquer acesso imediato a uma identidade original ou uma tradição “recebida””³⁷.

Cabe-nos evidenciar que o preparo dos alimentos pressupõe a articulação entre a natureza e a cultura, entre o particular e o universal. A mistura dos alimentos está articulada a distintas tradições culturais e, ao serem servidos, transportam “um universo de representações simbólicas” que se expressam por meio da “comensalidade”³⁸.

³⁶ Ibid., p. 117 e 110.

³⁷ BHABHA, op. cit., p. 20 et seq.

³⁸ PELEGRINI, op. cit., 2007, p. 7.

A “ruralidade” expressa nas refeições servidas no local circunscreve-se ao acesso a geleias e a doces, a pães e a bolos, a hortaliças e a parte dos legumes e dos frutos de época que são produzidos na própria fazenda. Observamos, contudo, também grande variedade de produtos industrializados, a exemplo dos derivados de leite e frios. Esse caráter urbano está presente na escolha dos cardápios, recheados de receitas que não se relacionam à culinária rural, mas que buscam atender às exigências urbanas de gosto dos turistas.

Acoplado ao refeitório está o escritório em que são gerenciadas as contas dos visitantes. Este é comumente o último espaço visitado por eles. Ao contrário dos hotéis urbanos e suas formas esquemáticas de gerenciamento, na Fazenda Água Azul a administração é familiar, imperando como primeiro ato de hospitalidade proporcionar aos turistas o reconhecimento dos ambientes de lazer e hospedagem e não o constrangimento burocrático do preenchimento de longas fichas interrogatórias. Grande parte dos hóspedes só se ambientaliza com o lugar de formalidades no momento do acerto de contas ou quando se dirige à primeira refeição. Nesse local ficam expostas as geleias, os licores, o mel, as bonecas de cabaças e os brinquedos produzidos na fazenda, como, por exemplo, “resta um”, “xadrez”, “pião”, “bugaia” e “dama”, além de alguns poucos itens de higiene pessoal vendidos aos turistas. As bonecas de cabaça são produzidas por Elissena Frollini e sua nora Sara Peter e lembram artefatos comuns em algumas regiões do Nordeste brasileiro. Esse escritório apresenta dupla função, pagamento da hospedagem e ponto de venda de produtos.



Fotografia 14: Escritório da Fazenda Água Azul de Ecoturismo
Autoria: Fabiane Nagabe
Data: Dezembro de 2008.

A Fotografia 14 é muito significativa, pois oferece a noção da composição de um espaço onde são expostos artefatos criados a partir dos saberes de seus proprietários que encontraram nos recursos naturais outra forma de renda. Com exceção da escrivaninha, que outrora pertenceu ao escritório do patriarca da família, os demais móveis foram confeccionados por Gorm Eugênio Berg von Linde.

À esquerda, as máquinas de cartão de crédito, ícones dos tempos modernos que transformam a relação do local com o global, pois o articula o local ao mundo financeiro, deslocando as fronteiras culturais. Ocorre, entretanto, que o modo de relacionar o local com o global, as maneiras de olhar e de agir diante da realidade e de apropriar-se dela e de trazê-la para a esfera em que se vive são traços que diferenciam a gente do campo das pessoas da cidade.

Fax, telefone, máquina de cartão de crédito e computadores são objetos necessários ao gerenciamento do turismo nos tempos atuais, visto que tivemos, nas últimas décadas, a aceleração da informação e dos processos mercadológicos e sociais. As atribuições da globalização estão presentes em

nosso cotidiano, arraigadas aos valores atribuídos ao “poder de consumo”, que transforma culturas e espaços em “mercadorias” e em objetos de desejo.

Nesse sentido, Coriolano afirma que o turismo atende às necessidades criadas pela “compra do lazer”. No seu entendimento, o turismo constitui uma prática social simultaneamente “econômica, política, cultural e educativa, envolvendo relações sociais e de poder entre residentes e turistas, produtores e consumidores”. Trata-se de uma atividade cujos serviços criam formas confortáveis e prazerosas de viver, restritas a poucos³⁹.

A direita da imagem, Fotografia 14, contrasta com os ícones da modernidade, o artesanato, com placa pendurada e com outra sobre o balcão com os dizeres: “Coisas feitas com amor” e “Conte nossa história, preserve nossa memória”. Trata-se de uma menção ao patrimônio cultural dessa fazenda, que, quando lembrada e contada por outros, contribui para a “sobrevivência social” dos seus residentes, pois é “produto e testemunho de sua vida”⁴⁰. Tais dizeres fazem menção ao patrimônio cultural da fazenda e, quando lembrados, contribuem para a “sobrevivência social” dos seus residentes, pois podem ser considerados como produto e testemunho da vida deles.

Salvaguardar esse tipo de patrimônio é também trabalhar pela defesa da memória social coletiva. Preservar, segundo Lemos, não significa estritamente guardar objetos, mas realizarmos

[...] levantamentos de qualquer natureza, de sítios variados, de cidades, de bairros, de quarteirões significativos dentro do contexto urbano. É fazer levantamentos de construções, especialmente aquelas sabidamente condenadas ao desaparecimento decorrente da especulação imobiliária.⁴¹

Na argumentação de Lemos, observamos a predileção pela salvaguarda de instrumentos que garantam a memória social urbana. Poucos são os autores que fazem referência à preservação de objetos, de construções ou do “saber-fazer” do cotidiano agrário. Esse fato que pode estar ligado à

³⁹ CORIOLANO, Luzia Neide M. T. Turismo: prática social de apropriação e de dominação de territórios. In: LEMOS, A. I. G. de; ARROYO, M.; SILVEIRA, M. L. (Orgs.). **América Latina: cidade, campo e turismo**. São Paulo: Clacso, 2006. p. 368.

⁴⁰ SOUZA FILHO, op. cit., p. 16.

⁴¹ LEMOS, op. cit., p. 29.

supervalorização das urbanidades em detrimento da vida no campo, como argumentamos na Unidade I.

O mesmo parece acontecer nos debates que resultam em normativas expressas nas Cartas Patrimoniais. A criação de organizações e de movimentos em prol da preservação dos bens pela sociedade civil e a incorporação do discurso de técnicos e de especialistas no assunto transcendem a individualidade⁴² dos grupos de discussões que buscam definir estratégias para proteção do patrimônio. Notamos, todavia, que são poucos os documentos internacionais que se ocupam da salvaguarda do patrimônio rural.

O primeiro documento a tratar do patrimônio rural é a *Recomendação de Paris*, fruto da *Conferência Geral da Unesco*, realizada em 1962. A Carta sugere a salvaguarda da “beleza e do caráter das paisagens e sítios [...] e, quando possível, a restituição do aspecto das paisagens e sítios, naturais, rurais ou urbanos”. Esse documento ainda menciona a importância do “planejamento físico-territorial das áreas rurais”, com inserção de “restrição nos planos de urbanização”, estabelecidos em “função da sua ordem de urgência, especialmente para as cidades ou regiões em vias de desenvolvimento rápido”⁴³.

Posteriormente, em 1964, *A Carta de Veneza* também faz breve referência ao patrimônio do campo, estendendo a noção de monumento aos sítios rurais⁴⁴. Em 1968, nova menção é feita a esse tipo de bem, na *15ª Sessão da Conferência Geral da Unesco*, entretanto as medidas de preservação recomendadas se circunscrevem às ameaças urbanas⁴⁵. Somente em 1976 há um destaque maior ao patrimônio e à cultura rural, ratificando a

⁴² Pedro Paulo Funari e Sandra C. A. Pelegrini explicam que existe uma distinção entre o patrimônio individual e o coletivo. Este último tem despertado a preocupações, durante as últimas décadas, principalmente as de cunho histórico e cultural que remetem a determinadas individualidades. FUNARI, Pedro Paulo e PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006, passim.

⁴³ Conferência Geral da UNESCO – 12ª sessão. In: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Cartas Patrimoniais**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004. p. 83-86.

⁴⁴ Carta de Veneza. In: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Cartas Patrimoniais**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004. p. 91-95.

⁴⁵ Conferência Geral da UNESCO – 15ª sessão. In: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Cartas Patrimoniais**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004. p. 123.

necessidade de adoção de ações jurídicas administrativas que garantam a “ordenação rural” e criem medidas “contra as deteriorações provenientes de uma excessiva exploração turística”⁴⁶.

Em novembro do mesmo ano, o International Council on Monuments and Sites (ICOMOS)⁴⁷ produz, em Bruxelas, durante o Seminário Internacional sobre o Turismo Contemporâneo e Humanismo, a *Charte du tourism culturel*⁴⁸, que orientava o acordo promovido por organismos de turismo e de defesa do patrimônio cultural urbano e rural. O documento reconhece a atividade turística como algo irreversível e cuja influência sobre os sítios arqueológicos e monumentos vem aumentando à medida que se expande. Enfatiza, todavia, que é possível uma convivência harmônica entre turismo e os bens culturais, podendo esta atividade viabilizar a arrecadação de fundos para a gestão dos bens culturais rurais e tornarem-se ferramenta para a educação patrimonial das comunidades, influenciando as políticas locais de preservação.

A partir desse debate, outros seguiram em defesa da relação entre o turismo e o patrimônio cultural do campo e das cidades. Em 1995 ocorre a Conferência Internacional, realizada em Paris, cujo título original é “*Proceedings of a round table on culture, tourism, development: crucial issues for the XXIst century*”, quando a Unesco e a Associação Internacional de Peritos Científicos em Turismo (AIEST) reconhecem a interferência da atividade no desenvolvimento de áreas urbanas e rurais, considerando as suas influências sobre a produção desses lugares e a possibilidade de contribuírem como aportes para a melhoria do padrão de vida das populações.

⁴⁶ Recomendação relativa à salvaguarda dos conjuntos históricos e sua função na vida contemporânea. In: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Cartas Patrimoniais**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004. p. 223-228.

⁴⁷ O International Council on Monuments and Sites – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) é uma organização civil internacional, ligada à UNESCO. “Foi criado em 1964, durante o II Congresso Internacional de Arquitetos, em Veneza, ocasião em que foi escrita a declaração internacional de princípios norteadores de todas as ações de restauro – ‘Carta de Veneza’, da qual o Brasil é também signatário”. Esta instituição tem como uma de suas atribuições “o aconselhamento no que se refere aos bens que receberão classificação de Patrimônio Cultural da Humanidade”. “Atualmente com 7.500 associados em cerca de 110 países, organizados em Comitês Nacionais, nos cinco continentes, o ICOMOS INTERNATIONAL é administrado por uma Secretaria Executiva sediada em Paris”. ICOMOS BRASIL. **Quem somos**. Curitiba. Disponível em: <<http://www.icomos.org.br/>>. Acesso: 16 jun. 2009

⁴⁸ ICOMOS. *Charte du tourism culturel*. Bruxelas: ICOMOS, 1976. Disponível em: <<http://www.international.icomos.org/charters/tourism>>. Acesso: 2 jun. 2009.

Em 1999, a 12ª Assembléia Geral do ICOMOS, realizada no México, recomendou a interação entre o turismo e o patrimônio, tornando-a uma das formas mais importantes para o intercâmbio cultural⁴⁹. Ademais, acrescentava que práticas de lazer nas áreas rurais não deviam se sobrepor totalmente às atividades econômicas locais⁵⁰.

Em síntese, parece-nos que a preocupação com a preservação do patrimônio rural não tem adquirido eco entre os gestores do turismo, tampouco tem gerado expressivos debates aprofundados entre os especialistas. Tal tipo de apreço, direcionado aos bens urbanos, pode nos levar a uma visão equivocada a respeito da salvaguarda da memória coletiva e da preservação de objetos não representativos da sociedade como um todo. Muitos “artefatos de exceção” urbanos foram guardados, não obstante “bens culturais usuais e corriqueiros do povo”, sobretudo os rurais, que poderiam ajudar no reconhecimento do cotidiano das comunidades, foram perdidos “para todo o sempre”⁵¹.

Detectamos que, tanto nas pesquisas técnicas e acadêmicas quanto nas práticas dos gestores turísticos, há um aparente interesse pelas culturas locais. A diferença marcante está no objetivo e na forma como os profissionais estabelecem relações entre a preservação e o turismo. Para os teóricos, a interpretação cultural dos atrativos turísticos é fruto da reflexão intelectual intrínseca ao seu labor, cuja finalidade é preservar a memória coletiva para sua transmissão às gerações futuras. Trata-se, também, de uma maneira de entender a formação das identidades e contribuir para o desenvolvimento social. Para os empreendedores da Fazenda Água Azul, por exemplo, o patrimônio cultural é visto como produto a ser lapidado com vistas a valorizar os investimentos dos negócios que envolvem o hotel.

Essas são formas bastante distintas de lidar com o referido tema, por isso também há variações nas intervenções culturais. Se o registro da memória e das tradições culturais tende a buscar soluções para a preservação dos bens

⁴⁹ ICOMOS. **Carta Internacional sobre Turismo Cultural**: La Gestión del Turismo en los sitios con Patrimonio Significativo. México: ICOMOS, 1999, p. 1. Disponível em: <<http://www.international.icomos.org/charters/tourism>>. Acesso: 2 jun. 2009.

⁵⁰ UNESCO. **Proceedings of a round table on culture, tourism, development: crucial issues for the XXIst century**. Paris, 1997. p. 8.

⁵¹ LEMOS, op. cit., p. 22.

culturais da coletividade, forças econômicas parecem investir em melhorias que visam apenas à integridade dos bens como atrativos turísticos rentáveis. Tal dicotomia coloca em evidência a fragilidade dos bens culturais diante do turismo.

A finalidade de tornar tanto os artefatos do “museu” quanto as edificações da antiga colônia de funcionários construídos na década de 1950 em moeda de troca nos preocupa, pois caímos no risco de “coisificar” o patrimônio, fetichizando-o. Isso pode acontecer à medida que o consumo cultural passa a hierarquizar os objetos, os lugares e os saberes, promovendo uma distinção cultural entre os que conseguem consumi-lo e os que não detêm poder para pagar o valor das diárias cobradas pelo empreendimento. Tal fetichismo do patrimônio é também um processo incentivado pela sociedade de consumo imersa em uma “modernidade líquida”, marcada pela fluidez, pela inconstância e pela instabilidade das relações e das práticas⁵². Marisa Veloso considera que as

[...] manifestações patrimoniais não podem se transformar em um mero objeto de consumo, muito embora, como qualquer outro produto, também percorram a trilha de sua própria alienação. Ocorre que o processo de “coisificação” ou “objetivação” que envolve os bens patrimoniais, passa, necessariamente, por duas dimensões inexoráveis e que lhes conferem uma aura singular – a dimensão coletiva e a dimensão da história ou da memória.⁵³

As recomendações das instituições que debatem essas questões salientam a necessidade de um compartilhamento de responsabilidade que garanta tanto a preservação quanto o uso dos bens culturais. Seria conveniente que os proprietários da fazenda estabelecessem um diálogo com as instituições que trabalham em prol da preservação patrimonial e que dão proteção legal ao bem, como, por exemplo, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)⁵⁴, a fim de melhorar as práticas preservacionistas para fins turísticos e garantir a integridade dos seus atrativos.

⁵² BAUMAN, op. cit.

⁵³ VELOSO, op. cit., 2007, p. 231.

⁵⁴ O trabalho dessa instituição restringe-se em identificar, catalogar, restaurar, conservar, preservar, fiscalizar e difundir os bens culturais no território brasileiro, conforme nos esclarecem Pedro Paulo Funari e Sandra de C. A. Pelegrini. FUNARI e PELEGRINI, op. cit., p. 45.

Fonseca salienta que esse tipo de parceria entre iniciativa privada e pública pode ser muito profícua. Nessa linha argumentativa, a autora lembra a experiência do programa de recuperação de aldeias históricas rurais de Portugal, mediante a intervenção do *Programa de Promoção do Potencial de Desenvolvimento Regional*, negociado com a *Comissão Europeia*. Assim, afirma que, ao apostar “na mobilização dos atores locais e no estabelecimento de parcerias entre entidades locais (agente econômicos privados, associações de desenvolvimento e autarquias locais)”⁵⁵, a iniciativa resultou na mobilização de membros das comunidades – fator essencial para a salvaguarda do patrimônio rural.

Para a gestão do patrimônio, faz-se necessário um esforço conjunto no sentido da cooperação e do compromisso de diversos agentes da esfera científico-profissional, político-administrativa, econômica e da sociedade civil, de modo a garantir a conservação dos valores identitários e a autenticidade dos bens⁵⁶. Na prática, a preservação cultural dos bens da Fazenda Água Azul de Ecoturismo, por meio do turismo, enfrenta inúmeros desafios, embora devesse seguir as recomendações sugeridas pelos tratados internacionais sobre o tema.

⁵⁵ FONSECA, Maria Lucinda. Patrimônio histórico e cultural e desenvolvimento local. In: A. B. Rodrigues (Org.). **Turismo rural**: práticas e perspectivas. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003. p. 47-68.

⁵⁶ HERNÁNDEZ, Josep Ballart. Usos del patrimônio, acción social y turismo: hacia um necesario consenso. **Diálogos**. v. 12 n. 1, Maringá: DHI e Programa de Pós-Graduação em História - Universidade Estadual de Maringá, 2008. p. 110.

UNIDADE III
REPRESENTAÇÕES COLETIVAS
DA VIDA NO CAMPO

O turismo, ao valorizar o meio ambiente e a cultura local, é utilizado como opção para o incremento comercial desses ambientes, proporcionando, por vezes, a manutenção da população com a geração de empregos e renda a um custo relativamente baixo, pois se apropria das instalações já existentes¹. Pode, contudo, apresentar-se também como forma de exploração do patrimônio cultural. O lazer proporcionado nos moldes comerciais contemporâneos pode estimular a adaptação ou a criação de paisagens, de práticas exóticas e de edificações que pouco se relacionam com a cultura rural. É sobre essas questões que nos deteremos nesta unidade.

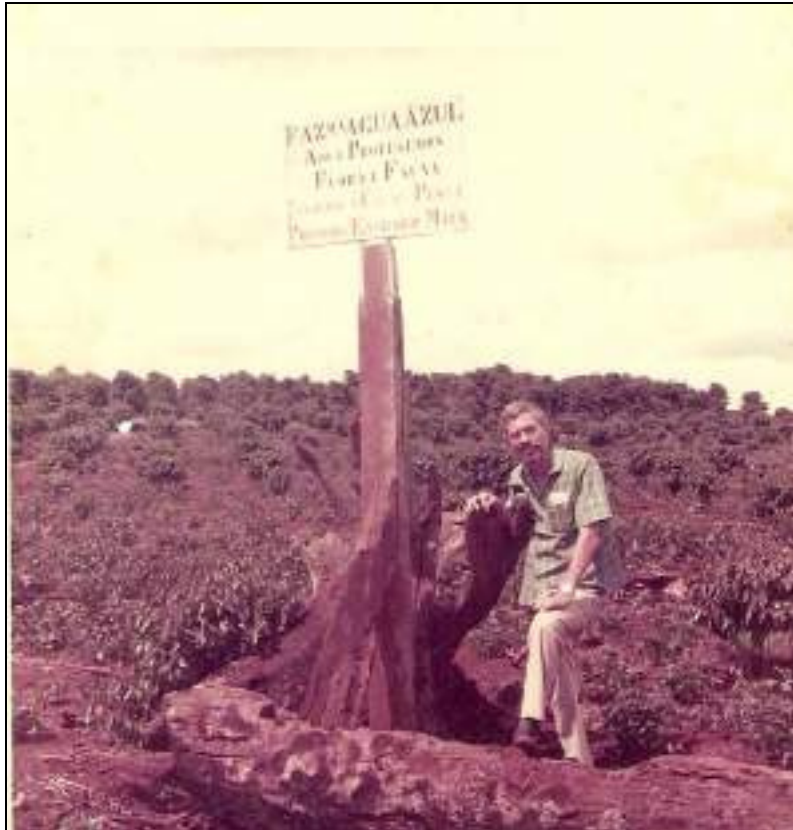
O sueco Johan Gabriel Berg von Linde, de origem *viking*, desde os anos de 1956, quando aportou no país, demonstrava apreço e admiração pela fauna e flora brasileiras². A preservação dos recursos naturais foi uma das primeiras medidas tomada pelo europeu quando comprou a Fazenda Água Azul, em agosto de 1967. No momento em que tomou posse das terras ordenou a suspensão do desmatamento, preservando aproximadamente 280 hectares de mata nativa. Posteriormente, em janeiro de 1968, ele mesmo fincou uma placa na entrada da Fazenda, exatamente onde hoje encontramos a estrada “Caminho do Peabiru”, com o aviso: “Fazenda Água Azul, aqui protegemos flora e fauna”, nas linhas inferiores: “Proibida a caça e a pesca/ Proibido entrar na mata”.

Chama-nos a atenção a atitude do sueco que, na década de 1960 do século XX, já demonstrava a preocupação em proteger a fauna e a flora locais.

¹ BRASIL. Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. **Turismo rural**: orientações básicas. Brasília: Ministério do Turismo, 2008a. p.15.

² Conforme entrevista concedida a Ester Back Schulz, pouco antes do seu falecimento em 2004, Johan Gabriel Berg von Linde explica o seu encantamento com as belezas naturais do país. Revela que, para se deslocar para o Brasil, inscreveu-se no programa do governo sueco que exportava porcos a vários Estados brasileiros. Seu contrato de seis meses implicava em transportar, acompanhar e alimentar os animais até o seu destino final. Com o fim da viagem, empregou-se na Companhia Americana de Engenharia de Consultoria, em Pitangueiras – SP, onde trabalhou por algum tempo na miscigenação do gado vermelho Redpool. O sucesso de seu ofício e a boa aceitação do gado “Pitangueiras”, como foi batizado após sua exposição na Fazenda 3 Barras, da família Matarazzo, incentivou sua fixação no país.

Desbotado pelo tempo, este documento iconográfico abaixo, Fotografia 15, é uma forma simbólica³ que evidencia uma prática cotidiana do velho sueco: a visita ao cafezal, atualmente pertencente ao acervo particular de dona Elissena Frollini Berg von Linde. A imagem apresenta, ao centro, o senhor Johan Gabriel Berg von Linde, escorado sobre troncos, posando para o registro do momento que marca o início de sua vida no Paraná.



Fotografia 15: Johan Gabriel Berg von Linde, com 42 anos
Autoria: Elissena Frollini
Data: Janeiro de 1968.

A placa foi colocada em lugar de destaque na entrada do museu da Fazenda Água Azul de Ecoturismo. Apesar da passagem do tempo, a senhora Elissena Frollini afirma que se trata da mesma placa. Entretanto, sobre a pintura original, encontram-se os dizeres: “Faz. Água Azul” “Respeitamos a natureza / Proibida a caça”. Apesar de a imagem evidenciar ao fundo a

³ BURKE, op. cit., 2005, p. 30.

plantação de café, na ocasião, a principal razão do desmatamento era o plantio de hortelã⁴. Com a suspensão do desmatamento, foi iniciado um plano de manejo para a agricultura, observando os ciclos naturais de plantio e de colheita. Desde então só se cultivam as áreas que já haviam sido desmatadas antes de 1967⁵.

3.1 Apropriação das paisagens

Na mata nativa da Fazenda Água Azul de Ecoturismo é possível encontrar, na atualidade, várias minas d'água, consideradas próprias para consumo, leitos de rios com pequenas quedas, árvores centenárias, flores, frutos e animais silvestres. São essas nascentes que abastecem toda a fazenda, por meio de canalização efetuada no final da década de 1960. Na flora local é possível avistar grande quantidade de espécies arbóreas e flores como perobas⁶, jequitibás⁷, gurucaias⁸, canafístolas⁹, orquídeas, bromélias,

⁴ Para um maior rendimento no cultivo da hortelã, era comum, na propriedade, que, em um espaço de quatro em quatro anos, fosse replantada toda essa cultura em solos mais jovens, acarretando um processo de desmatamento constante.

⁵ Conforme entrevista de Gorm Eugênio Berg von Linde, registrada em 7 de dezembro de 2008. (Duração: 21min.25s.)

⁶ De nome científico *Aspidosperma spruceanum*, é uma árvore brasileira que pode atingir até 20 metros de altura, comumente encontrada no Norte e Sudeste do país com os nomes: amargoso, araracanga, guatambu-rugoso, pau-amarelo, pequiá-marfim, peroba, pítia, quina-da-mata.

⁷ Da família das lecitidáceas e cientificamente tratada por *Cariniana ianeirensis*, esta árvore cujo tronco atinge grandes dimensões, é nativa da Mata Atlântica brasileira, mas encontrada também em outras partes do país.

⁸ As gurucaias são árvores de grandes dimensões, que podem atingir de 20 a 30 metros de altura com o tronco de até 110 cm de diâmetro bastante dura e resistente, o que permite utilização em obras que ficam sob condições naturais, pois é muito resistente. É da família das *Leguminosae-Mimosoideae*, conhecida popularmente por: angico vermelho, angico, angico-da-mata, angico-verdadeiro, angico-amarelo, angico-cedro, angico-rosa, angico-de-curtume, angico-dos-montes, angico-de-banhado, angico-sujo, guarucaia, angico-branco, brincos-de-saguim, brincos-de-sauí, paricá. Sua ocorrência foi registrada em Estados do Sudeste, mas, com mais frequência, nos três Estados sulinos.

entre outras. São itens que também compõem o patrimônio natural da Fazenda Água Azul de Ecoturismo. Aliás, cumpre-nos lembrar que, por força da lei, os produtores rurais são obrigados a preservar 50 metros de mata ciliar ao entorno das minas d'água e nascentes, e 30 metros dos locais por onde correm os leitos dos rios¹⁰.

Esta outra adjetivação do patrimônio, o natural, abarca um universo maior do que pode aparentar ao olhar desprevenido. Suas peculiaridades são definidas pela *Convenção sobre a salvaguarda do patrimônio mundial, cultural e natural*, que data de novembro de 1972, na França. Esse documento estabelece que seja considerado patrimônio natural:

- os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por conjuntos de formações de valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico;
- as formações geológicas e fisiográficas e as zonas estritamente delimitadas que constituam habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas de valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico;
- os sítios naturais ou as áreas naturais estritamente delimitadas detentoras de valor universal excepcional do ponto de vista da ciência, da conservação ou da beleza natural.¹¹

A convenção em destaque refere-se aos bens naturais e no documento inclui: as paisagens e os recursos naturais de maneira ampla cuja excepcionalidade seja reconhecida. Tal critério da beleza natural é observado na Fazenda Água Azul de Ecoturismo. O verde preservado destaca-se em relação a outras propriedades que a cercam, nas quais imperou o desmatamento da área permitida para o cultivo, restando nelas somente a Reserva Legal e as Áreas de Preservação Permanente (APP), obrigatórias por lei¹².

⁹ As *Peltophorum dubium*, como cientificamente são conhecidas as canafístulas, sua madeira é empregada em construção civil, marcenaria, tanoaria, carrocerias, dormentes, serviços de torno, etc.

¹⁰ Conforme Decreto Estadual nº 387, de 1999, do governo do Estado do Paraná.

¹¹ Conferência Geral da Unesco - 17ª sessão. Convenção sobre a salvaguarda do patrimônio mundial, cultural e natural In: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Cartas Patrimoniais**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004. p. 179.

¹² A Reserva legal no Estado do Paraná estabelece que devem ser preservados 50 metros dos biomas que circundam as nascentes e 30 metros no caso dos leitos de rios e córregos. As Áreas de Preservação Permanente (APP) garantem a

Com a preservação dos recursos naturais da Fazenda e a proibição da caça, parte da fauna local foi protegida. Essas medidas estavam amparadas pela vontade dos proprietários e pelas leis de proteção ambiental. Segundo informações do seu atual administrador, Gorm Eugenio Berg von Linde, a propriedade encontra-se em dia com suas obrigações ambientais exigidas pelo Instituto Ambiental do Paraná (IAP)¹³.

Parte da área onde se encontra a mata nativa é, entretanto, utilizada para prática de atividades de lazer, tais como caminhadas e banhos de rio. As chamadas “trilhas ecológicas” são caminhos abertos em meio à vegetação, aparentemente sem critérios técnicos. Nesses locais são permitidos passeios apenas de pedestres monitorados. Durante o trajeto, o guia encarrega-se de apresentar o bioma¹⁴ local, na amplitude do seu conhecimento. Na maioria das vezes, o proprietário da fazenda encarrega-se dessa função. Sempre que a demanda aumenta, há o revezamento com estagiários ou com funcionários da propriedade, guias dispostos, de fala afável, estereotipando a hospitalidade do homem do campo.

São três as trilhas abertas na mata da fazenda: a “Guaritá”, com 2.500 metros de percurso; a da “Mina”, com 3.600; e, ainda, a “Trilha Água Azul”, especialmente planejada para as crianças, com trajeto reduzido a aproximadamente 500 metros. Essas vias perpassam áreas constituídas de nascentes, quedas d’água, árvores centenárias, bromélias e orquídeas.

No âmbito do turismo, os bens naturais podem se tornar atrativos, à medida que seus recursos são incorporados às demandas dos roteiros. Na Fazenda Água Azul de Ecoturismo são as belezas naturais que recorrentemente chamam a atenção dos visitantes, atraindo principalmente escolares e grupos de jovens em busca de novas aventuras. Na sequência, segue um registro iconográfico que flagrou uma das caminhadas efetuadas por um grupo de crianças, menores de 12 anos de idade, conforme Fotografia 16.

manutenção de 20% de mata, seja ela nativa ou de reflorestamento, segundo o Código Florestal de 1965.

¹³ Conforme entrevista registrada em 10 de dezembro de 2008. (Duração: 54min.13s.)

¹⁴ Biomas são conjuntos de populações estáveis, em estágio avançado de evolução que dispõem de organismos adaptados às condições ecológicas de um grande território. Normalmente, apresentam especificidade quanto ao clima, ao solo ou ao relevo. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.



Fotografia 16: Crianças em meio à trilha da Fazenda Água Azul de Ecoturismo
Autoria: Desconhecida
Data: 9 de março de 2003.

A Fotografia 16 registra parte da trilha e a visita de turistas recebida no ano de 2003. O grupo totalizava cerca de 50 pessoas (crianças e professores). A foto que flagrou o momento foi produzida por um dos integrantes do grupo, que, posteriormente, encaminhou-a para o acervo da propriedade.

Tais estruturas montadas na mata nativa podem conferir ao local formas de impacto ambiental¹⁵ como alterações físicas e biológicas, resultantes da atividade humana. Pontes e corrimãos que transpõem o leito d'água foram construídos com madeira do próprio ambiente e fazem parte das instalações

¹⁵ Segundo o Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), Resolução nº 001, de 23 de janeiro de 1986, considera-se impacto ambiental "Qualquer alteração nas propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que direta ou indiretamente afetam: a saúde, a segurança e o bem estar da população; as atividades sociais e econômicas; a biota; as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; a qualidade dos recursos ambientais". (sic)

oferecidas aos visitantes. Em outros trechos do percurso, há degraus em madeira presos diretamente às árvores, os quais permitem a subida e a melhor visualização de determinadas paisagens por parte dos turistas. Segundo Leandro Fontoura, a montagem de “equipamentos inadequados, tais como mirantes, acessos, pontes e escadas”, além do lixo deixado nas trilhas, contribui para o “aumento do risco de incêndios florestais”¹⁶.

Entre os “impactos potencialmente negativos” do turismo sobre essas áreas estão:

[...] a compactação e erosão do solo através da abertura de trilhas desordenadas; a descaracterização da paisagem, dos atrativos e dos elementos naturais e culturais; a alteração do habitat natural da fauna e flora, provocado pelo stress decorrente da presença humana (tráfego, ruídos e movimentos estranhos ao ambiente).¹⁷

A concentração de demanda na Fazenda Água Azul pode causar o que evidencia Fontoura como “impactos potencialmente negativos”, pois a compactação do solo pelo constante fluxo de transeuntes e a concentração de barulho trazem sérios riscos à fauna local. Mesmo com a recomendação dos guias de que se “deixem no local somente pegada e que dele só se retirem fotos”, ainda assim, o som provocado pelas crianças e pelos adultos contribui para a fuga dos animais de seu *habitat* natural.

Noutro registro imagético mais recente, Fotografia 17, datado de 10 de novembro de 2008, observamos aproximadamente 20 pessoas, entre adultos e crianças (maiores de 12 anos de idade), refrescando-se em um dos pequenos leitos d’água que se formam a partir das minas. A atitude interrompe o curso da água e pode contribuir para a poluição das áreas próximas à nascente. Estudos apontam a necessidade de preservação permanente desses locais, prevendo sua utilização sustentável e o resguardo de, pelo menos, 30 metros do entorno da nascente.

¹⁶ FONTOURA, Leandro Martins. **Análise comparativa da territorialidade do turismo nos parques estaduais de Ibitipoca-MG e Vila Velha-PR**. Dissertação de Mestrado. Curitiba: Universidade Federal do Paraná. 2008. p. 26.

¹⁷ Ibid.



Fotografia 17: Visitantes em meio à trilha da Fazenda Água Azul de Ecoturismo
Autoria: Fazenda Água Azul
Data: 10 de novembro de 2008.

Entre as ações que podem comprometer a preservação desse patrimônio, destacamos a permanência de grupos de pessoas no entorno das minas e a ausência de trilhas alternativas que possam ser utilizadas quando as principais necessitam de recuperação.

Os impactos causados ao meio ambiente são avaliados pelos próprios guias e/ou proprietários. Em entrevista, um dos seus gestores reconhece que o manejo dessas áreas é realizado sem o acompanhamento de um profissional que garanta o estudo sistemático sobre o impacto produzido pelos turistas no local.

Outras áreas que circundam córregos e rios também são utilizadas para o turismo. No rio Arurau, por exemplo, uma prática recorrente no fim da década de 1990 consistia em, mediante uma corda pendurada nos galhos mais altos de uma árvore nativa, os mais jovens saltavam para o rio.

A análise das práticas presentes nas representações imagéticas referentes ao uso do patrimônio natural nos revela informações importantes.

Percebemos que se constrói, desde a década de 1967, um discurso preservacionista e práticas proibitivas do consumo dos recursos naturais da mata nativa, contudo a inserção do turismo permite certo distanciamento da proposta inicial de preservação ambiental que visava à integridade desses bens.

Comumente, o emprego do rótulo “ecológico” é utilizado por empreendimentos dessa natureza como discurso formador de certo *status* comercial, uma vez que os atos da inserção nessas áreas não preveem ações redutoras do impacto ambiental e estudos sobre a capacidade de carga do local. Segundo Boullon¹⁸, o termo ecologia pode ser empregado como argumento eficiente para suscitar a ampliação de fluxos de visitantes para os patrimônios naturais. A densidade da demanda gera a “sobrecarga das estruturas rurais” e “problemas como a degradação ambiental, cultural, social, paisagística e a conseqüente descaracterização do meio”, agravantes recorrentes em empreendimentos desse porte no Brasil¹⁹.

Cada empreendimento turístico no campo que explore economicamente as áreas naturais possui também singularidades. A paisagem cultural e o resultante da ação do homem ao longo do tempo trazem consigo uma dimensão histórica. Ela é “portadora de significados, expressando valores, crenças, mitos e utopias: tem assim uma dimensão simbólica”²⁰. São princípios e semelhanças marcados principalmente pela origem étnica ou pela atividade rural ali produzida que tem por base uma identidade comum que une as pessoas a essas paisagens.

Na Fazenda Água Azul, a ação humana no meio e a produção de novos lugares são perceptíveis nas intervenções dos espaços e das paisagens, nas edificações de estruturas recentes e nos acréscimos de novas formas de lazer. Na busca por valorizar os aspectos rurais e, por vezes, os urbanos também, tal processo pode equivocadamente torná-los tão artificiais a ponto de serem confundidos com uma recriação artística irreal.

¹⁸ BOULLON, Roberto. **Ecoturismo**: sistemas naturales y urbana. Buenos Aires: Librerías Turísticas, 1993.

¹⁹ BRASIL, op. cit., 2008a, p. 16.

²⁰ CORRÉA, Roberto Lobato & ROSENDAHL, Zeni (Org.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998. p. 8.

3.2 O “não-lugar” e a criação de simulacros

Transposto o espaço que abriga a antiga figueira comentada no início da Unidade II, avistamos, à direita, um pequeno caminho que leva a outros lugares não mais de memórias, mas não-lugares²¹ da Fazenda Água Azul: os apartamentos para os hóspedes. A materialidade das casas, adaptadas para a recepção aos visitantes, está impregnada pelo sentido simbólico que revela fragmentos da história da região que outrora foi grande produtora de café. Os seis aposentos existentes possuem apenas quarto e sanitário. Quatro deles foram construídos no final da década de 1960, outros dois se localizam nas dependências do antigo escritório de Johan Gabriel Berg von Linde e Elissena Frollini Berg von Linde.

A pesquisadora Olga Tulik assevera que “[...] o Turismo no Espaço Rural, desde o início, esteve associado à oferta de alojamento, no qual se baseiam a estrutura, a organização e a regulamentação dos diferentes tipos”²². Nosso entendimento, como discorrido na unidade anterior, é que, no Brasil, apesar de o início dessa modalidade ter sido marcado pelo *day use*²³ ou *dia no campo*, a oferta de hospedagem faz-se presente nesses empreendimentos, porém não em sua totalidade.

Os aposentos ficam em uma área próxima ao local onde originalmente se situava a residência dos Berg von Linde, destruída durante um incêndio no ano de 2000²⁴. Como de costume na época, as casas dos proprietários ficavam localizadas no alto das fazendas, de forma a permitir melhor visualização dos funcionários e da plantação.

²¹ AUGÉ, Marc. **Não-lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas, SP: Papirus, 1994.

²² TULIK, Olga. **Turismo rural**. São Paulo: Aleph, 2003. p. 56.

²³ Expressão utilizada pelo segmento turístico como referência do uso dos serviços turísticos de determinado empreendimento por apenas um dia, sem fornecimento de hospedagem.

²⁴ Durante o incêndio quase todas as fotografias da Fazenda Água Azul foram queimadas, fato que justifica a pequena quantidade de imagens das décadas de 1960 a 2000 disponíveis para análise dos bens culturais encontrados nos dias atuais no referido empreendimento.



Fotografia 18: Vista externa da casa “Jaborandi”.

Autoria: Fabiane Nagabe.

Data: 4 de fevereiro de 2009.

A “Jaborandi” faz fundo com o pasto dos cavalos e propicia a vista da entrada da sede. A sua frente há uma sacada de parapeito em madeira, que acomoda cadeiras de varanda. Delas se contempla o antigo terreiro de café, a tulha secadeira e o caminho por onde passavam diariamente todos os funcionários que seguiam para os cafezais. Do lado esquerdo da varanda, enfeitam o jardim alguns pés de café e uma palmeira. Um pouco mais à frente, à direita da Fotografia 18, pode-se ver uma goiabeira e outras árvores frutíferas, cujos frutos ficam disponíveis para consumo turístico.

A adaptação da casa resultou na divisão do espaço em apartamentos. Sua construção é alicerçada em uma base de madeira e pedras para corrigir o relevo do local. Abaixo da casa, um espaço onde antigamente se armazenava lenha.

Construída em madeira de peroba e pintada com tinta a óleo em tom amarelo, como originalmente foi concebida, a casa ainda conserva o telhado com telhas de barro e as tramelas interiores originais. Os sanitários preservam as velhas louças manchadas pela ação do tempo e os azulejos em cor bordô

contrastam com o branco da tinta a óleo que sobrepõe as partes em madeira. A caixa externa de descarga também remete a tempos passados. As paredes internas preservam o avermelhado original da peroba rosa, destacada pelas pinceladas de verniz passadas de tempo em tempo. Entre a mobília, encontram-se uma cama de casal e outra de solteiro, cadeiras e bancos de madeira produzidos na própria fazenda, prateleiras que antigamente abrigavam livros e atualmente servem para acomodar a bagagem dos turistas. Alguns artefatos de época enfeitam o ambiente, como antigas panelas, moedores de café e ferros de passar, aqueles que ainda eram aquecidos à brasa.

São tão numerosos tais tipos de objetos que é possível encontrá-los sendo utilizados para outros fins. Na casa de nome “Roseira”, por exemplo, observamos a presença do ferro de passar sobre o antigo fogão à lenha, de modo a decorá-lo. Ou ainda as panelas que outrora estavam na cozinha, servindo para a produção de alimentos, atualmente servem como suportes para revistas. Em um dos quartos da “Jaborandi”, retratado na Fotografia 19 que segue, percebemos que o atual “peso de porta” antes era utilizado para moer grãos de café. Em diferentes casas, outros artefatos desempenham funções inusitadas.



Fotografia 19: Vista interna da casa “Jaborandi”

Autoria: Fabiane Nagabe

Data: Fevereiro de 2009.

Abaixo da área da piscina, um caminho de aproximadamente 5 metros de largura nos leva a mais lugares de memória. São casas construídas por volta de 1952, que fazem parte de um conjunto de residências já demolidas (cerca de 40 habitações). Todas essas construções estavam espalhadas pela propriedade e dividiam-se entre edificações de peroba, com telhas de barro, e ranchos de pau-a-pique, feitas em madeira de palmito e cobertura de sapê, em palha ou “tabuinhas”²⁵. Geralmente uma única família habitava cada espaço desses, família que variava de 5 a 6 pessoas. No início da década de 1950 haviam aproximadamente 40 famílias. Até meados de 1990, gradativamente elas foram deixando o lugar em decorrência da diminuição da produtividade das culturas e da mecanização das atividades agrícolas. Em 1987²⁶, o número de famílias se reduziu a 11 famílias.

A restauração dessas estruturas habitacionais para hospedagem turística iniciou-se em 1996, não obstante sua forma original já ter passado a sofrer intervenções a partir de 1967, por ocasião da instalação definitiva de Elissena Frollini Berg von Linde no local. A senhora de hábitos urbanos, assim que se mudou, dedicou-se a melhorar a condição de vida das famílias que residiam ali.

Seu depoimento nos revela como era o ambiente em 1967:

Era “chão batido” porque o pessoal tinha costume de varrer o chão, né! Aí eles tinham um mangueirão de porco, era um mangueirão de porco coletivo, então todo mundo tinha os seus pórcos, era um mangueirão só. Sabe? No fundo das casas... debaixo das casas. E eles tinham o galinheiro... E... daí, quando eu mudei pra cá... eu comecei a fazer assim uma divisão. Cada um ter o seu, porque dava um pouquinho de... confusão. E cada um ter a sua galinha presa, prender os pórcos, prender as galinhas. Que o porco também ficava sempre solto né! E pra ter horta, eles falavam que não dava pra ter horta, porque tinham porco solto. Então, eu falei pra fazer o galinheiro... fazer horta. E daí eu comecei também a separar as casas, fazer um balaústre, fazer uma cerquinha de madeira em volta das casas. Porque aqui sempre teve muita madeira.

²⁵ Conforme entrevista de Elissena Fronlini Berg von Linde, formalmente realizada em 20 de junho de 2009. (Duração: 1h14min13s.)

²⁶ Segundo entrevista concedida em 2006 a Ester Back Sculz, disponível entre os anexos da pesquisa: SCHULZ, Ester Cristina Back. Turismo no espaço rural na área de influência de Maringá – Paraná. Dissertação de Mestrado. Itajaí: UNIVALI, 2006.

Aí o Johan comprou para fazer uma cerraria aqui na fazenda, a máquina a vapor, sempre a partir de 1967, a data assim não lembro. Dai começamos a fazer a reforma das casas. E construir mais algumas coisas.²⁷

As casas, às quais Elissena se refere, constituem lugares que a estimulam a nos contar “resíduos da história”²⁸ passada. Elas foram mantidas nos espaços originais, assim como suas estruturas. As cores foram alteradas entre a década de 1980 e 1990. Após 1996, a essas casas lhes foram atribuídos nomes e nova jardinagem, como se pode observar na Fotografia 20.

Com exceção da residência do casal Eugênio Berg von Linde e Sara Peter, as demais possuem, na frente, uma composição paisagística, contendo a planta que lhe confere o nome: “Laranjeira”, “Roseira”, “Macaúba”, “Uvaia”, “Limoeiro”, “Gerivá”, “Palma”, “Hibisco”, “Amoreira”, “Ipê Roxo”. Outras três antigas residências estão atualmente em desuso, pois ainda não passaram por reformas. Todas elas são separadas por uma distância média de 30 metros.

As casas possuem varanda coberta, com frente voltada para o caminho que lhe confere acesso. São equipadas com cadeiras e, por vezes, redes. Percebemos que a função delas também se alterou. Antes, era morada e, atualmente, encontra-se disponível somente para pouso, excluindo as áreas de alimentação.

Na sequência, pode-se observar a casa “Palma” retratada na Fotografia 20, com a varanda coberta, cadeiras, entre outros detalhes.

²⁷ Conforme entrevista concedida pela senhora Elissena Berg von Linde, em 20 de junho de 2009. (Duração: 1h14min13s.)

²⁸ ALBERTI, op. cit., p. 169.



Fotografia 20: Vista externa da casa “Palma”

Autoria: Fabiane Nagabe

Data: 4 de fevereiro de 2009.

Ao fundo da “Palma”, há uma plantação de eucaliptos onde, antes, existia uma mangueira de porcos. Entre a “Laranjeira” e a “Roseira”, encontramos a “Casinha de Brincar”, arquitetada originalmente para abrigar uma criação de codornas de um dos funcionários da Fazenda até o início da década de 1990. Nos dias atuais, guarda brinquedos e móveis, reproduzindo, em miniatura, o ambiente de uma casa real, com a presença de sofá, camas, cadeiras, mesas, bonecas e varanda com rede. Alguns dos brinquedos foram produzidos pelas crianças da antiga colônia, na década de 1980. Nesse espaço, as crianças ficam à vontade para brincar, para desmontar e para remontar o ambiente.

A Fotografia 21 retrata parte das casas de hospedagem da Fazenda Água Azul de Ecoturismo. A arandela em destaque é da “Casinha de brincar”. No canto inferior esquerdo está a casa de nome “Roseira”. Seguindo, podemos ver a lateral da “Macaúba” e uma parte da “Uvaia”.



Fotografia 21: Casas de hospedagem turística
Autoria: Solange Marcon – Disponível em: <<http://www.aguaazul.com.br>>.
Data: 2008.

Se compararmos as Fotografias 20 e 21, perceberemos a construção de um ambiente distinto do anteriormente habitado por trabalhadores rurais e mistificado para o lazer. Trata-se agora de um lugar artificializado, que se transforma em cenário para o espetáculo, em que o real é metamorfoseado para seduzir e fascinar. Trata-se do indicativo de construção de não-lugares que recusa a simplicidade do usual e torna tudo diferente e, ao mesmo tempo, igual²⁹.

A presença de fragmentos do passado nas paisagens presentes revela “[...] espaços que não são em si antropológicos e que [...] não integram os lugares antigos: estes, repertoriados, classificados e promovidos a ‘lugares de memória’ ocupam aí um lugar circunscrito e específico”³⁰, sobretudo as áreas museológicas. Nesse contexto, Augé nos alerta a entendermos que os não-

²⁹ CARLOS, Ana Fani Alessandri. O turismo e a produção do não-lugar. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; YÁSIGI, Eduardo; CRUZ, Rita de Cássia Ariza (Orgs.). **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

³⁰ AUGÉ, Marc, op. cit., 1994, p. 71.

lugares jamais podem ser observados na sua forma pura, pois eles próprios, e as relações que os compõem, se recompõem³¹.

No interior dos apartamentos, há camas e colchões de aspecto vistoso, colchas e travesseiros macios, lençóis claros, televisões, aparelhos de ar condicionado, frigobar e taças, que, apesar de inseridos no cotidiano do homem do campo, criam um ambiente acolhedor. Soma-se, ao conforto próprio das metrópoles, a decoração que recorre a objetos que lembram a vida no campo. Criam-se, assim, ambientes “superficiais”, não tão rebuscados, nem mais luxuosos do que “quanto o ator os deseja”³².

A inserção de utilidades, de serviços e de estruturas citadinas em meio às do campo como, por exemplo, as portas com tramedas, as paredes firmadas com mata-junta, fogão à lenha e objetos antigos com função decorativa dificultam aos visitantes provenientes das cidades a identificação dos limites culturais entre o rural e o urbano. Nesse “não-lugar” tudo é recriado por meio de novas práticas, não tão espontâneas como de outrora, pois agora marcadas por atitudes planejadas. Toda perfeição distancia o lugar da realidade, aproximando-o dos sonhos do paraíso idílico perfeito, como assevera Ana Fani Alessandri Carlos, ou uma “ilha de ordem” como sugere Zigmunt Bauman.

Empreendimentos dessa natureza instituem representações bucólicas do campo e, simultaneamente como fenômeno relacionado à economia globalizada, dinamizam atividades que induzem a criação de simulacros, da “*não-identidade*” e do “não-lugar”³³. Ao invés de consolidar as identidades locais, tais práticas conduzem à criação de produtos resultantes da mudança de sentido do lazer na sociedade moderna, que passa de espontânea à necessária.

A pressão exercida pelo meio sobre o homem moderno leva-o à fuga do cotidiano em busca do original. Nesse contexto, fazendas são modificadas para atrair turistas e acarretam, algumas vezes, um “sentimento de estranhamento” inicial que se normaliza com o tempo. Tudo se transforma em espetáculo, em que o visitante faz o papel de “espectador”³⁴.

³¹ AUGÉ, Marc, op. cit., 1994, p. 74.

³² BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Plínio Dentzien (Trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 114.

³³ CARLOS, op. cit.

³⁴ Idem.

Tais edificações e paisagens que circundam as casas da Fazenda Água Azul foram transfiguradas de forma proposital pelos agentes do turismo e retratadas de tal maneira para que o visitante possa “reconhecer o mundo visual em uma imagem”, utilizada para “proporcionar também um prazer específico”. A intenção é produzir uma “experiência visual” que permita ao seu leitor um reencontro com o idílico rural, pois “reconhecer alguma coisa em uma imagem é identificar, pelo menos em parte, o que nela é visto como alguma coisa que se vê ou se pode ver no real”. Sabemos que as escolhas do fotógrafo que “constrói a imagem” age sobre o expectador, como sugere Aumont³⁵, tornando seu observador um parceiro ativo dessa representação e submentendo-o a sua ação.

Nesses ambientes, os turistas são seduzidos pela “atração magnética” da “colorida e caleidoscópica variedade de sensações em oferta”³⁶. São atraídos pela ruralidade vendida por meio de anúncios publicitários que, de alguma, maneira atua sobre suas funções psicológicas de rememoração, uma vez que sua cognição se efetua na esfera do simbólico e seu entendimento é determinado por convenções “que regem as relações interindividuais”³⁷.

Além da ruralidade, o que tem atraído visitantes à Fazenda Água Azul é sua ligação com a cultura cafeeira. Nas regiões Sul e Sudeste do Brasil, o café foi agente desencadeador do crescimento econômico, e também aglutinador de famílias que viviam de acordo com padrões de vida que se encontram presentes na memória de seus patriarcas que foram transmitidos aos seus descendentes por meio de narrativas bucólicas. Tais reminiscências envolvem os sentidos que criam as identidades e as comunidades imaginadas³⁸. A riqueza proporcionada pelo cultivo de café marcou várias gerações e mantém-se no imaginário das pessoas que participaram da colheita desses grãos ou que ouviram de seus pais e avós histórias fascinantes sobre as proezas que envolviam o desmatamento, o plantio e a colheita do chamado “ouro verde”.

Considerando a rememoração produzida pela imagem, podemos dizer que a observação dessas paisagens, conservadas em parte, em complemento

³⁵ AUMONT, op. cit., p. 81 et seq.

³⁶ BAUMAN, op. cit., p. 116.

³⁷ AUMONT, op. cit., p. 81.

³⁸ HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 47-66.

a sua recriação para fins turísticos, liga-se a duas questões: a codificação e a cognição. Para Aumont, a imagem é indissociável a essas duas atribuições psicológicas, e, quando transposta pela iconografia do ambiente campestre, gera no psíquico um exercício mimético com o real, vinculando “sob forma necessariamente codificada, o saber sobre o real”³⁹.

Salientamos, contudo, que tanto a Fotografia 20 quanto a 21 apresentam um simulacro e não uma imagem ilusionista, visto que não provocam

[...] em princípio, ilusão total, mas ilusão parcial, forte o suficiente para ser funcional; o simulacro é um objeto artificial que visa ser tomado por outro objeto para determinado uso – sem que, por isso, lhe seja semelhante.⁴⁰

A paisagem rural proposta nos registros imagéticos não é ilusionista, pois ninguém a confundirá com a realidade diária da labuta agrária, mas é “perfeitamente funcional, porque imita traços selecionados”⁴¹ desse cotidiano, traços que bastarão para o turista sentir a rusticidade, a calma e a natureza que vigoram nesse espaço.

Françoise Choay critica o uso das antigas habitações rurais, exemplificando o que ocorreu em países europeus. A autora adverte que não existem reconversões mais impactantes do que “[...] a transformação, embora pertinente, louvável e interessante em si mesma, de habitações antigas em alojamentos de uso social”. Segundo a autora, “em algumas cidades francesas” houve um verdadeiro “massacre”, externo e interno, “executados por organismos desprovidos da competência necessária”⁴². Em alguns casos investigados por Choay, as mutilações das intervenções realizadas sem critério por seus agentes para a reutilização dos bens não estava aparente, contudo, elas existiram.

Chamamos a atenção para as sucessivas alterações no uso do tipo de habitação da Fazenda Água Azul de Ecoturismo e das que foram incorporadas com elementos decorativos. A utilização prolongada dessas edificações exigia modificações nas áreas internas desses espaços e, apesar de não terem

³⁹ AUMONT, op. cit., p. 102.

⁴⁰ AUMONT, op. cit., p. 83 et seq.

⁴¹ Idem, p. 103.

⁴² CHOAY, op. cit., p. 221.

sofrido grandes ajustes quanto a sua função de pouso, também passaram por reformas. Antes, como rememora Elissena Berg von Linde, as paredes internas possuíam no máximo a altura de aproximadamente dois metros, de forma que não atingiam o teto das casas. Estes vazios permitiam que uma única lamparina iluminasse todos os aposentos. Com a chegada da energia elétrica, em 1977, primeiro somente com um “bico de luz” estendido aos demais cômodos nos anos seguintes, as paredes tomaram nova amplitude, ligando-se ao forro e isolando por completo os espaços, alterações que evidenciam as novas necessidades culturais dos indivíduos que a utilizam⁴³.

Outras facilidades tecnológicas e os novos padrões de higiene, advindos, sobretudo, do uso da água encanada e dos sanitários, trouxeram às antigas residências banheiros acoplados às salas ou à cozinha, em substituição às latrinas construídas em forma de mictórios, com fossas escavadas abaixo delas.

Antes da água encanada, as mulheres da fazenda utilizavam gamelas e bacias com água do rio para a higienização dos alimentos e a lavagem das roupas, assim como para o banho. Elissena Berg von Linde vibra quando nos relata os primeiros contatos das primeiras famílias que moravam na fazenda com a água encanada:

A energia foi depois de nove anos que eu estava aqui, que nós conseguimos trazer a energia elétrica pra cá. E a água encanada já... nos primeiros dias que nós mudamos pra cá, já começamos o trabalho, né, da... pra trazer água pra todos, não só pra minha casa, mas pra todas as casas da colônia. Então foi feito já um trabalho, um trabalho só.

Então, era assim... cada casa tinha uma torneira, lá fora... sabe? E aquilo era uma maravilha... o pessoal se encantavam com a água! (risos) A água encanada! Aquilo era uma beleza! Só que eu tinha que ir de casa em casa manda fechar a torneira... (risos) porque o pessoal achava lindo. E eles deixavam a torneira aberta! (risos) Eu... falava: A... Pelo amor de Deus! Não pode! Que a água é da mina!”, “A... mas é da mina... Deus dá!” Eu falei: “Mas Deus dá, mas ele não que que gasta... tanta água!”. Por que eu achava... absurdo né... porque tem água na mina... então deixa água... à vontade... a... então às vezes quando eu tava chegando... a colônia era grande... são 380 metros...né a... o pessoal falava: “a... a mulher vem vindo.. a mulher vem vindo... vamos fechar a torneira!” (risos) Porque o pessoal até então... ã... pegava água... porque tem muitas minas... não só esta

⁴³ Cf. entrevista de Elissena Berg von Linde, coletada no dia 20 de junho de 2009. (Duração: 1h14 min13s.)

mina, que é a água azul, que é a nascente da mina grande... mas têm outras minas pequenas debaixo da colônia... então o pessoal usava essas minas pra água de beber...⁴⁴

Sem perder de vista os aspectos metodológicos que empregamos na coleta dos depoimentos orais, salientamos que tais testemunhos são versões do ocorrido e não podem ser tratados como reveladores de uma verdade única⁴⁵. Para aprofundarmos nossas reflexões da narrativa transcrita, optamos por efetuar uma análise semântica das construções discursivas das memórias de Elissena Frollini Berg von Linde.

Percebemos que a repetição das expressões de alegria no semblante da senhora⁴⁶, os risos e a ênfase dada aos adjetivos “beleza”, “lindo” e “maravilha” revelam como foi marcante aquele momento na Fazenda Água Azul. As facilidades apontadas por ela foram instaladas quando ainda residiam ali seus primeiros moradores. Isso significa dizer que as casas foram complementadas com torneiras, pias, chuveiros com água encanada direto da mina e vasos sanitários de louça. As prateleiras com espelhos, box e um segundo chuveiro elétrico só foram instalados após a implantação do turismo.

Em algumas das edificações, aparentemente a “conservação” é caracterizada pela transposição de elementos arquitetônicos recentes sobre os antigos; em outros ambientes percebemos a reforma total do local. No primeiro caso, a porta que se fecha com trameas e as antigas paredes de madeiras alinhadas pelas mata-juntas contrastam com os azulejos novos de uma brancura incomum a esse tipo de habitação. Pias e chuveiros de características mais contemporâneas também são avistados na Fotografia 22. No segundo, somente a porta e a tramea são mantidas como eram originalmente, aproximando-se mais da tentativa de construção do não-lugar.

A observação atenta dos registros fotográficos evidencia a criação de simulacros, tanto na área externa dos aposentos quanto no seu interior. A modernização das instalações que abrigam os turistas surgiu, segundo seus

⁴⁴ Cf. entrevista de Elissena Berg von Linde, coletada no dia 20 de junho de 2009. (Duração: 1h14 min13s.)

⁴⁵ ALBERTI, op. cit., p. 158.

⁴⁶ Durante a coleta de nossas fontes orais, ficamos atentos às expressões faciais de nossos entrevistados.

proprietários, em função das necessidades criadas pelas próprias demandas do empreendimento, visto que os visitantes sugeriam melhorias⁴⁷. Essas reformas estão visíveis nos documentos imagéticos que flagram o banheiro das casas “Roseira” e “Gerivá”.



Fotografia 22: Banheiro da casa “Roseira”
Autoria: Fabiane Nagabe
Data: Fevereiro de 2009.

⁴⁷ Conforme relato de Sara Peter, reiterados pela entrevista formal, coletadas em 5 de fevereiro de 2009. (Duração: 38min.34s.)



Fotografia 23: Banheiro da casa “Gerivá”
Autoria: Fabiane Nagabe
Data: Fevereiro de 2009.

As novas construções foram realizadas em etapas distintas e longe de seguir o ideal proposto por Choay. Segundo a autora, essa prática de “reconstituições ‘históricas’ ou fantasiosas, demolições arbitrárias, restaurações inqualificáveis tornaram-se formas de valorização recorrentes”, porém equivocadas. As reformas, nesses bens, deveriam evidenciar “todas as intervenções modernas”⁴⁸ realizadas. Aqui, o ato de modernizar não deve conferir às antigas casas a “impressão de novo, mas colocar no corpo dos velhos edifícios um implante regenerador” e, dessa “simbiose imposta, espera-se que o interesse suscitado pela obra do presente se reflita na obra antiga, dando origem, assim, a uma dialética”⁴⁹.

No Rio de Janeiro, algo similar aconteceu após a decadência econômica da cafeicultura:

⁴⁸ CHOAY, op. cit., p. 213 et seq.

⁴⁹ Idem, p. 217.

[...] perduraram dezenas de antigas casas de fazenda. À sua maneira, cada uma delas conta sua própria história. As casas, em si mesmas, são uma materialização das relações sociais que as construíram e as habitaram. Modelos de relações familiares, concepções do mundo e da natureza, símbolos do poder social e econômico, cada casa permite variadas leituras. Mas, ao mesmo tempo, esses elementos arquitetônicos, perdurando até hoje, acabam sendo ressignificados pela historicidade do tempo presente. Vestígios de um passado e de uma decadência, essas casas possuem, também, um presente. São casas vivas, com toda a diversidade de possibilidades em que a vida implica.⁵⁰

A área de hospedagem da Fazenda Água Azul, a exemplo das antigas fazendas fluminenses, faz parte do patrimônio cultural rural do município de Fênix. E demonstra o poder econômico da cultura do café no Paraná, expresso pela riqueza de condições que foram dispensadas às famílias que moraram ali, seja pela estrutura edificada para a lida desta cultura ou pelas condições oferecidas aos funcionários. O patrimônio cultural, seja ele material ou imaterial, constitui-se como parte da “memória social coletiva, evidenciada através dos registros, vestígios dos fragmentos do passado”, edificado ou não, e constitui o “referencial de nossa identidade cultural”⁵¹.

O simulacro é evidente nos documentos iconográficos que registram a paisagem externa das áreas de hospedagem e também é perceptível em seu interior. Segundo seus proprietários, a exigência dos turistas os levou a produzirem tais alterações⁵².

Dessa forma, podemos afirmar que o turismo é um grande consumidor de lugares e de artefatos, que tanto transforma como constrói o novo, provocando, sobre as localidades, alterações culturais que podem variar de uma imperceptível modificação meteorológica, até grandes hibridações culturais. Nesses lugares, o lazer se dissocia “da vida e passa a referir-se a um lugar distante ligado ao sonhado ou imaginado”⁵³, influenciando a conduta de quem visita e de quem ali reside.

⁵⁰ ALIMONDA, Héctor A. e FERGUSON, Juan. Travessia de imagens - um projeto de documentação visual sobre o mundo rural. In: Roberto Moreira; Luiz Flávio de Carvalho Costa; Regina Bruno. (Org.). **Mundo rural e tempo presente**. Rio de Janeiro: MAUAD, 1999. p. 102.

⁵¹ FERNANDES, op. cit., p. 266.

⁵² Cf. entrevista de Sara Peter, coletada em 4 de fevereiro de 2009. (Duração: 1h.1min.19s.)

⁵³ CARLOS, op. cit., 1999.

Nesse espaço, as atividades do cotidiano rural se mesclam, produzindo encantos e surpresas comuns aos “não-lugares”. A escuridão da noite, por exemplo, contrasta com a iluminação de parte da paisagem. Os jogos de luzes e a escolha mais favorável de ângulos que tendem a valorizar o formato das árvores transformam parte do patrimônio natural da fazenda em um espetáculo, mas, simultaneamente, promovem a ruptura da aura mística da noite, pois as imagens fantasmagóricas, as lendas do passado e o romantismo do luar já não são percebidos como outrora, conforme ilustram e nos induzem a pensar as antigas histórias contadas sobre o mundo rural.

Na Fotografia 24 registramos o caminho percorrido pelos visitantes até a área do refeitório. Os holofotes conferem às árvores circundantes um brilho incomum e a paisagem torna-se ainda mais majestosa na espessura noturna, pois a “luz artificial tira um grande partido da sombra, fazendo que dela surjam figuras impolutas, formas jamais vistas, topografias desconhecidas”⁵⁴.

O caminho é revestido por um cascalho fino, margeado por pedras amareladas, colocadas lado a lado para delimitar o local em que se pode trafegar. À direita uma grande pedra achatada, assentada entre as árvores, permite que os turistas se acomodem para contemplar o ambiente que transforma o “ato de sentar-se e descansar um espetáculo para todos os outros passantes”⁵⁵. Nesse caminho, flores, árvores e arbustos foram plantados na década de 90 do século passado, a fim de ajardinar o espaço turístico. Notamos indícios da tentativa de construção de uma paisagem inventada, exteriorizando uma nova organização do espaço.

⁵⁴ CHOAY, op. cit., p. 215.

⁵⁵ BAUMAN, op. cit., 2001, p. 113.



Fotografia 24: Imagem noturna do caminho do refeitório
Autoria: Fabiane Nagabe
Data: Fevereiro de 2008.

Nesses lugares, o espetáculo contempla a vitória da mercadoria que produz: cenários ilusórios, vigiados, controlados e disfarçados em aparência de liberdade. Tais lugares passam a ser destituídos de sua identidade, tornando-se vazios: não-lugares. Esse não-lugar se constitui, pois sua essência primeira, ao o lugar ser reconstruído pela produção humana, é banida. Há uma privação das relações, das convivências do homem com a natureza e de seus frutos naturais que garantam a construção de uma rede de significados e sentidos envoltos pela história.

Não há ali “interação social real”, uma vez que são lugares que encorajam as ações e não a “interação”. Por mais repleto de turistas que possam estar, os “lugares de consumo coletivo não têm nada de ‘coletivo’”, como sugere Bauman⁵⁶.

Santos argumenta que, nos tempos atuais, o mundo rural tem absorvido “modificações, supressões, acréscimos, cada vez mais sofisticados e mais

⁵⁶ BAUMAN, op. cit., 2001, p. 114.

carregados de artifício”⁵⁷, marcados pela presença de plásticos, de cores, de máquinas e de concreto, tornando-se um meio tão artificialmente produzido quanto o meio das cidades.

Segundo o Ministério do Turismo, é “a fauna, a flora, a topografia e os usos do solo” expressando “as marcas da cultura e das comunidades residentes”, que fazem deles elementos atrativos, constituindo a “paisagem tipicamente rural” que contrapõem ao “cotidiano do turista”⁵⁸ e por isso lhe atrai essa paisagem. Essa dialética entre a produção do “novo” marcado pela “modernidade” e a busca pela preservação das antigas memórias do lugar perfaz a produção dos espaços da Fazenda Água Azul.

Lá, as paisagens rurais articulam-se à vida, porque ali ela emerge! Ocorre que o espaço concreto pode ser modificado pela espontaneidade da acumulação cultural. Assim, o não-lugar, de certa forma, pode ser criado por meio do desenvolvimento das atividades turísticas, que geram novos comportamentos e modos diferenciados de apropriação. O não-lugar cria uma ideia de reconhecimento, mas parece não haver referências ao passado ou possibilidade de produção de lugares de memória.

⁵⁷ SANTOS, op. cit., 2006, p. 160.

²¹ BRASIL, op. cit., 2008b, p. 36.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas últimas décadas do século XX, em diferentes lugares do mundo, assistimos ao incremento expressivo da destinação turística nas áreas rurais. Esse tipo de turismo apresenta, porém, distintas realidades frente às diversificações geomorfológicas dos espaços, de situações econômicas e de tradições culturais locais.

De modo geral, como afirmamos anteriormente, desde os anos de 1950 as atividades turísticas têm sido consideradas estratégias de desenvolvimento local, particularmente em países do norte e centro da Europa. A partir dos anos de 1970, tal concepção se propagou pelos países do sul europeu e da América do Norte. A referida constatação pode ser observada no documento elaborado pelo Ministério do Turismo, por meio da sua Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, intitulado *Turismo rural: orientações básicas*.

O uso desses espaços para lazer, em tempos de descanso, não é novidade para os europeus. Manuela Ribeiro¹, ao referir-se a Portugal, explica que, naquele país, o campo, a aldeia ou a “província” já configuravam locais de ócio e de férias da aristocracia e da burguesia urbanas em tempos passados.

Segundo Luís Silva, a procura por essa modalidade de turismo, em Portugal, vem crescendo tanto quanto a oferta, principalmente por cidadãos de classe média em busca de experiências revigorantes. Para essas pessoas, segundo o autor, o ambiente rural é um lugar idílico, integrador de virtudes inexistentes nos centros, como a tranquilidade, a natureza, a tradição e a autenticidade das rústicas habitações oferecidas pelo segmento².

Na França, por exemplo, essa modalidade de turismo é marcada por grande apelo cultural. Sua peculiaridade consiste em um patrimônio rural enormemente rico e preservado e em políticas de salvaguarda patrimonial, complementadas por auxílios da União Europeia³. Em seus roteiros, incluem-se

¹ RIBEIRO, op. cit., 1998.

² SILVA, Luís. A procura do turismo em espaço rural. **Etnográfica**, maio 2007, v. 11, n. 1, p. 141.

³ MAZUEL, Luc. Patrimônio cultural e turismo rural: o exemplo francês. In: ALMEIDA, J. A., RIELD, M. (Orgs.). **Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento**. Bauru, SP: EDUSC, 2000. p. 96.

mosteiros, castelos e empreendimentos ligados às atividades esportivas, como o esqui, por exemplo, como demonstra Carneiro⁴.

Na década de 1980, o desenvolvimento do referido tipo de atividade turística se fez presente nos países do Cone Sul da América Latina e, a partir dos anos 1990, no continente africano, na Oceania e no Japão. Na América Latina, destacamos o Chile, a Argentina e o Uruguai⁵.

Como foi demonstrado, no Brasil, o turismo rural é uma modalidade nova e aparentemente em crescimento. O registro oficial do seu início data do ano de 1986, no Estado de Santa Catarina, desenvolvendo-se em outros Estados da região Sul e Sudeste (com reconhecido destaque no Espírito Santo) e, mais recentemente, na região Centro-Oeste.

Notamos que as alegações dos agricultores são de naturezas diversas, ao assumirem o turismo rural como negócio. Na sua quase totalidade, elas se relacionam à criação de uma fonte de renda complementar. Estudos apontam, contudo, outros fatores que contribuíram para a emergência e a expansão das atividades não agrícolas nas regiões. Nesse sentido, podemos estabelecer três ordens de fatores.

Em primeiro lugar, a pluriatividade é resultante de um deslocamento de pessoas das cidades e dos mercados de trabalho para as áreas rurais situadas em seu entorno e a renovação de atividades econômicas empreendidas no campo. Trata-se de novos tipos de ocupações, como a organização de pesquepagues e de chácaras de recreio, como as moradias secundárias da classe média urbana, como o crescimento das áreas de preservação destinadas ao ecoturismo (parques e estações ecológicas) e como a oferta de emprego para jardineiros, pedreiros, motoristas, especialmente atividades ligadas à prestação de serviços.

Em segundo lugar, resulta de fatores decorrentes da crise do próprio setor agrícola, particularmente a partir da abertura comercial dos anos 1990, provocados pela denominada “modernização conservadora”, além de um conjunto de condicionantes macroeconômicos típicos daquela década, como mudanças no financiamento da produção, política de abertura comercial e

⁴ CARNEIRO, op. cit., 1996, p. 89-105.

⁵ BRASIL, op. cit., 2008^a, p. 15.

acirramento da concorrência com os produtos estrangeiros e sobrevalorização cambial como estímulo às importações⁶.

Outro fator a ser destacado diz respeito aos limites de crescimento do emprego na agricultura, por causa da alta taxa de ociosidade tecnológica e do subemprego, então vigentes na estrutura agrária brasileira⁷.

No Paraná, as propriedades que desenvolvem a atividade de turismo em áreas rurais dividem-se em dois grupos. O primeiro é composto por pequenas chácaras particulares de lazer que, para custear suas despesas, optam por receber hóspedes para passar o dia ou para pernoitar. O segundo grupo é composto por fazendas produtivas, de médio e de grande porte, que possuem alguma estrutura física remanescente da cultura cafeeira. Estando a estrutura sem extinguir a produção agrícola ou pecuária, seus proprietários optam pelas divisas geradas pelo turismo.

As interpretações sobre o turismo fora dos espaços urbanos vêm destacando alguns pontos. O primeiro diz respeito aos reflexos das mudanças introduzidas pelo turismo nas estruturas físicas e geográficas; e o segundo diz respeito às mudanças nos comportamentos, ou seja, nos modos e na maneira de os moradores do campo serem, agirem, comportarem-se e relacionarem-se entre si e com seus hóspedes.

Percebemos, ainda, uma relação conflituosa entre o turismo e a preservação dos bens culturais rurais. Ora os artefatos culturais e as paisagens das fazendas históricas são transformados em produto de consumo turístico, provendo uma reutilização ambígua, lúdica, mas que dissimula sua natureza patrimonial com ações preservacionistas equivocadas; ora se vende a ruralidade enquanto detentora de uma peculiaridade cultural, para fins econômicos que se beneficiam simbolicamente do *status* de rural e histórica, mas que a ela não se submetem, introduzindo ali transformações tipicamente urbanas.

Com todas essas mudanças, as atividades cotidianas passam a se alterar, reproduzindo um cenário urbano no meio rural, tornando as atividades produtivas em elementos apenas contemplativos e não mais de subsistência.

⁶ Conforme apontam as obras: GRAZIANO DA SILVA e DEL GROSSI, op. cit., p. 43-81, e SCHNEIDER, op. cit., p.15.

⁷ SCHNEIDER, op. cit., p.15.

Em muitos casos, a natureza e a ruralidade não passam de quadros adaptados, seguros e tranquilizadores.

O destino turístico não se pode delimitar ao espaço físico onde se localiza. Ele é todo um amálgama de relacionamentos e de práticas ligados à viagem, ao deslocamento, ao consumo do imaginário e de seus símbolos. Nesse caso, a ideia de natureza exerce um papel fundamental.

Para o turista, as atividades do turismo rural são um objeto de fruição, enquanto que, para aquele morador nativo, seu registro certamente diz respeito muito mais à utilidade de subsistência ou à produção do lugar. Entretanto, esses signos e significados materializam práticas concretas nos diferentes usos do espaço e de relações sociais. A partir desse espaço, é construído outro: o espaço turístico, que se apropria de signos da primeira (qualidade de vida do campo, contato com a natureza, bucolidade, alimentos caseiros e saudáveis), para construir uma realidade de fantasias e de transgressão ao passado rural, guardado na memória de seus ancestrais. Trata-se de um espaço que materializa a reconstrução real de dois espaços, dois tempos, o rural e o urbano.

Dessa maneira e a partir desses pressupostos, a presente pesquisa possibilitou observar as transformações ocorridas nos hábitos alimentares, passando pela estrutura física, até a utilização de novas tecnologias pela Fazenda Água Azul de Ecoturismo. Observou-se, também, que dificilmente se desvinculam os hábitos dos turistas dos usos urbanos e que essa relação reconstrói o espaço.

Dentre as mudanças ocorridas no cotidiano das pessoas que moram na Fazenda Água Azul de Ecoturismo, percebemos algumas que descaracterizaram as atividades tradicionais e seus hábitos alimentares, os quais passam a conter mais produtos urbanos e industrializados. Se antes se tomava o leite produzido na propriedade, na atualidade, com a necessidade de atender a um número cada vez maior de turistas, passa-se a comprar também leite industrializado, por causa da praticidade de sua conservação e estocagem. Detectamos a aquisição de novos equipamentos domésticos em substituição aos antigos, como, por exemplo, a troca do fogão à lenha por fogões a gás, de porte industrial, ou ainda a inserção de equipamentos de ar condicionado e de televisão nos ambientes. Nota-se, ainda, a alteração na

rotina dos produtores rurais, cujos horários de funcionamento de atividades são adaptados, com a implantação do turismo, aos horários e à rotina aos quais o turista está ambientalizado.

A construção dessas novas identidades ocorre paralelamente à apropriação de espaços e da invenção de determinadas práticas e representações dos bens culturais e naturais.

Buscamos captar os significados advindos dessas paisagens e apreendidos quando extrapolamos os muros das aparências na busca pela essência. Procuramos superar abordagens reducionistas que atribuem ao turista apenas efeitos positivos e negativos. Para tanto, foi necessário observarmos visões distintas sobre a Fazenda Água Azul de Ecoturismo, em especial, as peculiaridades que envolvem sua gestão.

A propriedade possui uma administração familiar, peculiar aos empreendimentos agrícolas cuja família reside no campo. Esse tipo de administração evidencia duas gerações: a primeira, da matriarca (a sra. Elissena Frollini Berg von Linde); e a segunda, composta por seu filho (Gorm Eugênio Berg von Lind) e por sua nora (Sara Peter Berg von Linde). Nesse contexto, o turismo cria novas hierarquizações familiares, modificadas pelo relacionamento comercial. Aparentemente, nota-se que as alterações das relações sociais são fruto da sobreposição da autoridade hierárquica familiar pela administratiava.

Os interesses difusos sobre a preservação cultural estão pautados em práticas e na relação que estabelecem com o lugar. A partir de nossas pesquisas empíricas e das análises das entrevistas, curiosamente pudemos observar que, apesar de ambas as gerações buscarem no turismo um alicerce econômico, elas se relacionam de forma distinta com as estruturas existentes.

Poderíamos explicar tais posturas se considerarmos que suas relações efetivadas com o lugar são diferentes. Para a matriarca, a Fazenda Água Azul é o lugar onde construiu sua vida e família, a qual ajudou a edificar com seu falecido esposo. Dessa forma, cada construção remete à memória daquele tempo. As recordações dos momentos de casada, os objetos e as construções permitem seu equilíbrio emocional com o presente. Já para os mais novos esse é um território em construção, pois seus laços de afetividade com o lugar ainda estão em construção.

A relação com o patrimônio cultural, material ou imaterial, por meio da memória social ou coletiva, corroborada pelos registros, fragmentos e vestígios do passado, edificado fisicamente ou não, constitui o referencial da identidade cultural dos seus gestores.

O “museu” e os produtos locais (geleias, licores) pressupõem a integração entre os sujeitos e o meio. De certa maneira, eles constituíram uma tentativa de conservar vestígios de antigos costumes, formas de organizar o trabalho, rotina diária da fazenda por meio de artefatos e dos saberes e sabores que acompanham os proprietários desde o final da década de 1960. O grau de importância de sua cultura acaba, contudo, sendo medido pelo valor comercial a que se submetem. Isso ocorre em detrimento ao valor de memória.

Nesse processo, a paisagem também se torna uma forma de dominação, à medida que, por meio dela, se projeta aos outros uma representação de mundo vivida. A urbanização do rural insere nos grupos sociais novas necessidades e desejos. Assim, consideramos correto afirmar que a organização do espaço e das atividades no campo pressupõe outras necessidades e articula-se à construção dos denominados não-lugares.

Na paisagem da Fazenda Água Azul de Ecoturismo observamos um conjunto de formas naturais conservadas, associadas às novas configurações produzidas no não-lugar. Sem dúvida, a nova organização social e das paisagens impostas pelo turismo implicam mudanças, transformações, adaptações e a criação de “novas” relações e sentidos à vida dos moradores do lugar. A atividade turística demanda a adoção de critérios de consumo específicos para que ela se realize, delegando ao espaço e às relações funções específicas. Em síntese, detectamos que o empreendimento estudado tem explorado como atrativo turístico a justaposição de formas naturais e artificiais, aliadas às representações do mundo rural.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, 1992.

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da história. In: PINSKY, Carla B. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2006.

ALIMONDA, Héctor A. e FERGUSON, Juan. Travessia de imagens - um projeto de documentação visual sobre o mundo rural. In: MOREIRA, Roberto; COSTA, Luiz Flávio de Carvalho; BRUNO, Regina (Org.). **Mundo rural e tempo presente**. Rio de Janeiro: MAUAD, 1999.

ALVES, Eliseu. **Migração rural-urbana, agricultura familiar e novas tecnologias**: coletânea de artigos revistos. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2006.

ANDRADE, Ana Maria Mauad de Sousa. Sob o signo da imagem: a produção da fotografia e o controle dos códigos de representação social da classe dominante, no Rio de Janeiro, na primeira metade do século XX. **Dissertação de Mestrado**. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense. 1990.

ARIENTE, Marina; GIULIANI, Antonio Carlos; FARAH, Oswaldo Elias; e PIZZINATO, Nadia Kassouf. Uma visão estratégica do turismo rural. **Revista Eletrônica de Turismo (RETUR)**, v. 4, n.1, 2005.

AUMONT, Jaques. **A imagem**. Campinas, SP: Papirus, 1995.

BACKES, Gilson. O ciclo produtivo de hortelã no oeste do Paraná: outras memórias. **Revista História em Reflexão**. v. 2 n. 4, Dourados, MS: UFGD, julho-dezembro, 2008.

BALLART HERNANDEZ, Josep. Patrimônio cultural y turismo sostenible en el espacio iberoamericano: retos y oportunidades do presente. **Diálogos**. v. 9, n. 1. Maringá: DHI e Programa de Pós-Graduação em História - Universidade Estadual de Maringá, 2005.

_____. Usos del patrimonio, acción social y turismo: hacia um necesario consenso. **Diálogos**. v. 12, n. 1, Maringá: DHI e Programa de Pós-Graduação em História - Universidade Estadual de Maringá, 2008.

BARRETO, Margarita; BURGOS, Raúl; FRENKEL, David. **Turismo, políticas públicas e relações internacionais**. Campinas, SP: Papirus, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. **La cultura como praxis**. Buenos Aires, Paidós, 2002.

_____. **Modernidade líquida**. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte, MG: UFMG, 1998.

BOULLON, Roberto. **Ecoturismo: sistemas naturales y urbana**. Buenos Aires: Librerias Turísticas, 1993.

BRADSHAW, R. e GOMEZ, R. L. Fronteras: una visión teórica em el período contemporáneo. **Aldea Mundo**, Ano 4, n. 7, may-oct., 1999.

BURKE, Peter. Como confiar em fotografias. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 4 fev., 2001.

_____. **O que é história cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

_____. **Visto y no visto: el uso de la imagen como documento histórico**. Barcelona: Crítica, 2005.

CALS, Joan; CAPELLÀ, Josep; VAQUÉ, Empar. **El turismo en el desarrollo rural de España**. Madrid: Ministério de Agricultura, Pesca y Alimentacion, 1995.

CAMARGO, Haroldo Leitão. **Uma pré-história do turismo no Brasil: recreações aristocráticas e lazeres burgueses**. São Paulo: Aleph, 2007.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa e CORRÊA, Walquíria Kruger. Ruralidades, urbanidades e a tecnicização do rural no contexto do debate cidade-campo. **Campo-Território: revista de geografia agrária**, v. 3, n. 5, fev. 2008.

CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. História e análise de textos. In: _____. (Orgs.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. O turismo e a produção do não-lugar. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; YÁSIGI, Eduardo; CRUZ, Rita de Cássia Ariza (Orgs.). **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

CARNEIRO, Maria José. *Pluriatividade no campo: o caso francês*. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.11, n. 32, p. 89-105, out. 1996.

CARNEIRO, Maria José e MALUF, Renato Sérgio (Orgs.). **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

CAVACO, C. Turismo rural e desenvolvimento local. In: RODRIGUES, A. B. (Org.). **Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: Hucitec, 1996.

CHARTIER, Roger. **À Beira da falésia:** a história entre incertezas e inquietudes. Porto Alegre, RS: UFRS, 2002a.

_____. **A história cultural:** entre práticas e representações. Lisboa: DIFEL, 2002b.

_____. O mundo como representação. **Estudos Avançados.** 1991, vol. 5, n. 11.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio.** São Paulo: Edunesp: Estação Liberdade, 2001.

CORIOLOANO, Luzia Neide M. T. Turismo: prática social de apropriação e de dominação de territórios. In: LEMOS, A. I. G. de; ARROYO, M.; SILVEIRA, M. L. (Orgs.). **América Latina:** cidade, campo e turismo. São Paulo: Clacso, 2006.

CORRÊA, Roberto Lobato & ROSENDAHL, Zeni (Org.). **Paisagem, tempo e cultura.** Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998.

COSTA, Aline de Caldas. Literatura e turismo: imaginário amadiano das fazendas de cacau sul-baianas. In: SIMÕES, Maria de Lourdes Netto (Org.). **Identidade cultural e expressões regionais:** estudos sobre literatura, cultura e turismo. Ilhéus, BA: Editus, 2006.

DIAS, Célia. M. M. **Hospitalidade:** reflexões e perspectivas. Barueri, SP: Manole, 2002.

DUMAZEDIER, Joffre. **Lazer e cultura popular.** São Paulo: Perspectiva, 1976.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. Educação patrimonial e cidadania: uma proposta alternativa para o ensino de História. **Revista Brasileira de história.** v. 13, n. 25/26, São Paulo, set. 1992/ago. 1993.

FERREIRA, M. M.; AMADO, Janaina (Org.). **Usos & abusos da história oral.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

FONSECA, Maria Lucinda. Patrimônio histórico e cultural e desenvolvimento local. In: A. B. Rodrigues (Org.). **Turismo rural:** práticas e perspectivas. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

FONTOURA, Leandro Martins. **Análise comparativa da territorialidade do turismo nos parques estaduais de Ibitipoca-MG e Vila Velha-PR.** Dissertação de Mestrado. Curitiba: Universidade Federal do Paraná. 2008.

FUNARI, Pedro Paulo e PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio histórico e cultural.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

FUNARI, Pedro Paulo e PINSK, Jaime (Orgs.). **Turismo e patrimônio cultural.** São Paulo: Contexto, 2007.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais:** morfologia e história. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda:** os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ: MinC-Iphan, 2002.

GRAZIANO DA SILVA, José. Turismo em áreas rurais: suas possibilidades e limitações no Brasil. In: ALMEIDA, J. A. (Org.). **Turismo rural e desenvolvimento sustentável.** Santa Maria, RS: Centro Gráfico, 1998.

GRAZIANO DA SILVA, José e DEL GROSSI, Mauro Eduardo. O novo rural brasileiro: uma atualização para 1992-98. **Revista Nova Economia**, v. 7, n. 1, maio de 1998.

GRAZIANO DA SILVA, José; VILARINHO, C. e DALE, P. J. Turismo em áreas rurais: suas possibilidades e limitações no Brasil. In: ALMEIDA, J. A. A. FROELICH, M.; RIEDL, M. (Orgs.). **Turismo rural e desenvolvimento sustentável.** Campinas, SP: Papyrus, 2000, p. 18.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HESPANHOL, Antonio Nivaldo. O desenvolvimento do campo no Brasil. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MAQUES, Marta Inez Medeiros; SUZUKI, Julio César (Orgs.). **Geografia agrária:** teoria e poder. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

IANNI, O. **A era do globalismo.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

JOLY, Martine. **Introdução à análise da imagem.** Campinas, SP: Papyrus, 1996.

KHOURY, Yara Aun. Muitas memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história. In: FENELON, Déa Ribeiro; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun (Orgs.). **Muitas memórias, outras histórias.** São Paulo: Olho d' Água, 2004.

LEMOS, A. C. Carlos. **O que é patrimônio histórico.** São Paulo: Brasiliense, 2006.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla B. **Fontes históricas.** São Paulo: Contexto, 2006.

MALDI, Denise. De confederados a bárbaros: a representação da territorialidade e da fronteira indígena nos séculos XVIII e XIX. **Revista de Antropologia**, São Paulo: USP, v. 40, n. 2, 1997.

MARQUES, Lenita Maria e LOPES, Luiz Antonio. A pluriatividade na mesorregião metropolitana de Curitiba. In: Instituto Paranaense de

Desenvolvimento Econômico e Social. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. n. 113. Curitiba, PR: IPARDES, 2007.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. O conceito de espaço rural em questão. **Terra Livre**. São Paulo, v. 2, n. 19, jul./dez. p. 95-112, 2002.

MAZUEL, Luc. Patrimônio cultural e turismo rural: o exemplo francês. In: ALMEIDA, J. A.; RIELD, M. (Orgs.). **Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento**. Bauru, SP: EDUSC, 2000.

NORA, Pierre. “Entre Memória e História: a problemática dos lugares”, In: **Projeto História**. São Paulo: PUC, n. 10, p. 07-28, dezembro de 1993.

OLIVEIRA, Cássio Garkalns de Souza. **Viabilidade e sustentabilidade do turismo rural**. Brasília: SESCOOP, 2002.

PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. A diversidade e os impasses da desmaterialização do patrimônio cultural. **Anais – XXIV Simpósio Nacional de História – História e Multidisciplinaridade: territórios e deslocamentos**. São Leopoldo, RS: Anpuh – UNISINOS, 2007.

_____. Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 26, n. 51, p. 115-140, 2006.

_____. **Patrimônio cultural: consciência e preservação**. São Paulo: Brasiliense, 2009.

PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo e FUNARI, Pedro Paulo. **O que é patrimônio cultural imaterial**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo e TEIXEIRA, Joubert Paulo. **Revista História e-história**. Disponível em: <<http://www.historiahistoria.com.br/materia.cfm?tb=professores&id=38>>. Acesso: 25 fev. 2009.

POLLACK, Michael. Memória e identidade social. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.

PORTELLI, Alessandro. O momento de minha vida: funções do tempo na história oral. In: FENELÓN, Déa (Org.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d’Água, 2004.

REZENDE, Cláudia B. Os limites da sociabilidade: “cariocas” e “nordestinos” na Feira de São Cristóvão. **Estudos Históricos**, n. 28, Rio de Janeiro, 2008.

RIBEIRO, Manuela. O turismo rural em Portugal: dos seus protagonistas principais e da sua configuração. In: ALMEIDA, J. A.; RIEDLY, M.; FROEHLICH, J. M. (Org.). **Turismo rural e desenvolvimento**. Santa Maria, RS: UFSM, 1998.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri. Turismo eco-rural: interfaces entre o ecoturismo e o turismo rural. In: **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Papyrus, 2000.

_____. Turismo rural no Brasil: ensaio de uma tipologia. In: A. B. Rodrigues (Org.). **Turismo rural: práticas e perspectivas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

_____. (Org.). **Turismo rural: práticas e perspectivas**. São Paulo: Contexto, 2001.

RODRIGUES, Marly. Preservar e consumir: o patrimônio histórico e o turismo. In: FUNARI, Pedro Paulo; PINSK, Jaime (Orgs.). **Turismo e patrimônio cultural**. São Paulo: Contexto, 2007.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: HUCITEC, 2006.

_____. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: EDUSP, 2005.

_____. **O espaço e o método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SCHNEIDER, Sergio. **As atividades rurais não-agrícolas e as transformações do espaço rural: perspectivas recentes**. Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/nea/rurbano/textos/downlo/cad_estudos.html>. Acesso: 10 ago. 2005.

SILVA, Luís. A procura do turismo em espaço rural. **Etnográfica**, v. 11, n. 1, maio 2007.

SILVA SOUSA, Luziana. **Turismo e desenvolvimento local sustentável na Paraíba**. 2006. Edição eletrônica. Texto completo em: <<http://www.eumed.net/libros/2006b/lss/>>.

Siqueira, Deis; Osorio, Rafael. **O conceito de rural**. *En publicacion: una nueva ruralidad en América Latina?*. Norma Giarracca. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2001

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. **Bens culturais e sua proteção jurídica**. Curitiba, PR: Juruá, 2006.

STADNIKY, Hilda Pívaro. Fronteira e mito: Turner e o agrarismo norte-americano. **Técnica Administrativa**. v. 6, n. 32, out./dez. 2007.

TEIXEIRA, V. L. **Turismo rural na região serrana do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: 1998. Disponível em: <www.eco.unicamp.br/publicações>. Acesso: abr. 2007.

TOMAZI, Nelson Dacio. Construções e silêncios sobre a (re)ocupação da região Norte do Estado do Paraná. In: DIAS, Reginaldo B.; GONÇALVES, José

H. R. (Orgs.). **Maringá e o Norte do Paraná**: estudos de história regional. Maringá, PR: Eduem, 1999.

TULIK, Olga. **Turismo rural**. São Paulo: Aleph, 2003.

VEIGA, J. E. **Cidades imaginárias**: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

VELOSO, Mariza. O fetiche do patrimônio. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário de Souza; SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **Museus, coleções e patrimônios**: narrativas polifônicas. Rio de Janeiro: Garamont, MinC/IPHAN/DEMU, 2007.

WANDERLEY, Maria de Nazareth. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 15, out. 2000.

WARNIER, Jean-Pierre. **A mundialização da cultura**. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade**: na história e na literatura. Tradução: Paulo Henrique Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

WINTER, Maria Cecília. Os usos do patrimônio: três fazendas cafeeiras paulistas do século XIX. **Klepsidra**: Revista virtual de história, n. 21, 2004.

CORPO DOCUMENTAL

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE TURISMO RURAL. **Dados preliminares das propriedades rurais brasileiras com atividade turística.** Disponível em: <<http://www.turismorural.org.br/abraturr/>>. Acesso em: 23 jan. 2009.

BRASIL. Código Florestal de 1965.

_____. **Conselho Nacional de Meio Ambiente**, nº 001, de 23 de janeiro de 1986.

_____. Ministério do Turismo. **Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil.** Brasília: 2003.

_____. Ministério do Turismo. **Plano Nacional do Turismo: Diretrizes, Metas e Programas 2003 – 2007.** Brasília: Ministério do Turismo, 2003.

_____. Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. **Diretrizes para o desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil, 2005.**

_____. Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. **Turismo rural: orientações básicas.** Brasília: Ministério do Turismo, 2008a.

_____. Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. **Ecoturismo: orientações básicas.** Brasília: Ministério do Turismo, 2008b.

_____. Secretaria Nacional de Serviços. **Portaria nº 130**, de 30 de dezembro de 1994.

Conferência Geral da UNESCO – 12ª sessão. In: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Cartas Patrimoniais.** Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

Conferência Geral da UNESCO – 15ª sessão. In: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Cartas Patrimoniais.** Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

Conferência Geral da Unesco - 17ª sessão. Convenção sobre a salvaguarda do patrimônio mundial, cultural e natural In: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Cartas Patrimoniais.** Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

Carta de Veneza. In: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Cartas Patrimoniais**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. **Decreto Estadual 387 de 1999**.

_____. **Lei Estadual nº 1211**, de 16 de setembro de 1.953.

_____. **Turismo Rural**. Curitiba: Governo do Estado do Paraná, 2005.

_____. **Programa de Turismo Rural do Paraná**. Curitiba: Governo do Estado do Paraná, 2007.

EMBRATUR. **Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo**. Ministério da Indústria, Comércio e Turismo, 1994.

FAZENDA ÁGUA AZUL DE ECOTURISMO. **Histórico**. Disponível em: <<http://www.aguaazul.com.br>>. Acesso em: 25 nov. 2006.

FAZENDA ÁGUA AZUL DE ECOTURISMO. **Livro de registro de visitantes da propriedade**.

ICOMOS BRASIL. **Quem somos**. Curitiba. Disponível em: <<http://www.icomos.org.br>>. Acesso em: 16 jun. 2009.

ICOMOS. **Charte du tourisme culturel**. Bruxelas: ICOMOS, 1976. Disponível em: <<http://www.international.icomos.org/charters/tourism>>. Acesso em: 2 jun. 2009.

_____. **Carta Internacional sobre Turismo Cultural: La Gestión del Turismo en los sitios con Patrimônio Significativo**. México: ICOMOS, 1999. Disponível em: <<http://www.international.icomos.org/charters/tourism>>. Acesso em: 2 jun. 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Divisão regional: metodologia**. Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2008.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. **Cadastro de imóvel nº719.072.004.243-5**.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Cartas Patrimoniais**. 3. ed. ver. aum. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

Jornal Turismo é aqui! Edição 1, maio 2001.

Prefeitura Municipal de Fênix. **Alvará de Licença 003/2005**, do dia 26 de março de 2005.

SETU - Secretaria de Estado do Turismo. **Turismo Rural: evolução do marco conceitual**, 2004. Disponível em: <http://www.pr.gov.br/turismo/turismo_tipo_rural.shtml?turistas>. Acesso em: 18 abr. 2007.

SCHULZ. Ester Cristina Back. **Turismo no espaço rural na área de influência de Maringá – Paraná**. Dissertação de mestrado. Itajaí: UNIVALI, 2006.

UNESCO. **Proceedings of a round table on culture, tourism, development: crucial issues for the XXIst century**, Paris, 1997.

RELAÇÃO DE DEPOENTES

Elissena Frollini Berg von Linde, entrevistada na Fazenda Água Azul de Ecoturismo, em:

- 3 fevereiro de 2009. Duração: 31min.35s.
- 4 fevereiro de 2009. Duração: 4h.41min.6s.
- 7 fevereiro de 2009. Duração: 1h.40min.9s.
- 20 de junho de 2009. Duração: 1h.14min.13s.

Gorm Eugênio Berg von Linde, entrevistado na Fazenda Água Azul de Ecoturismo, em:

- 10 de dezembro de 2008. Duração: 54min.13s.
- 11 de dezembro de 2008. Duração: 21min.25s.

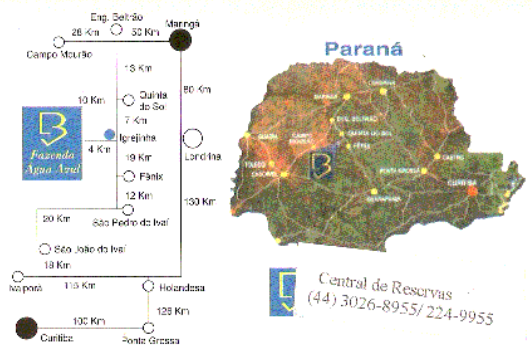
Sara Peter Berg von Linde, entrevistada na Fazenda Água Azul de Ecoturismo, em:

- 4 de fevereiro de 2009. Duração: 1h.1min.19s.
- 5 de fevereiro de 2009. Duração: 38min.34s.

ANEXOS

ANEXO A

FOLDER (PARTE 1)



Central de Reservas
(44) 3026-8955/ 224-9955

RESERVAS E INFORMAÇÕES

Fones: (44) 3478-0012 / 3567-1029 / 3272-1555 - Cel.: (44) 9961-4752
 Home Page: www.aguaazul.com.br E-mail: aguaazul@aguaazul.com.br
 Estrada "Caminho do Peabiru" Km 4,5

DISTÂNCIAS

Campo Mourão.....	55 Km
Maringá.....	80 Km
Umuarama.....	150 Km
Londrina.....	170 Km
Foz do Iguaçu.....	350 Km
Ponta Grossa.....	350 Km
Curitiba.....	450 Km



Você é nosso convidado para brindar este reencontro com a natureza!

B

Fazenda Água Azul

ECOTURISMO

UM VERDADEIRO REENCONTRO COM A NATUREZA

Fênix - PR Fones: (44) 3478-0012 / 3567-1029 / 3272-1555

ANEXO A

FOLDER (PARTE 2)



Café da manhã colonial, almoço típico da culinária rural e lanche.



As acomodações são em casinhas feitas de madeira, dispostas de um grande jardim.



Dispomos também de acomodações com TV, frigobar e ar-condicionado.



Piscina com água mineral aquecida adulto e infantil.

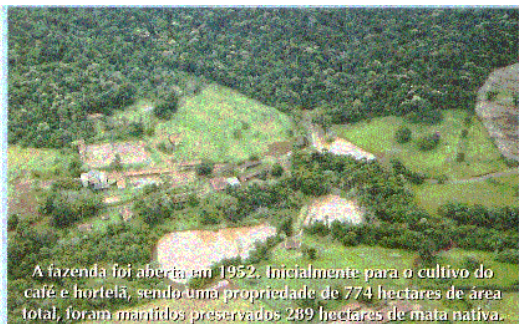
Bar à beira da piscina, onde servimos drinks e coquetéis.



Cada casa dispõe de 1 quarto de casal, 2 quartos de solteiro e sala de estar com fogão à lenha.
Banheiros com água mineral quente e ducha fria.

ANEXO A

FOLDER (PARTE 3)



ANEXO A

FOLDER (PARTE 4)



Quiosques para churrascos



Museu da história do café e sala cultural.



Artesanos em purunga

ATIVIDADES

- Trilhas ecológicas
- Passeios à cavalo e charrete
- Museu do Café
- Piscina para adultos e crianças (aquecida)
- Pescaria
- Tirolesa
- Casa na árvore
- Pista de Bocha
- Vôlei de areia
- Futebol suíço
- Colônia de Férias o ano todo
- Acampamento e Acantonamentos
- Atendimento às escolas com programação e orientação pedagógica
- Deliciosos quitutes rurais
- Artesanatos em purunga
- Sala de ginástica
- Casa de brinquedo
- Quiosques para churrascos
- Adego com degustação



No final da tarde ao redor da fogueira



Redário



Atelier de artesanato

HOSPEDAGEM

- Diárias completas, incluindo pernoite, café da manhã, almoço e jantar.
- Atendemos individualmente ou em grupo, tanto para passar o dia (com ou sem refeições), como para pernoite.
- Convenções e reuniões, com capacidade de 80 pessoas para o pernoite.



Casa na árvore



Bar Americano

* A direção reserva-se o direito de efetuar mudanças, suprir ou acrescentar atividades, sem prévio aviso.

ANEXO B PANFLETO



Fazenda Água Azul[®]

ECOTURISMO

Prop. Johan Gabriel Berg von Linde - CPF 003.489.329-87
Imóvel cadastrado no INCRA sob nº 719.972.004.243-6
Fazenda Água Azul estrada "Caminho do Peabiru" Km 4,5 - Cx. 0001 - CEP 87265-000 - Quinta do Sol - PR

Nome: _____ RG: _____
Profissão: _____ Data de nascimento: ____/____/____
Endereço: _____
Cidade: _____ CEP: _____ Estado: _____
Fone: _____ e-mail: _____

Preencha o cupom acima, deposite na urna e participe Gratuitamente do Sorteio de:
(01) Uma diária completa com um acompanhante.



Fazenda Água Azul[®]

ECOTURISMO

Fazenda Água Azul estrada "Caminho do Peabiru" Km 4,5 - Cx. 0001 - CEP 87265-000 - Quinta do Sol - PR

Dispondo de uma área de 781 hectares, sendo 257 de reserva florestal nativa preservada, o hóspede poderá estar totalmente em contato com a natureza caminhando por trilhas dentro da MATA.

As hospedagens são em casas rústicas de madeira, com um quarto de casal, dois de solteiro, cozinha com fogão à lenha, banheiro e uma varanda de frente, com rede.

ENTRE AS ATIVIDADES OS HOSPEDES DISPÕE DE:

- Passeios à cavalo e charrete
- Caminhadas por trilhas diversas
- Bicicletas
- Rio para nadar e pescar
- Bóxcross (dependendo do nível da água)
- Piscina
- Vôlei de areia
- Futebol suíço
- Bocha
- Casa na árvore
- Descida em cabo de aço

**O Sorteio será realizado
no último dia da Exposição
às 21:00 h**

**VISITE NOSSO STAND NA EXPOINGÁ 2000
NO PAVILHÃO DA IND. E COM.
DE 04 a 14 DE MAIO**

OFERECEMOS DIÁRIAS COMPLETAS COM PERNOITE, INCLUINDO AS TRÊS REFEIÇÕES.

INFORMAÇÕES E RESERVAS:

FONES: (44) 478-0012 - (44) 961-4752 - (41) 229-3613

Fazenda Celular Curitiba

E-mail: aguasul@aguazul.com.br Visite nossa página: www.aguazul.com.br

Não pague mais parcel no crédito, participe a sua cidade inteira.